

A história do
**Gabinete Português
de Leitura da Bahia**

*por suas próprias palavras:
de 1863 a 1875*

Alícia Duhá Lose

João Veloso

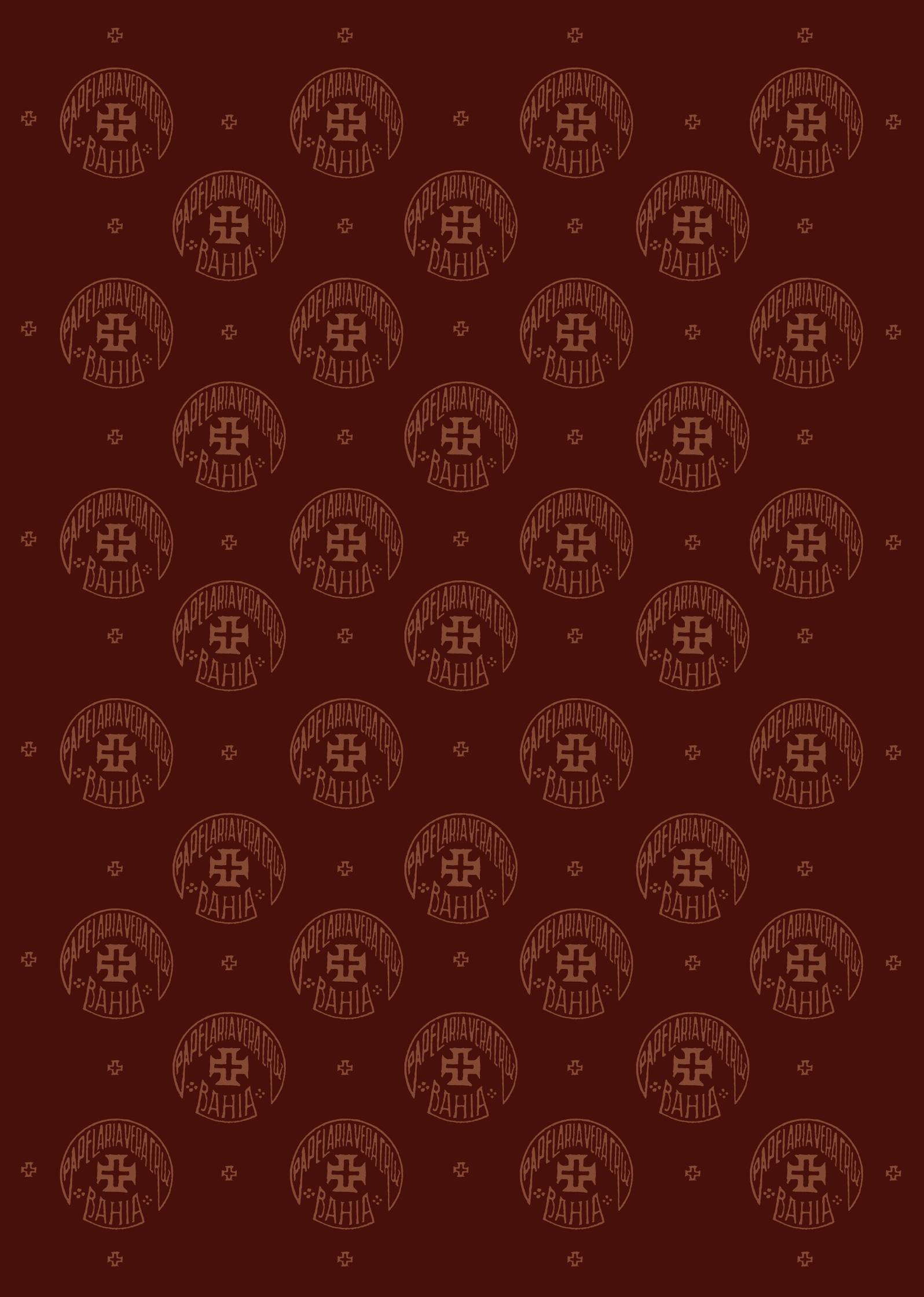
Júlia Freitas

Leonardo Coelho

Livia Borges Souza Magalhães

Vanilda Salignac de Sousa Mazzoni





Alicia Duhá Lose
João Veloso
Júlia Freitas
Leonardo Coelho
Livia Borges Souza Magalhães
Vanilda Salignac de Sousa Mazzoni

A história do
**Gabinete
Português
de Leitura
da Bahia**

*por suas próprias palavras:
de 1863 a 1875*

Salvador



2023

Ficha Técnica

Coordenação Geral | Alcía Duhá Lose

Revisão | Alcía Duhá Lose, Vanilda Mazzoni, Lívia Borges Souza Magalhães, Júlia Freitas

Projeto Gráfico e Diagramação | Érico Lisboa

A História do Gabinete Português de Leitura da Bahia [livro eletrônico] : por suas próprias palavras : de 1863 a 1875 / Alcía Duhá Lose...[et al.]. -- 1. ed. -- Salvador, BA :

Memória e Arte, 2023.
PDF

Outros autores: João Veloso, Júlia Freitas, Leonardo Coelho, Lívia Borges Souza Magalhães, Vanilda Salignac de Sousa Mazzoni.
ISBN 978-65-87693-12-5

1. Bibliografia - Catálogos 2. Catálogos de bibliotecas 3. Gabinete Português de Leitura da Bahia (GPL) - Bahia (Estado) - História I. Lose, Alcía Duhá. II. Veloso, João. III. Freitas, Júlia. IV. Coelho, Leonardo. V. Magalhães, Lívia Borges Souza. VI. Mazzoni, Vanilda Salignac de Sousa.

23-184978

CDD-027.48142

Índices para catálogo sistemático:

1. Gabinete Português de Leitura da Bahia : Bahia :

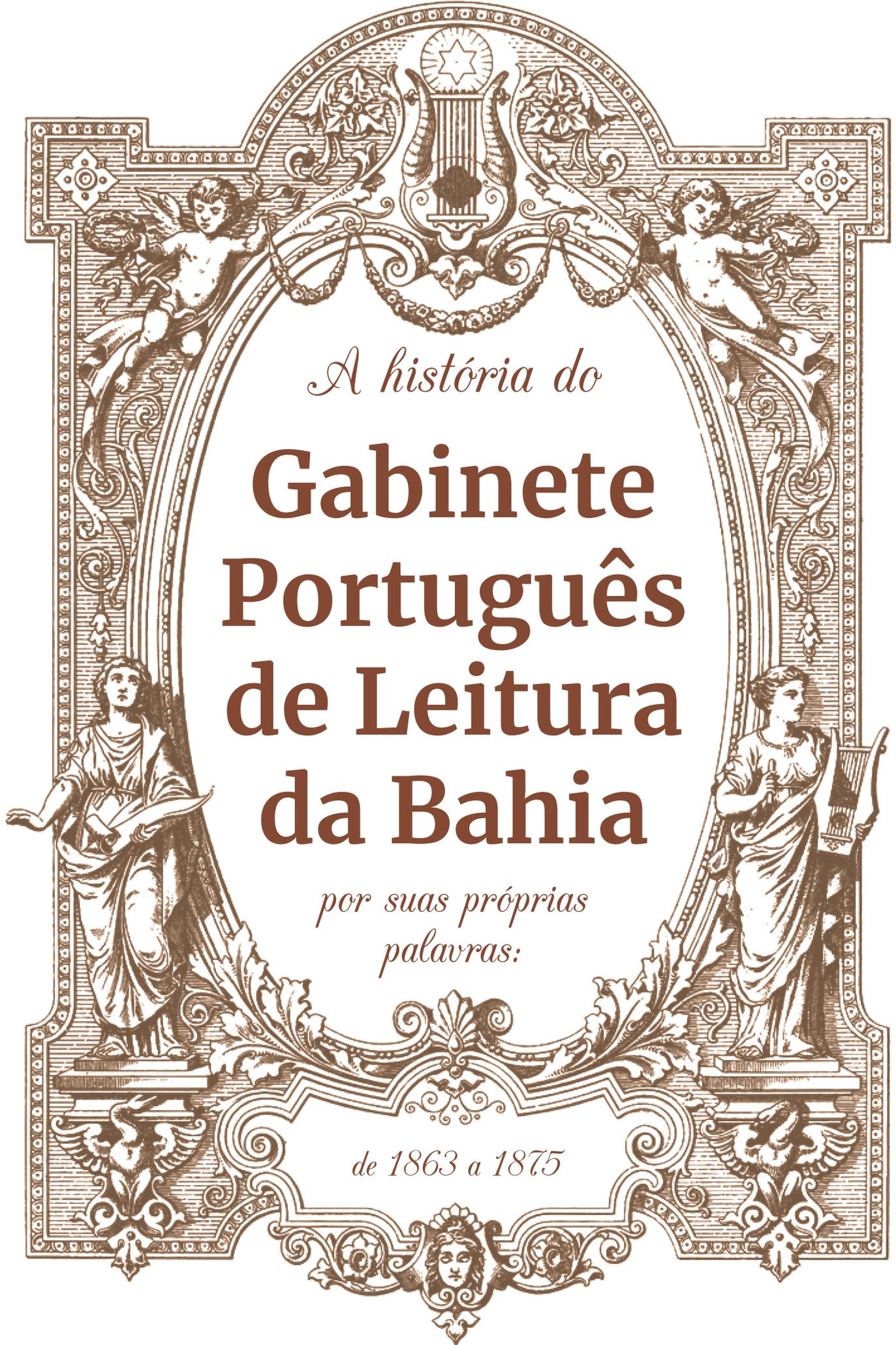
Estado : História 027.48142

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

ISBN 978-65-87693-12-5

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem a autorização do Memória e Arte
Todos os direitos desta edição reservados pelo Memória e Arte

E-mail: memoriaearte@gmail.com
Conheça nossos lançamentos em www.memoriaarte.com.br



A história do
**Gabinete
Português
de Leitura
da Bahia**

*por suas próprias
palavras:*

de 1863 a 1875

Este livro foi avaliado e aprovado por pareceristas *ad hoc*.
Copyright © Memória e Arte - ME

Memória e Arte

Diretora: Vanilda Salignac Mazzoni

Conselho Editorial

Maria da Glória Bordini
Célia Marques Telles
Manoel Mourivaldo Santiago-Almeida
Alicia Duhá Lose
Jorge Augusto Alves da Silva
Sandro Marcio Drumond Alves Marengo
Fabiano Cataldo de Azevedo

Gabinete Português
de Leitura
Membros da Direção
(Biênio, 2023-2025)

Presidente: Daniel Silva Vitor Bento
Vice-Presidente: Flávio Avelino de Novaes
1º Secretária: Alicia Duhá Lose
2º Secretário: Rodrigo Santos Leitão
2º Tesoureiro: Manuel Maria Carvalho de Araújo.
Diretor de Cultura: Vince da Silva Athayde
Diretor da Biblioteca: Francisco Gaudêncio Mendonça Freires
Diretor Patrimônio: Abel José Paiva da Silva Travassos
Diretor Social: Josane Moreira de Oliveira
Vogal: José Maurício Vasconcelos Coqueiro
Suplente: Monica Marinez Carbonnel

Apoio:



MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO



Financiamento:

Projeto apoiado pela Chamada Nº 09-2020 – Bolsa de Produtividade em Pesquisa – PQ do CNPq; pelo edital PROPCI/UFBA 01/2022 PIBIC com bolsas CNPq e FAPESB e por financiamento próprio do Memória e Arte.



Apresentação

Ao revelarem os primeiros anos de caminhada do Gabinete Português de Leitura, uma das instituições culturais mais antigas em atividade na Bahia, os pesquisadores João Veloso, Júlia Freitas e Leonardo Coelho, coordenados pelas professoras Alícia Duhá Lose, Lívia Magalhães e Vanilda Mazzoni, nos brindam com informações valiosas sobre a segunda metade do século XIX.

Eram decorridos 40 anos da Independência do Brasil em nosso estado, no Alto Brasil Império, quando um grupo de portugueses, reunido na Sociedade Portuguesa de Beneficência Dezesseis de Setembro, sob a direção dos irmãos Manoel Joaquim Rodrigues e Francisco José Rodrigues Pedreira, decidiu criar uma “sociedade literária”, conforme a primeira ata (LOSE et al., 2021).

Os registros subsequentes das reuniões ordinárias, agora disponíveis ao público (LOSE et al., 2021), mostram a busca pelo conhecimento em uma cidade àquela altura com reduzida importância política frente à capital Rio de Janeiro, onde residia o Imperador Pedro II do Brasil.

O porto de Salvador, o mais movimentado do Hemisfério Sul no século anterior, continuava com a função de grande portal das comunicações. Da Baía de Todos os Santos chegavam os mais variados impressos, do jornal maranhense *O Paiz, ao Jornal do Povo*, de Barcelos, no Norte de Portugal, passando pelo *A Persuasão*, da Ilha de Madeira. Todos tinham destino certo.

Os encontros com troca de publicações de diversas partes do mundo, além do oferecimento de cursos de francês e de gramática portuguesa, faziam do Gabinete Português de Leitura uma referência local.



Tudo aqui descrito em *A história do Gabinete Português de Leitura da Bahia por suas próprias palavras*: de 1863 a 1875, um valioso trabalho produzido graças ao financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e do Programa institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Federal da Bahia (PIBIC-UFBA), com apoio do CNPq e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) e do Memória & Arte. Este livro é, portanto, uma peça fundamental para construir o nosso futuro, a partir do olhar para o nosso passado, com foco em uma maior integração como todos os países de língua portuguesa, em especial aos amigos da África, um dos objetivos da nossa instituição neste terceiro milênio, nesta nova ordem mundial. Nestes 2023, O Gabinete Português de Leitura comemora seus 160 anos de existência, mais de um terço da história da primeira capital do Brasil, e nós só temos a agradecer este belo presente. Viva a pesquisa! Viva a História! Viva a Literatura! Viva a nossa memória!

Flávio Novaes

Vice-presidente

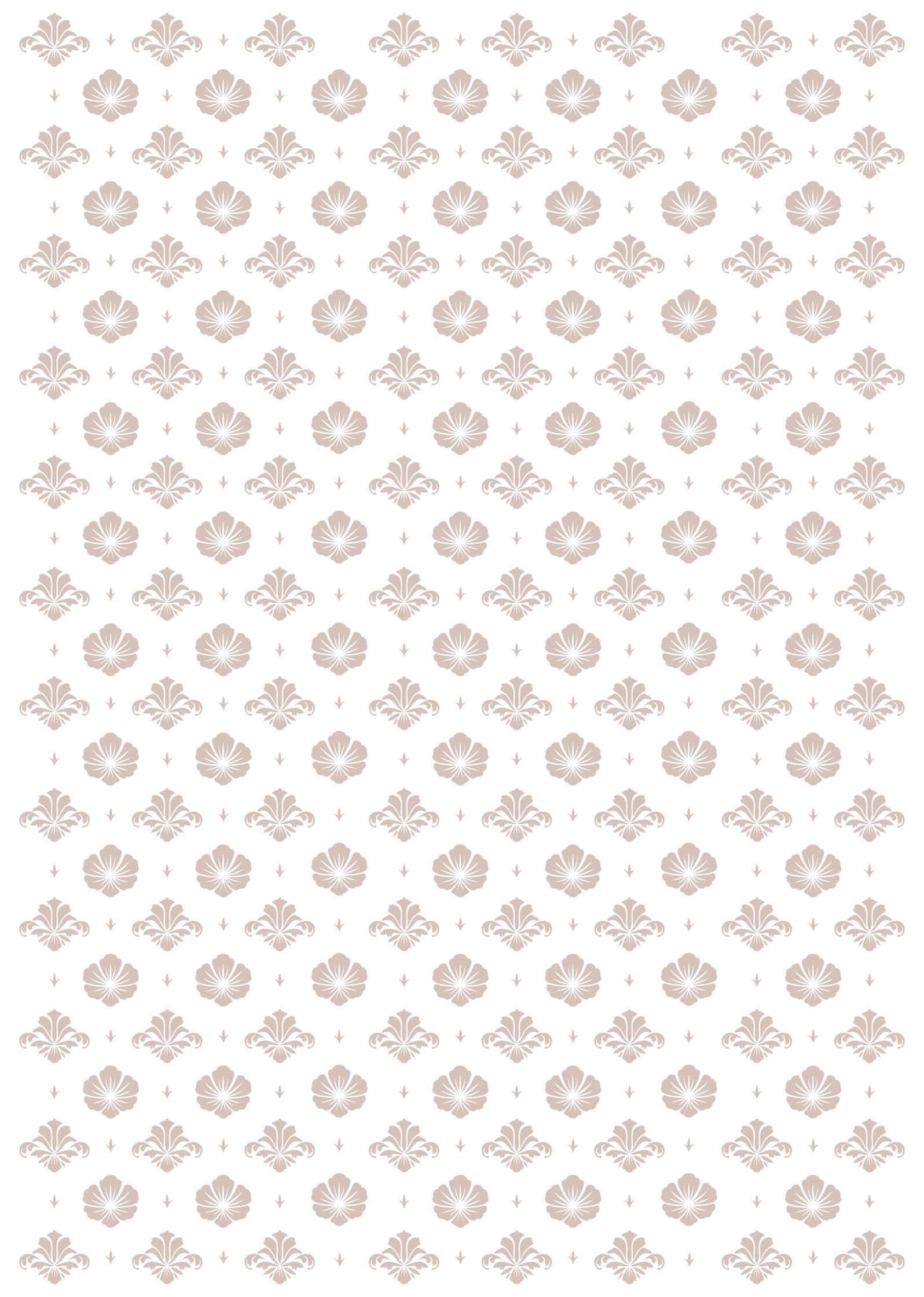
Gabinete Português de Leitura da Bahia



Sumário

INTRODUÇÃO	9
<i>Para Além da Biblioteca:</i>	
<i>um gabinete na cidade da Bahia</i>	11
O LUGAR DOS GABINETES	11
O GABINETE DA CIDADE DA BAHIA	14
OS HOMENS QUE FIZERAM A INSTITUIÇÃO	17
AS MULHERES	20
PARA ALÉM DA BIBLIOTECA	21
ESCRavidÃO	23
CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
<i>O Gabinete Português de Leitura da Bahia</i> <i>e o mercado editorial Brasil-Portugal</i> <i>no final do século XIX</i>	27
A FORMAÇÃO DO ACERVO FUNDACIONAL	32
O GABINETE BAIANO NO CIRCUITO DO COMÉRCIO LIVREIRO DO SÉCULO XIX	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
<i>O Gabinete Português de Leitura da Bahia e sua biblioteca</i>	43
O LIVRO	43
A LITERATURA E O CÂNONE	44
UMA BIBLIOTECA DE OBRAS E AUTORES CLÁSSICOS	47
LUÍS VAZ DE CAMÕES: OS LUSÍADAS	47
CAMILO CASTELLO BRANCO: DIVERSAS OBRAS	48
A MORENINHA	50
INSPIRAÇÕES DO CLAUSTRO	50
A RETIRADA DA LAGUNA	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
<i>Referências</i>	53
<i>Apêndices</i>	57







Introdução

O presente livro, volume 2 de uma série, é resultado de um trabalho de três anos, iniciado logo após a publicação do volume 1, que mostrou o cotidiano do Gabinete Português de Leitura da Bahia através do seu “manuscrito fundador”. Tal documento, um manuscrito encadernado, raro e único, estava em estado de degradação significativa, com perdas de suporte e informação irreversíveis, com muitas partes fragmentadas devido ao manuseio inadequado, a uma costura de má qualidade, e, principalmente, à acidez do papel que compunha o miolo do volume.

Depois de remontado, restaurado e transcrito, o referido manuscrito foi editado semidiplomaticamente e publicado sob o título “O manuscrito fundador do Gabinete Português de Leitura da Bahia: atas 1863-1875”. Nele, é possível encontrar as atas de reuniões de diretoria da instituição desde a sua fundação, em 1863, até o ano de 1875.

Esta série de livros resulta das atividades realizadas no âmbito de um projeto maior que tem a pretensão de se constituir como obra de referência para compreensão do papel do Gabinete Português de Leitura da Bahia na manutenção da cultura lusa na Província da Bahia. Para tal, tem sido necessário dialogar com variadas áreas e temáticas como a história da literatura e da leitura, a história do livro e das bibliotecas, a história do Brasil no período imperial, a formação do público leitor, os estudos culturais e de patrimônio.

As atividades do projeto iniciaram pela leitura de todos os fólios do volume de atas – referido por nós como manuscrito-base – a partir da transcrição



já preparada e publicada (LOSE *et al.*, 2021) para fazer o levantamento, em cada uma das atas de reuniões, de todas as obras compradas pelas sucessivas diretorias do Gabinete ou doadas a ele por seus sócios ou pelos respectivos autores, situando-as, na medida do possível, na historiografia da literatura do momento. Identificar os livreiros (portugueses e brasileiros) fornecedores da instituição, levantando as formas de seleção e aquisição das obras, as logísticas de remessa e transporte e os valores equivalentes às remessas e às obras individualmente também foi foco deste levantamento.

Em outra frente, a leitura das atas possibilitou a identificação dos funcionários (bibliotecário e ajudante) que trabalharam na instituição, as formas de contratação, os ordenados recebidos e as atividades por eles desempenhadas. Também puderam ser identificadas as ações empreendidas pela instituição para manutenção e conservação do acervo.

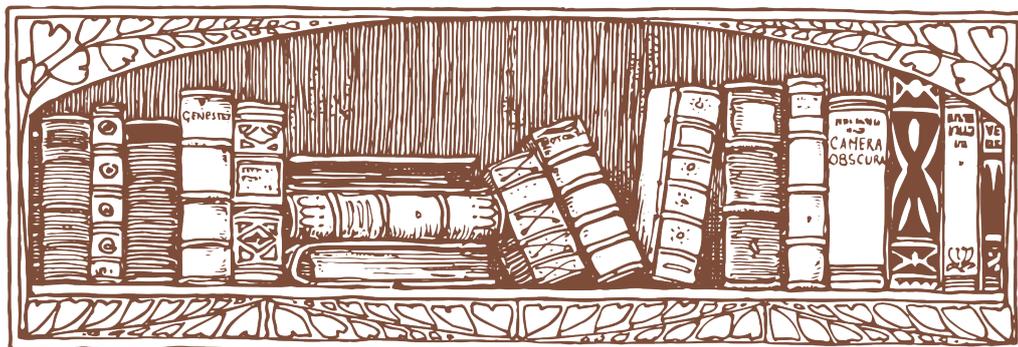
Por fim, a leitura das atas possibilitou a compreensão das formas de ingresso e participação dos sócios (e sócias) efetivos, subscritores e honorários, que foram identificados e catalogados, e as sucessivas mesas diretoras da primeira década de existência do Gabinete baiano.

No entanto, nem todas as informações que gostaríamos de trazer puderam ser recuperadas, em especial pelas perdas de suporte do manuscrito-base, ou porque a redação de algumas das atas trazia apenas informações genéricas ou superficiais. Mas estamos certos de que o panorama geral e as análises aqui apresentadas serão de grande valia para que o nosso objetivo final seja atingido.

É importante salientar que os trabalhos que culminaram neste segundo volume aqui apresentado contaram com o apoio indispensável do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, através da Bolsa de Produtividade em Pesquisa Nível 2, aprovada na Chamada Nº 09-2020. Contamos também com bolsas obtidas através do Programa institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Federal da Bahia, fomentadas pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB e pelo CNPq.

Indispensável também foi o apoio do Gabinete Português de Leitura através do acesso ao seu acervo documental e bibliográfico e às suas dependências, e do Memória & Arte por todo o trabalho de recuperação do manuscrito-base, sem o qual não teríamos chegado até aqui. Por último, agradecemos ao historiador e pesquisador Urano Andrade pelas digitalizações de itens preciosos dos acervos bibliográfico e documental da instituição.





Para Além da Biblioteca: um gabinete na cidade da Bahia

11

O gabinete – ou é um sacrário onde se aninham as aspirações do céu, – ou um antro escuro de Satã a vomitar as chamas do inferno (França Júnior, 1957).

O LUGAR DOS GABINETES

A temporalização mais tradicional convencionou dividir a Pré-história da História a partir da invenção mais importante da humanidade: a escrita. Das placas de argila aos *e-books*, é inegável o valor do livro e da escrita para o curso do desenvolvimento das sociedades. Nos últimos anos, a historiografia profissional dedicou mais atenção a este campo, com diversas produções sobre o tema e, assim, a história social da cultura escrita consolidou-se como espaço de debate e construção de conhecimento.

No Brasil, a história do livro começou no século XVI, com a chegada dos europeus e a posterior colonização do território. Nos seiscentos não era tão simples ter um livro nas terras ao sul do Equador, em primeiro lugar porque as páginas riscadas não transportavam apenas palavras, mas também ideias – ideias essas que nem sempre deveriam circular, ao menos na visão de determinados grupos. Por exemplo, em 1574, o florentino Rafael Olivi, residente em Ilhéus, foi denunciado ao Santo Ofício da Inquisição por, entre outras heresias, ter posse de livro defeso, ou seja, o italiano possuía, em sua residência, obras que constavam no *Index Librorum Prohibitorum*, lista de livros proibidos pela Igreja Católica (Souza, 2020, p. 130). Olivi tinha um assombroso



número de 27 escritos, lhe rendendo o título dado por Villalta (1997, p. 4) de maior proprietário de livros do Brasil do século XVI.

O outro ponto que dificultava a posse de livros no novo mundo português era a própria falta de condições materiais e intelectuais de produção. Enquanto a América hispânica conheceu as universidades já no século XVI, no Brasil, o primeiro curso superior só funcionaria plenamente no XIX (Culletton, 2021). A virada da chave foi a chegada da Família Real, em 1808. Ao fugir da sanha napoleônica, D. João – então príncipe regente – promoveu a chamada *inversão brasileira*, um conjunto de reformas estruturais para adaptar o Rio de Janeiro como capital do Império luso (Oliveira, 2015). Entre essas mudanças está o surgimento da Imprensa Régia, em 1808, e, finalmente, o território brasileiro passou a contar com uma produção de jornais locais (Souza, 2020). É certo que os impactos da presença de D. João foram relativamente restritos ao Rio de Janeiro e ecoaram em maior ou menor grau nas demais províncias, todavia, é inegável a mudança de realidade com a chegada do príncipe.

De toda sorte, o século XIX se constituiu como um período central para a História do livro no Brasil e no mundo. Esse cenário é traduzido por Tocqueville (2004, p. 405) que, em um dos seus clássicos, afirmou: “Como o passado não ilumina mais o futuro, o espírito caminha nas trevas”. Entre as mudanças observadas no XIX está a ampliação do número dos chamados gabinetes de leitura.

Schapochnik (2008) fez uma interessante genealogia desde os espaços privados de prática de leitura até as bibliotecas e gabinetes públicos, localizando a consolidação dessa transição justamente no século XIX, inclusive com a dicionarização do termo no francês e no inglês. Assim, o autor define esta nascente instituição:

Os gabinetes de leitura funcionaram como uma instituição mediadora que incidiu sobre as relações entre os editores, escritores e o público, **contribuindo para a ampliação do comércio livreiro**. [...] os gabinetes constituíram-se no mais regular cliente de títulos novos e velhos e a mais acessível fonte de livros para o público em condições de arcar com o módico aluguel estipulado pelo proprietário (Schapochnik, 2018, p. 172, grifo nosso).

Para um potencial leitor do século XIX era mais vantajoso ser filiado a um gabinete de leitura do que tentar constituir uma biblioteca privada. E o Brasil não fugiu à regra. Já no começo dos oitocentos, o país assistiu ao surgimento de diversos gabinetes de leitura, principalmente nos grandes centros urbanos como, por exemplo, Salvador, Rio de Janeiro e Recife. Nesse sentido, os jornais são um profícuo *corpus* documental para esta análise, visto que os gabinetes usavam desse meio para anunciar a compra e a venda de livros e – o mais importante – realizar convites e chamadas para novos assinantes.

Entre 1800 e 1819, não há nenhuma ocorrência do termo *gabinete de leitura* no acervo da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. Já no intervalo de 1820-1829, existem 11 ocorrências do termo. Entre essas ocorrências, percebe-se que:

Na rua do Ouvirdor N. 156, se estabeleceu hum gabinete de Leitura, pelo preço de 1280 mençal, os conhecedores das vantagens destas instituições, tão necessarias para a instrucção publica, e civilização Nacional, acharão huma bem escolhida colleção de livros interessantes, ou em Litteratura, Filosofia, genero Romantico, ou em relações de Viagens. (*Diário do Rio de Janeiro*, 1825, p. 41)

Ou seja, naquela altura, este tipo de instituição não era mais uma completa novidade, ao menos para a Corte imperial. No ano de 1837, foi criado, no Rio de Janeiro, um jornal intitulado



Gabinete de Leitura, que define essas bibliotecas compartilhadas como uma “[...] casa em que cada um vae, por modico estipendio, entregar a licção dos livros que mais convem a seus gostos” (*Gabinete de Leitura*, 1837).

Na década de 1830, já aparecem 69 ocorrências do termo *gabinete de leitura* nos periódicos disponíveis na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, um considerável crescimento ao longo das primeiras décadas do XIX. Dessa forma, essas associações surgem como reflexo da expansão do comércio livreiro da época, com o intuito de tornar mais acessível a leitura das obras.

Schapochnik (2008, p. 182) chama atenção para uma segunda modalidade de gabinetes, que era

[...] constituída pelas bibliotecas associativas, que não raro adotavam o nome de gabinete de leitura complementando com o nome da comunidade de origem dos associados ou com o nome da província e/ou cidade onde a instituição fora estabelecida.

O autor ressalta os grupos germânicos e britânicos, além, é claro, dos lusos. E nesse contexto é fundado, em 1837, o Real Gabinete Português de Leitura na capital imperial: Rio de Janeiro.

Para além do contexto macro exposto até então, há duas especificidades do contexto luso-brasileiro que auxiliam a compreender a fundação do Real Gabinete Português de Leitura. O primeiro evento foi a morte do Rei D. João VI, na foz do Tejo, em 1826. A passagem do monarca iniciou um período de disputa pelo trono de Lisboa entre os irmãos Miguel e Pedro, esse segundo, imperador constitucional do Brasil. Alguns portugueses, fugindo das perseguições miguelistas, mudaram-se para o Brasil, a exemplo de José Marcelino da Rocha Cabral e Eduardo Alves Viana, dois lusos que estavam no grupo fundador do Real Gabinete Português de Leitura e saíram fugidos de Portugal (Azevedo, 2012, p. 62).

O outro evento, com forte relação com o primeiro, foi a complicada crise política que sucedeu o ano de 1822 no reinado de D. Pedro I, com o auge do estresse em 1831, com a abdicação do monarca e sua ida para Portugal a fim de impedir a usurpação do trono por D. Miguel. Por conta disso, e do próprio processo de independência, o antilusitanismo era força considerável nos principais centros do Brasil (Guerra Filho, 2015). Ao analisar esse fenômeno na Bahia do primeiro reinado, o pesquisador relata que Luis Paulino, deputado nascido na Bahia e eleito por ela, foi impedido de desembarcar no porto de Salvador e acusado de “ex-baiano” após uma jornada legislativa em Lisboa (Guerra Filho, 2015, p. 17).

Nesse sentido, Azevedo (2012, p. 62-63) enxerga a fundação do Real Gabinete Português de Leitura como uma tentativa de:

[...] reagir pacificamente a uma sociedade “culturalmente rendida à França e, mais que isto, apressada em trocar os arquétipos culturais lusitanos [...]” Eles buscaram não somente criar uma instituição de caráter associativo, mas também oferecer ao emigrado uma espécie de embaixada cultural lusitana, onde poderiam dispor das publicações em sua língua vernácula.

[...]

Não deixa de ser curioso o fato de criarem um gabinete de leitura, pois poderiam apenas ter criado uma associação. Seria leviano de nossa parte delinear aqui alguns dos possíveis objetivos dessa criação. No entanto, de acordo com as pesquisas que estamos fazendo há mais de 5 anos sobre essa instituição, supomos que é possível crer que havia uma intenção fortemente política nessa estratégia, muito embora não desconsideremos a influência que estes trouxeram do ambiente cultural em seu país.



O autor explica a atenção especial dada ao idioma em Portugal no início do XIX. A língua é um aspecto importante para a identidade de qualquer nação, mas, para o antigo condado portugalense, ela era especialmente relevante.

Assim como em outras instituições de construção e divulgação do conhecimento, o Rio de Janeiro abriu as portas e outros gabinetes ou grêmios portugueses de leitura foram fundados no Brasil oitocentista (Schapochnik, 2008, p. 182).

Em 1850, foi criado o Gabinete Português de Leitura Pernambucano, pelo médico luso João Vicente Martins, o que agitou o Recife da época. O periódico *O Echo* (1851 *apud* Santos, 2008) publicou um artigo com fortes críticas à instituição e a seu criador, sendo um dos trechos:

Se é pois verdade, como parece, que o sr. João Vicente Martins largando por momentos a medicina veio criar em Pernambuco uma associação portuguesa consinta que lhe digamos e aos que cahirão na corriola, que nada mais impolitico, extemporâneo.

[...]

Para que se metter em política no Brasil, uma terra que não é delles, que não os gosta, e onde eles podião viver bem, tratando só de seus interesses? Há em Portugal algum brasileiro, que se intrometta na política da rainha, ou do povo? Fizemos lá algum gabinete litterario? Inluímos lá de modo algum para os Cabraes venção ou não venção as eleições? Não, porque rasão pois os Srs. Portugueses lá no Brasil de metter-se a políticos, e bolirem com o que não lhes pertence? **Recuem emquanto é tempo [...] não leveis a população do Brasil a praticar um excesso.** (O Echo, 1851 *apud* Santos, 2008, p. 4-5, grifo nosso)

O antilusitanismo era uma realidade que os gabinetes portugueses tiveram que enfrentar em maior ou menor grau no momento das respectivas instalações.

Ainda na década de 1850, foi fundado o Gabinete Português de Leitura do Maranhão, especificamente em 1853, que, 13 anos depois, já contava com o considerável acervo de 4000 volumes (Castro; Castellanos, 2014, p. 146). Dez anos depois, em 1863, foi fundado o *Gabinete Português de Leitura da Bahia*, na cidade do Salvador. Para finalizar o ciclo do XIX, cita-se que o Grêmio Literário e Recreativo Português do Pará foi fundado em 1867.

É por meio desse contexto que se estuda, neste livro, o Gabinete Português de Leitura da Bahia, inserindo-o na História do livro e relacionando-o com as particularidades do contexto luso-brasileiro da época.

O GABINETE DA CIDADE DA BAHIA

Para entender a fundação do Gabinete Português de Leitura da Bahia é preciso retornar a um personagem já citado: João Vicente Martins, que foi o protagonista na criação do correlato pernambucano. Em uma viagem realizada à província da Bahia em 1851, o médico espantou-se com a precária situação que alguns irmãos pátrios se encontravam em Salvador, recebendo a promessa dos pares de que seria criada uma sociedade beneficente para auxiliar os portugueses mais frágeis.

A promessa foi cumprida anos depois com a criação de dois grupos: a Sociedade Portuguesa Dezesseis de Setembro, criada em 1º de janeiro de 1857, e a Sociedade Portuguesa de Beneficência, que iniciou suas atividades em 20 de setembro de 1857 (Santos, 2018, p. 287). O objetivo dessas sociedades, para além da assistência aos portugueses mais carentes, era celebrar o patriotismo português como forma pacífica de resistência ao antilusitanismo. Só para fim de exemplo, tamanho era o rechaço à presença portuguesa no Império que, nos festejos do 2 de julho de



1855, a residência do cônsul José Agostinho Salles – presidente da Sociedade Portuguesa de Beneficência – foi apedrejada em razão de não estar devidamente iluminada, como era regra para as casas que se localizavam no roteiro do cortejo (Santos, 2018, p. 289).

A fim de somar esforços, as duas sociedades supracitadas se fundem e, em 1859, foi criada a Sociedade Portuguesa de Beneficência Dezesseis de Setembro, hoje intitulada Real Sociedade Portuguesa de Beneficência Dezesseis de Setembro, que continua atuante na capital baiana ao longo dos seus mais de 160 anos de existência. Os primeiros anos de funcionamento da Real Sociedade Portuguesa de Beneficência Dezesseis de Setembro foram bastante ativos: entre 1862-1863, 1.231 sócios se filiaram àquela sociedade, além de ter dado início aos esforços para a criação do Hospital Português em Salvador, algo que se concretizou em 1866 (Santos, 2018). Foi também nesse período que ocorreu a fundação do Gabinete Português de Leitura da Bahia:

O GPL-BA surgiu no seio da Real Sociedade Portuguesa Beneficente Dezesseis de Setembro, pois a conjunção sócio-histórica solicitava, antes (ou ao mesmo tempo que) da existência de um Gabinete de Leitura (expressão de civilização), a assistência aos portugueses necessitados. Ao meu ver, essa necessidade deriva também do “olhar clínico”, ao qual me referi anteriormente, do médico homeopata português João Vicente Martins, o qual fez os seus irmãos portugueses se comprometerem com a criação de uma sociedade beneficente (Santos, 2018, p. 297).

O “olhar clínico” que a autora menciona refere-se à atenção dada pelo médico aos compatriotas desassistidos. Todavia, é certo que outra razão para a criação da Real Sociedade Portuguesa de Beneficência Dezesseis de Setembro foi a exaltação nacionalista da distante pátria-mãe em um momento de relevante antilusitanismo na capital baiana. O Gabinete Português de Leitura da Bahia é a expressão disso por meio da língua, um lugar onde o idioma funciona como forma de ideologia, ainda que o próprio Gabinete também realizasse ações de caridade, as quais serão tratadas mais adiante.

Assim, em 2 de março de 1863 é fundado o Gabinete Português de Leitura da Bahia, na sala de sessões da Real Sociedade Portuguesa de Beneficência Dezesseis de Setembro com a presença do primeiro grupo societário. A instituição baiana foi criada com a finalidade de adquirir “obras de reconhecida utilidade, escritas nos idiomas português e francês, e mais aquelas que posteriormente se julgarem mais precisas, assim como os principais jornais publicados em Portugal e no Brasil (Carvalho *et al.*, 1999).

O Gabinete Português de Leitura da Bahia tinha na biblioteca, posteriormente batizada de Infante Dom Henrique, o centro de gravidade, o coração da instituição. No entanto, como será aqui mostrado, isso não impediu que a instituição empreendesse esforços na realização de outras atividades.

Além da reunião fundacional de 2 de março, outro encontro do Gabinete ocorreu na sede da Real Sociedade Portuguesa de Beneficência Dezesseis de Setembro. A terceira reunião é impossível precisar onde ocorreu pela deterioração da parte inicial da ata manuscrita referente a ela, mas se sabe que nesse encontro foi eleita a diretoria da instituição.

Ao longo do período aqui estudado, a diretoria da instituição era ocupada por um determinado número de sócios responsáveis por conduzir os trabalhos do Gabinete Português de Leitura da Bahia, uma espécie de conselho deliberativo. Neste conselho de diretores, alguns eram eleitos para cargos, sendo que, entre 1863 e 1875, os cargos existentes foram basicamente os de presidente, secretário e tesoureiro. Todavia, em algumas votações, houve a eleição de vice-presidentes e de 2º secretário, cargos administrativos presentes ainda hoje.



O primeiro presidente eleito foi José Machado de Miranda. Apesar de ser possível acessar os nomes de muitos sócios do Gabinete Português de Leitura da Bahia, entender, de fato, quem eram esses indivíduos é o caminho de pesquisa promissor e ainda pouco explorado na historiografia da instituição. O que se sabe é que a quarta reunião ocorreu em um lugar identificado como escritório do então presidente. Nela, foi autorizado o aluguel de um espaço próprio para o funcionamento da entidade e, assim, na ata da reunião seguinte, há a informação de que ela aconteceu “As dez horas do [...] de Julho de 1863 **na sala do Gabinete Portuguez de Leitura** na Rua Direita do Commercio nº 44 2º andar” (Lose *et al.*, 2021, p. 62, grifo nosso). Portanto, cinco meses depois da sua criação, o Gabinete Português de Leitura da Bahia já contava com um espaço próprio para o seu funcionamento. Nessa mesma ata consta a aprovação para a compra de mobiliário para o bem-fazer das atividades de leitura.

Em 1870, o Gabinete Português de Leitura da Bahia, em plena expansão, mudou-se novamente para um local mais apropriado:

A Direcção actual, [...] [...] e tem reconhecido as Direcções anteriores palpitante necessidade que se encontre uma casa espaçosa e arejada, para a Bibliotheca desta Sociedade [...] [...] aquisição de uma [...] [...] [...] [...] de uma [...] [...] dar da propriedade [...] [...] [...] por cima da loja do Senhor Paulo [...] [...]ro Alugou-se um 2º andar [...] [...] [...] de um vasto sallão e um gabinete separado, que compondo com o dito sallão, aos Senhores Steffens [...], locatario do 1º andar, pela quantia de (Reis 800\$000) oitocentos mil reis annuaes aluguel que achamos modesto, em vista da casa de excelente posição em que está [...] Em se tratando [...] para a chave ser entregue a esta [...] que em seguida [...] mandará fazer [...] [...] que julgar convenientes (Lose *et al.*, 2021, p. 172)

16

Ainda carece de maior investigação os locais que o Gabinete ocupou entre 1875 e 1918, quando se instalou na atual sede, na Praça Piedade. O edifício símbolo do Gabinete foi construído pelo mestre de obras português Pinto Parente e projetado, no estilo neomanuelino, pelo arquiteto italiano Alberto Barelli, que utilizou diversas referências à história e à literatura de Portugal.

Ao longo das atas do período aqui estudado, além do mobiliário, a necessidade de contratação de funcionários para a instituição também foi abordada. Já na reunião de autorização de aluguel da nova sede, foi indicada também a necessidade de contratação de um funcionário com a função de fazer as cobranças, as entregas de ofícios e outros trâmites burocráticos como, por exemplo, fazer o recebimento de correspondências. Assim, na ata de junho de 1863, consta que Eduardo Portella foi contratado com a remuneração de 15 mil réis e 10% de comissão sobre as cobranças que realizasse (Lose *et al.*, 2021, p. 62).

Ainda no primeiro ano de funcionamento, conforme a ata da reunião de 22 de dezembro de 1863, referente à 4ª sessão do conselho diretório do ano, foi contratado Manoel de Barros Silva, que exerceria a função de “Bibliothecario, Escripturario, Cobrador etc” (Lose *et al.*, 2021, p. 68)¹. Desta forma, Barros Silva é o primeiro funcionário com a função discriminada de “bibliotecário”, o que indica que, apesar de o funcionário realizar outras funções, o Gabinete da Bahia tinha um cuidado especial com o seu conjunto de livros.

O Gabinete Português de Leitura da Bahia cresceu ao longo desses 12 primeiros anos, tanto em seu quadro societário como no volume de obras da sua biblioteca. Afinal, por meio da leitura das atas das reuniões de diretoria é possível identificar a constante entrada de sócios e as frequentes aquisições e doações de livros, jornais e revistas para a instituição. Com isso, a necessidade de mão de obra aumentou. Na ata de 20 de outubro de 1866, registrou-se que

1 Acta de 22 de dezembro de 1863.



Foram lidas e discutidas diversas propostas de Candidatos ao lugar de immediato do Bibliothecario, e depois de alguma discussão foi admittido e aprovado o Senhor Manoel Baptista da Silva Leão, subdito portuguez, e em quem a Directoria conheceo os predicados necessários (Lose *et al.*, 2021, p. 112).

No período aqui compreendido, o Gabinete contou basicamente com esses dois cargos: o de bibliotecário e o seu auxiliar, ora referido como ajudante, ora como immediato. Diversas pessoas ocuparam esses cargos ao longo dos anos, mas, de forma geral, o ordenado do bibliotecário era superior ao do seu ajudante e ambos precisavam de um fiador para tomar posse dos seus cargos. A exigência do fiador é uma prática das relações trabalhistas no Império brasileiro. Na instituição baiana, ao longo do período analisado, apenas uma vez o fiador foi acionado. O ajudante Augusto José da Silva, contratado em fevereiro de 1869, foi demitido no ano seguinte por incoerência na arrecadação, assim, registrou-se na ata do dia 6 do dito mês que

Foi nomeado Thesoureiro interino o Senhor Manoel Jose Freitas Serí, e igualmente foi nomeado uma comissão de [...] João Gomes Fernandes, e Alexandre Francisco Pereira, para [...] ficarem com a lista e contas, appresentadas pelo Senhor Parada e que mostra achar-se o cobrador Augusto Jose da Silva [...] alcance da quantia de 436\$000 reis, até hoje. – A Direção resolvêo demittir do lugar de cobrador e ajudante de bibliothecario o dito Senhor Augusto Jose da Silva, e entimal-o a satisfazer o alcance, até o fim do corrente mez. O Senhor Secretario participou haver escripto ao Senhor Custodio Jose Marques Braga, como fiador do dito cobrador participando-lhe a falta achada, de dinheiro subtrahido pelo seu afiançado. O Senhor Thesoureiro interino com o Senhor Secretario ficão autorisados a admittir uma pessoa de confiança para o lugar de cobrador (Lose *et al.*, 2021, p. 148).

Como uma das funções do ajudante era a de cobrar as joias e as mensalidades dos sócios, e uma porcentagem desse valor compunha os seus vencimentos, o fiador fazia-se necessário em casos como esse.

Apesar das doações constituírem parte importante da construção do acervo da biblioteca, a compra ainda era a principal via de obtenção de livros, por isso era tão importante ater-se ao financeiro do Gabinete Português de Leitura. Não por acaso, o cargo de tesoureiro compunha a diretoria da instituição e não era função terceirizada a nenhum funcionário. Quanto ao quesito das fontes mais importantes para obtenção de renda, tem-se as mensalidades pagas por sócios e sócias e suas contribuições esporádicas a alguma subscrição.

OS HOMENS QUE FIZERAM A INSTITUIÇÃO

Na ata de 19 de agosto de 1865, terceiro ano social da instituição, o conselho de diretores determina

Que se escrevesse uma carta circular aos membros do Conselho Deliberativo sollicitando de cada um em particular toda a cooperação na aquisição de novos socios para o Gabinete, base unica onde repousa a prosperidade desta associação (Lose *et al.*, 2021, p. 95).

Ou seja, a instituição tinha, em seu quadro societário, a base de existência e a constante busca por novos sócios está refletida nas atas. No período aqui estudado, não era possível ingressar



no Gabinete Português de Leitura da Bahia por vontade própria, sendo necessária a indicação de algum sócio para isso. Dos mais de 950 nomes sugeridos no intervalo temporal de 1863 a 1875, nenhuma sugestão de sócio foi rejeitada. Todos os nomes indicados pelos sócios foram aprovados pela direção da instituição.

O quadro societário era dividido em quatro categorias: efetivos, subscritores, honorários e remissos ou remidos. Os primeiros eram os ponta de lança da instituição, aqueles que realmente faziam o Gabinete funcionar, eram também os que podiam ocupar cargos na mesa diretora e, portanto, administrar a instituição *de facto*. Já os subscritores eram sócios admitidos por um período pré-determinado de 3, 6 e 12 meses que poderiam ser renovados caso a instituição assim achasse por bem – o que sempre acontecia se assim fosse a vontade do associado, já que o Gabinete necessitava de dinheiro e de sócios. Os ocupantes dessas categorias poderiam sugerir novos nomes para o quadro de sócios da instituição, assim como fazer indicação de obras a serem adquiridas para a biblioteca e de periódicos a serem assinados. Todavia, a maior diferença entre essas categorias de sócios (efetivo e subscritor) estava na nacionalidade, pois portugueses (naturais ou descendentes) e brasileiros tinham possibilidades diferentes na hierarquia da instituição, como se pode constatar no trecho da ata de janeiro de 1865, transcrito a seguir: “Pelo Senhor João Gomes Fernandes foram apresentados os seguintes candidatos = para socio effectivo o Senhor Alexandro [...] Pereira = **português** = para subscritor o Senhor Manuel Ribeiro Moreira – por seis mezes – **cidadão brasileiro** = aprovado” (Lose *et al.*, 2021, p. 80, grifos nossos).

Por mais que o documento-base deste estudo, o primeiro livro de atas das reuniões de diretoria do Gabinete Português de Leitura da Bahia, não seja totalmente nítido em todos os casos de indicação de sócios, as diversas ocorrências desse tema ao longo das atas deixam evidente que apenas lusitanos e seus descendentes diretos poderiam ocupar a categoria de sócios efetivos, enquanto aos súditos brasileiros ficava reservada a categoria de subscritor (ou seja, sócio temporário).

Aqui faz-se uma ressalva para a categoria “subscritor”. Apesar de estar escrito acima que essa era uma categoria reservada aos brasileiros, isso não está totalmente correto, visto que entre a fundação da instituição e o ano de 1875 dois não portugueses e não brasileiros ingressaram no Gabinete Português de Leitura. Na ata de 8 de novembro de 1869, James Wilson (Lose *et al.*, 2021, p. 162) torna-se sócio do Gabinete, e em 1º de maio de 1872 foi a vez de Gomes Thalles (Lose *et al.*, 2021, p. 201) filiar-se. Ambos são identificados como súditos ingleses e ocuparam a função de sócios subscritores, que estava reservada aos estrangeiros. Entretanto, a opção em definir os subscritores como brasileiros deve-se a razão de evitar passar uma falsa imagem de pluralidade na composição do grupo de sócios temporários. Wilson e Thalles são importantes exceções, mas, ainda assim, são exceções. Há ainda um terceiro indivíduo, na mesma ata de entrada de James Wilson, identificado como “hamburguez”. Na ata de 8 de novembro de 1869, o nome está rasurado e não é possível identificá-lo, mas, provavelmente, trata-se de um terceiro estrangeiro (Lose *et al.*, 2021, p. 162).

Tanto sócios efetivos quanto subscritores tinham obrigação financeira para com o Gabinete. Eram obrigados a pagar uma joia – que consistia em uma espécie de matrícula a ser quitada no momento de ingresso na instituição – e as mensalidades. Não é possível precisar os valores das respectivas obrigações, pois essa informação não se encontra nítida no documento e qualquer tentativa de aproximação por inferência é imprecisa, visto que as únicas informações disponíveis são os valores devidos, mas não está registrado o valor relativo a quanto tempo de atraso aquele determinado montante correspondia. Como já dito, nenhuma sugestão de sócio foi negada ao longo desses 12 anos administrativos aqui analisados, no entanto, alguns indivíduos foram desligados do Gabinete por falta de pagamento, como anotado na ata de 31 de março de 1874,



quando 24 sócios são “demitidos” por não honrarem seus compromissos financeiros (Lose *et al.*, 2021).

O terceiro grupo é o dos sócios honorários, composto por pessoas de destaque na sociedade e de importância para o Gabinete. Esses não tinham obrigação financeira com a instituição, mas franquearam, assim como os demais sócios, o acesso às dependências e ao acervo da entidade. A essa categoria ascendiam pessoas por distinção em função dos serviços prestados, por exemplo, para a cultura escrita, como no caso de Rosendo Muniz Barreto, conhecido escritor baiano (Lose *et al.*, 2021, p. 101). Ser sócio honorário era mais um título de reconhecimento do que um grupo societário orgânico, em especial porque muitos desses nem residiam em Salvador. Cita-se, como exemplo desses casos, o escritor luso António Feliciano de Castilho, agraciado com título após uma conferência na instituição, mesmo não sendo residente da capital baiana (Lose *et al.*, 2021, p. 254-255).

Por fim, estão os sócios remissos. Sócio remisso é um ex-sócio, aquele que por algum motivo “demitiu-se” do gabinete. A maioria optava por tal decisão por estar de mudança, muitas das vezes para a Europa.

Nas atas das reuniões administrativas do Gabinete de Leitura da Bahia, aqui analisadas, outro ponto que não fica nítido de imediato é a posição social dos membros da instituição, visto que as atas não apresentam informações socioeconômicas dessas pessoas. Os nomes de alguns sócios vêm precedido pelo pronome de tratamento “Doutor”, que, segundo a legislação da época, era um título usado para bacharéis dos cursos de Ciências Jurídicas (Brasil, 1827). É possível que se tratasse, em alguns casos, de advogados oriundos da Faculdade de Direito do Recife, como era prática para os filhos da elite baiana. No entanto, sabe-se que era hábito do período atribuir o título de doutor a médicos e pessoas de poder e *status* social. Há ainda casos de militares indicados com suas respectivas patentes.

Mesmo sem explicitude em relação à posição social dos membros, o documento-base – ou seja, o primeiro livro de atas de diretoria do Gabinete Português de Leitura – fornece sólidos indícios de quem eram essas pessoas. O primeiro ponto é a aprovação do estatuto da instituição pelo Presidente de Província da Bahia, o que indicava que os sócios circulavam em determinados espaços do poder político (Lose *et al.*, 2021, p. 65). A aprovação do estatuto ocorreu ainda nos primeiros meses de funcionamento da entidade, que aconteceu quando o Gabinete Português de Leitura da Bahia ainda funcionava em uma casa na “Rua Direita do Comércio”, no centro de Salvador, área nobre da cidade naquele período. Os sócios da instituição fizeram-se presentes inclusive em eventos importantes da Corte Imperial no Rio de Janeiro, como está registrado na 7ª sessão do 2º ano social da Diretoria, em 1864:

Depois de encerrada a sessão acima transcrita o *Senhor* Presidente declarou que por deliberação tornada [...] sciente entre todos os membros da Directoria, – [...] [...] na Corte do Rio de Janeiro – uma Comissão composta dos Senhores Ruy Germack Possollo, Joaquim Marcellino de Britto, José de Vasconcellos e Souza, [...] Henriques Ferreira, *Doutor* Alexandre José de Mello [...] para em nome do Gabinete felicitar a *Sua Majestade* o Imperador pelo feliz consorcio de *Sua Alteza Imperial* a *Senhora Princesa Dona* Izabel com o Conde d’Eu (Lose *et al.*, 2021, p. 78).

É interessante notar como o Gabinete Português de Leitura da Bahia transitava nesse limbo entre as duas nacionalidades, reconhecendo a autoridade e reverenciando os monarcas de Portugal e do Brasil. Sobre os ofícios dos membros, são poucos os que aparecem, existem apenas algumas ocorrências de *negociante* e *caixeiro*, mas nada que permita uma conclusão mais precisa para traçar um perfil de ocupação dos membros da instituição.



AS MULHERES

Ao todo, dos mais de 950 nomes localizados nas atas de diretoria do gabinete baiano de 1863 a 1875, apenas quatro são mulheres. Em 1866, Carolina Augusta inaugurou a presença feminina no Gabinete Português de Leitura da Bahia na condição de sócia. No ano seguinte, Eugenia Infante da Camara ingressou na instituição. Na mesma ata de entrada da segunda sócia, registrada na reunião de 8 de setembro de 1867, está disposto que “O senhor Secretario ficou encarregado de fazer e publicar annuncios para a admissão de subscriptores e **subscriptoras**” (Lose *et al.*, 2021, p. 126, grifo nosso).

A atitude de deixar registrado que as mulheres são bem-vindas na condição de sócias mostra um lado consideravelmente progressista da instituição, já que se está falando da década de 60 do século XIX. É fato que o número de quatro mulheres, diante daquele extenso universo masculino, representa um número quase ínfimo e isso ocorre mais em função do contexto da época, do que qualquer ingerência da instituição. Diferente do Real Gabinete Português de Leitura, que quando surge a sugestão de uma sócia, sua inclusão não é de imediato aprovada entre o número de sócios da instituição, como se pode ver na ata de 1839 citada por Azevedo (2008, p. 28):

O Senhor Claudio Joze da Silva propôs p^a Subscriptora a Senhora D. Carolina de Noronha Torrezão, e não se havendo ainda deliberado, se o secço feminino deveria ser admitido, ficou nesta parte por decidir a proposta.

Posteriormente, no entanto, Carolina Noronha é aceita como sócia. É preciso ser justo e ressaltar que entre a nomeação da Carolina, do Real Gabinete Português de Leitura, e a da Carolina, do Gabinete Português de Leitura da Bahia, ambas as primeiras mulheres sócias das respectivas instituições, distam quase 30 anos. Por fim, em 1868, Maria Virginia Cunha e Anna da Costa Esperança Lopes finalizam o seleto grupo de quatro mulheres sócias do Gabinete Português de Leitura da Bahia desde a sua fundação até 1875. É curioso notar que apesar da orientação do anúncio acima mencionado ter sido para sócias subscritoras, todas as quatro citadas foram sócias efetivas da instituição.

Morais (1998) assinala que a leitura estava muito limitada ao público feminino no século XIX, em razão da falta de acesso das mulheres aos espaços de escrita e leitura e também da raridade de livros domésticos no Brasil da época. Mas é certo que muitas mulheres das camadas mais abastadas já eram letradas, prova disso é a grande listagem de seções de jornais e revistas dirigidas a um público leitor feminino no oitocentos no Brasil (Bastos, 2002).

Como já discutido, os gabinetes de leitura, de uma forma geral, são uma expressão, mas não apenas isso, da expansão do comércio livreiro e da necessidade de alcançar novos leitores e leitoras que não tinham condições de arcar com uma biblioteca privada, algo extremamente custoso para época. Além dos espaços físicos de leitura, tanto no Gabinete Português de Leitura da Bahia quanto nos outros gabinetes, existia a possibilidade de aluguel dos livros para a realização da leitura no espaço doméstico, o que permitia que diversas mulheres letradas fossem alcançadas, lendo as obras que seus maridos, filhos e pais alugavam da biblioteca, ou então solicitando que eles alugassem, para elas, determinados títulos. Certamente, o Gabinete Português de Leitura da Bahia teve muito mais leitoras do que Carolina, Eugenia, Maria e Anna. Todavia, por conta dos limites da época, dificilmente seus nomes serão conhecidos. Entretanto, faz-se necessário dar um destaque a elas e garantir que sejam lembradas: as leitoras anônimas da história.

Oliveira (2018, p. 127-128) tece uma dura crítica à historiografia clássica pelo apagamento da produção feminina no século XIX:



No Brasil, foram os estudos literários que tornaram conhecidas escritoras, poetisas e jornalistas brasileiras do século XIX. O corpo canônico historiográfico que se constitui a partir desse período, no entanto, não inclui nomes femininos porque, a rigor, as mulheres não produziam a modalidade de textos reconhecidos ou enquadráveis como “históricos” naquele momento. Assim, por uma dupla determinação de gênero, a constituição da história como disciplina e prática científica na modernidade seria efeito do processo que, na medida em que delimitou os protocolos da historiografia e da pesquisa profissionais, também deixou nas margens, não apenas outras formas de escrita histórica, mas também outros sujeitos possíveis da operação historiográfica.

Ou seja, a história da intelectualidade e da produção literária não é um campo de impossível intersecção com a história das mulheres, assim, é possível fazer uma história das mulheres leitoras, escritoras e intelectuais do XIX. E a mais dura crítica da autora foi que os estudos literários e a onda feminista não operaram necessariamente sobre um *corpus* documental distinto daquele trabalhado pela historiografia tradicional. Não que não houvesse novas fontes, mas as mulheres leitoras, as escritoras e as intelectuais sempre estiveram lá – nas fontes – mas foram ignoradas. Parafraseando Saramago, ao olhar essas mulheres, é preciso vê-las e, as vendo, é imprescindível repará-las.

PARA ALÉM DA BIBLIOTECA

Um dos pressupostos deste trabalho é que o Gabinete Português de Leitura da Bahia, apesar de ter a biblioteca como o centro de gravidade, operou em outras esferas da vida da Salvador oitocentista e do Brasil. Para além dos laços oriundos do comércio livreiro, que são tratados nesse livro, o gabinete baiano visou a estreitar relações com instituições correlatas. Após a eleição da diretoria em 1868, o presidente eleito, Fernando Pereira da Cunha, na ata de 20 de abril, deliberou que:

[...] se officiasse ás Sociedade Gremio Litterario, Sociedade Portuguesa Beneficencia e Desesseis de Setembro, Monte Pio da Bahia, Imperial, Sociedade Montepio dos Artistas, Monte Pio dos Artifices, Gremio Litterario Portuguez do Pará, Gabinete Portuguez do Rio de Janeiro e de Pernambuco, a elleição da nova Direcção que tem de funcionar na gestão de 1868 a 1869, visto que essas Sociedades tem tido essa delicadeza para com este Gabinete (Lose *et al.* 2021, p. 134)

O contato com outros gabinetes colaborava para a consolidação do gabinete baiano. No entanto, não há indícios de que esses contatos ajudassem, ao menos diretamente, a aumentar o acervo da instituição.

Como já abordado, os gabinetes portugueses, de forma geral, além de reflexo da expansão do livro e da leitura, são reações ao antilusitanismo que, em maior ou menor grau, permeava as grandes cidades do Império brasileiro. Por isso, essas instituições apresentavam um caráter enaltecedor da cultura lusa, em especial do idioma, assumindo uma roupagem dupla em relação às monarquias do Rio de Janeiro e de Lisboa. Uma das formas de celebração do patriotismo português era a comemoração do aniversário da “sua majestade fidelíssima”, no caso, o Rei D. Luís I de Portugal.

Essa era uma prática herdada da Real Sociedade Portuguesa de Beneficência Dezesseis de Setembro, que, por exemplo, celebrou o “[...] aniversario natalício de S. M. fidelíssima D. Pedro V”, em 1860, no Teatro São João, o mais importante da cidade naquela época (Figura I).



Figura I - Publicidade da Real Sociedade Portuguesa de Beneficência Dezesseis de Setembro para o espetáculo de comemoração do Rei de Portugal

THEATRO DE S. JOÃO.

DOMINGO 16 DE SETEMBRO DE 1860.

ESPECTACULO EM GRANDE GALA, AO ANIVERSARIO NATALICIO DE S. M. FIDELISSIMA

O SENHOR

D. PEDRO V.

Depois de exercitada pela orchestra uma brilhante suverina, representar-se-ha o Drama em um Prologo e dois actos, unido do Francez—**Donnez aux pauvres**,—pelo Sr. F. J. da Costa Braga, que se intitula—

A HONRA DE UM PORTUGUEZ.

PERSONAGENS DO PROLOGO.

Lord Verby, viajante Inglez.	Os Srs. Beades,	Um sargento da mesma	Os Srs. Joaquina Agostão.
Paulo de Vasconcellos, guarda marinha Portuguez	Bezerra.	Um portuguez residente em Macau.	Mateiro.
1.º Aspirante de marinha	Caracenas.	Um marajo da Caravela Americana	
2.º Idem	M.S.	—Marion	Compa.
O Comandante da força naval da Fragata—D. Maria II	Xavier.	Ty-ou-thou, vendedor Chinez	Silva Brito.
		Fareol-ou-thou, um velho	B. Analia.

Marajos portuguezes e americanos, pezas da botellas naval, chinezes e habitantes de Macau.

A acção do prologo tem lugar em Macau no dia da explosão da Fragata D. Maria II, as duas horas do dia 29 de Outubro de 1850.

PERSONAGENS DO 1.º E 2.º ACTOS.

Reynolds, sapinho reformado.	Os Srs. Costa.	Margarida, sobrinha de Mendonça	As Sras. D. Anna.
Jeromão, agricultor	Mendes.	Angelina,	D. Isabel.
Paulo de Vasconcellos, guarda marinha	Bezerra.	Luiza	D. Dorothea.
Valentin de Mendonça, barbeiro em Direita	Costa.	Um marajo	Idem.

O 1.º acto passa-se na Ilha da Madeira, o 2.º em Lisboa, 2 annos depois do prologo.

Seguir-se-ha a representação da nova Comedia em 1 acto liberamente unida do Francez pelo Sr. Alexandre Magna de Castello, que se denomina—

A NAMORADA DO PRINCIPE.

PERSONAGENS E ACTORES.

Eugénio Correia, rancista	Os Srs. Costa.	Meltheria, mulher de Fancraco	As Sras. D. Analia.
Fancraco, jardineiro de uma casa real na Provincia	Mendes.	Paula	D. Anna Costa.
Rego de Mattos, insuetez mae	Joaquina Agostão.	Berlinda	D. Dorothea.
Um criado da casa real, varios criados e vizinhos.			

O producto liquido deste espectáculo é em favor da Sociedade Portuguesa de Beneficencia **Dezesseis de Setembro**.

Os socios que tomaram a seu cargo a distribuição dos bilhetes pedem aos seus concios e ao respectavel publico toda a coadjuvacao para que o resultado seja satisfatorio.

Os bilhetes podem ser procurados nas lojas dos Srs. Marcos José dos Santos, rua direita de Palácio n. 41, e na Calade baixa na dos Srs. M. J. Rodrigues, Praça do Commercio n. 46, L. G. da Cruz por baixo do Consalado, a quem tambem deverao ser remettidos em quantias com que cada um concorrer.

Bahia:—Typ. Fogueti.—1860.



Outra herança da Real Sociedade Portuguesa de Beneficência Dezesseis de Setembro era a prática da caridade. O gabinete não embolsava o lucro dos espetáculos no Teatro São João, usava-o, sim, em prol dos menos necessitados. Na lógica da dualidade, eram escolhidas, para receber os recursos angariados com os espetáculos, uma instituição do Brasil e outra de Portugal, como se lê na ata de 16 de outubro de 1866:

Deliberou-se que fosse festejado, como do Costume, o dia 31 do corrente mez de Outubro – anniversario natalicio do nosso Augusto Monarcha – El-Rei de Portugal o Senhor Dom Luiz 1^o, convertendo-se o resultado liquido que se obtiver, em beneficio da Caza Providencia fundada nesta Cidade e de um Azylo da Cidade do Porto: esta ideia foi iniciada pelo digno Senhor Thezoureiro Francisco Teixeira Ribeiro, e foi approved (Lose *et al.*, 2021, p. 111).

No entanto, no espetáculo de 1867, ocorreu uma mudança. Em meio à Guerra da Tríplice Aliança – Brasil, Argentina e Uruguai – contra o Paraguai, como se vê na ata da reunião de 9 de outubro:

O Senhor Augusto Lopes, ponderou que tendo-se de dar o espectáculo na noite de 31, para seu producto liquido ser devido pelas familias dos voluntarios da Patria, e Azylo de Maria Pia conforme se havia resolvido na prescedente sessão; comtudo, tendo reflectido que esse resultado será muito diminuto para dividir, propõe que seja elle só applicado ás familias dos voluntarios bahianos (Lose *et al.*, 2021, p. 127).

O maior conflito militar da história do Brasil – considerada a primeira guerra total da história do ocidente –, a referida Guerra do Paraguai ou Guerra da Tríplice Aliança, ocupou a atenção do Gabinete Português de Leitura da Bahia, como não poderia deixar de ser (Lose, 2019, p. 139). Por ocasião do fim do conflito bélico, o gabinete baiano felicitou o presidente da província, representante do imperador, pelo triunfo sobre o inimigo paraguaio (Lose *et al.*, 2021). Isto reforça o argumento de que o Gabinete Português de Leitura da Bahia, apesar de ser um instrumento de exaltação patriótica lusa, não ignorava sua brasilidade, ainda que ignorasse as efemérides de 7 de setembro e 2 de julho.

É inegável que a derrota do Paraguai representou um evento patriótico no Império do Brasil, mesmo que o conflito tenha sido rodeado de contradições. Uma delas foi que, rendido o inimigo, a escravidão em seu território foi abolida pelo dominador brasileiro, valendo o questionamento de Nabuco (2010, p. 76): “Como poderia este acreditar que o ato do general brasileiro [Conde d’Eu, comandante das forças imperiais no Paraguai no momento do fim da guerra] exigindo do vencido a abolição da escravidão não envolvia para o vencedor a obrigação moral de fazer outro tanto no seu próprio território?”

Estava posta, então, a maior contradição da época: a escravidão, e dela o Gabinete Português de Leitura também não conseguiu fugir.

ESCRavidÃO

O Abolicionismo foi o primeiro movimento social brasileiro que nasceu, de certa maneira, disforme, no começo do XIX, e foi ganhando forma até a organização plena e sistemática na década de 70, alcançando seu auge no 13 de maio de 1888 (Alonso, 2015). Em seu maestral estudo,



Mattoso (2003, p. 176) informa que a prática de alforria cresceu na medida em que o fim jurídico do trabalho forçado no Brasil se aproximava.

Foi nesse momento que as sociedades “libertadoras” e “abolicionistas” se expandiram pelo país. Compostas por uma intelectualidade urbana, esses grupos somaram forças nas fileiras abolicionistas pela pressão local que exerciam por meio da divulgação de propaganda em prol da extinção da escravidão. Outra prática comum dessas sociedades era o levantamento de fundos para o pagamento de alforria de alguns cativos (Macena; Muniz, 2017). Não há notícia de que o Gabinete Português de Leitura da Bahia tenha feito ou apoiado qualquer propaganda abolicionista na capital da Bahia, mas tensionou com a escravidão em alguns momentos.

Na ata de 2 de novembro de 1872, registra-se que a escravatura bate – literalmente – à porta do Gabinete Português de Leitura:

As 8 horas aparecendo á porta da sala, uma cria de 5 annos de idade, implorando a caridade para obter a somma precisa para sua alforria, foi logo admitida no recinto do Gabinete e o *Senhor* presidente da Direcção tomando-a sob sua protecção, informou que ia abrir-se uma subscrição a fim de remir do Captiveiro offerecendo-se em nome d’es ta Sociedade e por parte d’ direcção a prefazer a somma exigida. O *Senhor Doutor* Manoel uzou ainda da palavra, demonstrando o quanto seria agradavel a *Sua Magestade Fidelissima* um acto tão humanitario.

O *Senhor* Joaquim Francisco de Almeida Brandão declarou que seria dada a alforria á sua custa em nome desta Sociedade propondo que a somma que se apurasse na subscrição fosse aplicada á alforria de outra cria, ou de 2, se para tanto chegasse a somma adquirida.

[...]

Deliberou-se mais que as despesas da referida noite fossem feitas a expensas da direcção sahindo dos coffres da Sociedade a quantia de cem mil reis com que subscreveria esta Sociedade para a alforria das escravas, acompanhando assim ao *Excelentissimo Senhor Doutor* Manoel. (Lose *et al.*, 2021, p. 209)

Ainda em 1872, a ata da reunião de 17 de dezembro mostra que:

Tendo rendido a subscrição movida em 31 de Outubro *proximo passado* a quantia de Reis 760\$000 inclusive Reis 100\$000 subscriptos por esta Sociedade, marcou-se o dia 22 do corrente para serem entregues ao hospital de Bom Fim (da Sociedade Portugueza) as cartas de liberdade ás escravas de nomes: Cecilianna, de 12 annos; Adelia, de 14 annos; e Lusía, de 4 annos tambem. (Lose *et al.*, 2021, p. 210)

A atitude dos sócios rende muito orgulho ao gabinete baiano. Por exemplo, na ata da reunião de diretoria de 23 de janeiro de 1873, tal ação é relembrada:

O *Senhor Doutor* Manoel de Saldanha da Gama entregou ao *Senhor* Presidente da Direcção o discurso que proferiu por ocasião de se entregarem as cartas de liberdade, no Bomfim, a 3 escravas, como produto da subscrição promovida em 31 de Outubro *proximo passado*, cuja entrega teve logar no dia 22 de dezembro *passado* nessa ocasião proferiram discursos tambem os *Senhores* Joaquim Frederico Marinho de Araujo por parte da Sociedade Libertadora 7 de *Setembro*, e Frei Carneiro da Cunha tendo este ultimo feito pomposos elogios aos Monarchas e ao povo Portuguez, e remontando-se a historia demonstrou que quando a escravatura era um importante Commercio de



algumas nações, já os Monarchas de Portugal pensavam na abolição da escravatura e fazião baixar Regios Alvarás protegendo esta causa. (Lose *et al.*, 2021, p. 211).

Ao longo de todas as atas de diretoria do Gabinete Português e Leitura da Bahia do período de 1863 a 1875, essa foi a única vez em que a palavra *abolição* foi mencionada. Não obstante, na ata de 4 de novembro de 1873, a escravatura voltou para os debates da instituição:

Findos os discursos, Sua Excelencia o Senhor Presidente d'Assemblea Geral fez entrega a escrava [...] Philomena de sua carta de liberdade obtida a expensas d'esta Directoria em honra de Sua Majestade Fidelissima e d'este Gabinete.

Apresentando-se em seguida uma escrava a implorar os meios de libertar sua filha menor de nome Livinia, os Senhores Henrique de Souza Palmeira Guimaraes e Augusto da Silva Ribeiro, dignos Membros da Direcção transacta tomando-a debaixo da sua protecção obtiverão a liberdade da referida menor a expensas suas tambem em nome da honra d'este Gabinete. (Lose *et al.*, 2021, p. 227)

A carta de alforria de Philomena, mencionada na ata em questão, encontra-se no Arquivo Público do Estado da Bahia:

LIBERDADE DE FILOMENA

A minha cria Filomena, parda, de idade de dez anos filha de escrava Joanna confiro a liberdade em nome da sociedade Gabinete Portuguez de Leitura da qual, em comemoração do anniversario de El Rei o Senhor Dom Luiz 1º de Portugal festejado hoje pela dita sociedade, recebi a quantia de trezentos mil réis, em que [...] a alforria da mesma menor, pelo que assigno [...] (Arquivo Público do Estado da Bahia, Seção de Arquivos Judiciários, Livro de Notas 428, fólio 8r e v)

O ex-proprietário assinou como Frederico Augusto Rodrigues da Costa. Longe de ser um clube ou sociedade abolicionista, é certo que o Gabinete Português de Leitura da Bahia não pôde ignorar a escravidão na Salvador oitocentista, tensionando, ao seu modo, com a contradição da época.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Gabinete Português de Leitura da Bahia é uma expressão de um contexto maior das sociedades ocidentais de expansão do comércio livreiro. Esse tipo de instituição guardou uma relação dialética com a escrita, visto que representou uma expansão no comércio de livros, mas também contribuiu para que ele continuasse a se expandir ao alcançar novos leitores e leitoras.

Os gabinetes portugueses são dotados de uma particularidade, visto que, além de expressão da expansão do livro, são reações pacíficas e ativas ao antilusitanismo do século XIX brasileiro. Naquele momento, o idioma representava uma ideologia e Camões é o defensor maior da pátria-mãe rejeitada.

Com a fundação, em 1837, do Real Gabinete Português de Leitura, outras instituições correlatas foram criadas nas províncias. Todavia, algo que aqui se provou foi que as histórias dos gabinetes provincianos não são uma mera adaptação do irmão da capital, visto que cada um compartilha das próprias particularidades daquele contexto.

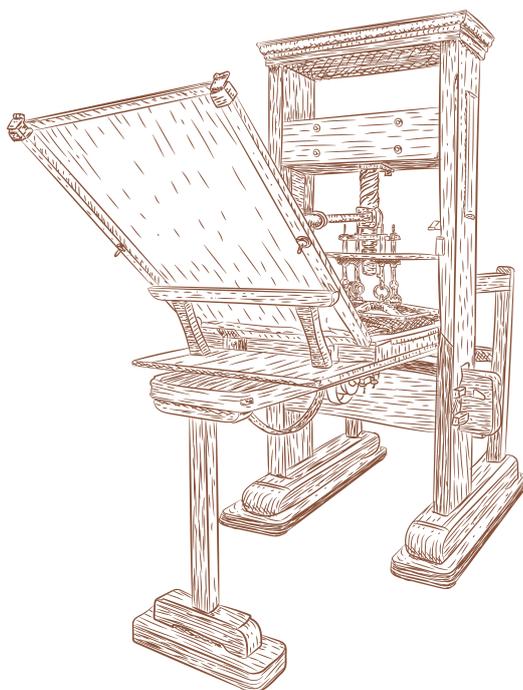


E o gabinete baiano não foi diferente. Nascido no seio de uma sociedade beneficente que visava a auxiliar os portugueses desassistidos na capital baiana, o Gabinete Português de Leitura da Bahia organizou-se e consolidou-se como instituição defensora da língua portuguesa e propagadora do idioma, através da sua respeitável biblioteca.

Os sócios e, com mais bravura, as sócias administraram a instituição que não se deteve apenas aos livros, não que isso não fosse o bastante. Mas era impossível ignorar as contradições da época, o Gabinete não conseguiu existir em um vazio cósmico de livros e teve que encarar o chão da realidade. A política no Brasil e no exterior, a destruição do Paraguai e a chaga da escravidão ocuparam a cabeças de portugueses e brasileiros (e também de dois ingleses e um prussiano).

O resgate da história do Gabinete Português de Leitura da Bahia representa uma contribuição para a história social da cultura escrita, do livro e do comércio livreiro. Além da história das leitoras e leitores, escritores e escritoras. Por fim, trazer à luz a história desses primeiros 12 anos de existência do Gabinete baiano é uma contribuição para a memória e história de Salvador, da Bahia e do próprio Brasil.





O Gabinete Português de Leitura da Bahia e o mercado editorial Brasil-Portugal no final do século XIX

No dia 30 de março de 1864, um pouco mais de um ano após a fundação do Gabinete Português de Leitura da Bahia, o então presidente da instituição, o senhor José Machado de Miranda, pediu autorização da diretoria para “[...] mandar vir de Lisboa uma factura de obras para aumento da Bibliotheca” (Lose et al., 2021, p. 70). Esse é o primeiro registro de solicitação para o envio de obras de Portugal para o Gabinete. Trata-se de uma iniciativa inicial dos sócios-fundadores de se integrar ao circuito internacional do comércio de livros da segunda metade do século XIX.

Esse era, em realidade, um dos principais objetivos da instituição. O Gabinete Português de Leitura da Bahia foi fundado em 1863, buscando se constituir como um espaço de referência para a cultura lusa na província. É nesse sentido que um dos pilares da instituição é a aquisição de obras, escritas principalmente em português e francês, e de importantes jornais publicados no Brasil e em Portugal (Lose et al., 2021, p. 26). Dessa forma, a Biblioteca Infante Dom Henrique era o centro para onde convergiam as atividades e os recursos dos sócios e membros do gabinete baiano, em prol do seu fomento e da sua consolidação como um espaço de exaltação da língua e da cultura portuguesa na província.

Nesse esforço de elaboração de uma biografia institucional do Gabinete Português de Leitura da Bahia, a compreensão das relações estabelecidas pela instituição com Portugal e com outras províncias do Brasil no ramo do comércio livreiro é fundamental. É nesse sentido que o presente capítulo pretende analisar, por meio das atas desses 12 primeiros anos da instituição, as relações tecidas pelo Gabinete dentro do comércio livreiro e dos circuitos literários transatlânticos entre



esses dois países durante a segunda metade do século XIX. Para isso, considera-se, seguindo as reflexões de Darnton (2010), os sistemas econômicos, políticos e culturais que influenciam o circuito de circulação dos livros. Da mesma forma, pretende-se desvelar o lugar de relevância da instituição no impulsionamento do mercado editorial no Império e, mais especificamente, na cidade do Salvador nos oitocentos. Para isso, é importante demonstrar como o público leitor e o contexto cultural, histórico e intelectual afetaram o comércio livreiro e fizeram com que os profissionais desse mercado e os membros do Gabinete fizessem escolhas e desenvolvessem estratégias para manter esse negócio e garantir a ampliação do acervo da instituição.

A fim de atingir tais objetivos, duas etapas metodológicas principais foram desenvolvidas. Uma delas consistiu na leitura de todas as atas das reuniões dos 12 primeiros anos de funcionamento do Gabinete baiano (1863-1875). A outra concentrou-se no levantamento das obras – jornais, revistas e gazetas – doadas ou compradas pela instituição e que estivessem registradas no livro de atas, assim como, sempre que possível, a sua forma de aquisição, título e valor estimado. Da mesma maneira, foram identificados os livreiros portugueses, ou sediados no Brasil, que atuaram como fornecedores do Gabinete, os intermediários presentes em Lisboa que auxiliaram a instituição na relação comercial estabelecida em Portugal, assim como os registros e valores dessas transações monetárias e das solicitações para a aquisição de livros em terras lusitanas e no Brasil.

Finalizada a leitura de todas as atas e a coleta desses dados, inicia-se, então, a análise dessas informações, por meio de uma bibliografia especializada no tema, a fim de se costurar as relações e a inserção do Gabinete no mercado editorial entre Brasil e Portugal no final do século XIX.

Um dos principais resultados da conclusão dessas duas etapas foi a sistematização de três quadros, nos quais estão organizadas todas as informações de que se tem registro nas atas sobre as obras, os jornais, revistas e gazetas, bem como sobre os pedidos e as menções de compra de obras em Portugal e no Brasil. Cada quadro apresenta colunas segundo a variedade de informações que se é possível encontrar nas atas sobre cada obra, jornal ou pedido de compra de livros.¹

A título de exemplo, o quadro sobre livros e obras contém informações sobre a forma de aquisição, – compra ou doação – o nome de quem realizou a doação, o tipo da obra, – técnica, tese, discurso, romance – o valor estimado pelo Gabinete – em caso de compra ou doação, para que conste no inventário da instituição – e até mesmo o nome do autor.

1 Tais quadros estão disponíveis no apêndice do livro.



Figura II - Quadro dos livros e obras do Gabinete Português de Leitura da Bahia

Forma de aquisição	Nome	Nº de exemplares/volumes	Tipo de obra	Lugar/ data de publicação	Autor	Língua	Valor	Indicação de página	Ano de aquisição	Enviado para restauro
Compra ao José Caetano Ferreira Espinheira		600 volumes	Literatura				oitocentos mil reis	66	1863	
Doação de Joaquim Gozardo de Bastos	Culpa e arrependimento	2 exemplares	Drama		Joaquim Gozardo de Bastos			70	1864	
Doação de António Ferreira da Fonseca	Journal d'un voyage a Tomboctou et a Jenné.	2 exemplares				francês		70	1864	
Doação de Manoel da Silva Alves Pereira		5 volumes					[...]z mil reis	73	1864	
Doação de João Gomes Fernandes	Quadros Navaes	1º e 2º volumes						75	1864	
Doação de Fernando Pereira da Cunha	Historia do Brazil	[...] volumes	História				5\$000	75	1864	
Doação de José da Silva Bastos	Historia de Revolução Franceza	17 volumes	História			francês	R\$40\$[...]	75	1864	
Doação de Miguel Gomes da Costa	Ruy: O Escudeiro						(conjunto de doações) 6\$000reis	77	1864	
Doação de Miguel Gomes da Costa	Codigo commercial portuguez						(conjunto de doações) 6\$000reis	77	1864	
Doação do Senhor Presidente [...]	Conde de Monte-Christo							79	1864	
Doação de Pedro Calazans	Ofenisia		Poesia		Pedro Calazans			79	1864	
Doação de José Gonçalves Belchior	Historia General de los hechos de los Castelhanos en las Islas e Tierra firme del Mar Oceano	4 volumes				espanhol	20\$000 reis	82	1865	
Doação de Manoel de Barros Silva	Onde está a infelicidade!						um mil reis	83	1865	
Doação de Silva Bastos, Barros Silva, Gomes Fernandes e Silva, Joaquim Brandão, Antonio Joaquim, Gomes Pereira Fontes, Leite de Carvalho, Pinto de Miranda, e [...] Fernando da Cunha	Mappa Geographico de Portugal							83	1865	
Doação de Manoel Pereira de Carvalho Sobrinho	Mappa Topographico da Cidade da Bahia							86	1865	
Doação de Manoel Pereira de Carvalho Sobrinho	Quadro Geral dos socios							86	1865	
Doação de Manoel Pereira de Carvalho Sobrinho	Quadro geral histórico de Portugal.							86	1865	



Para os jornais e revistas, por sua vez, constam informações sobre o nome do jornal, a forma de aquisição das assinaturas e o local de publicação.

Figura III – Quadro dos jornais e revistas do Gabinete Português de Leitura da Bahia

Nome	Forma de aquisição/período	Local de publicação	Indicação de página	Ano	Outras informações
Commercio do Porto	Assinatura	Porto	66	1863	
Jornal do Commercio de Lisboa	Assinatura	Lisboa	66	1863	
Diario da Bahia	Assinatura	Salvador	66	1863	
Jornal da Bahia	Assinatura	Salvador	66	1863	
Jornal Revista Luzo-Brazileira	Assinatura por seis meses e envio dos dois primeiros números pelo Consul Augusto Peixoto		70	1864	
Jornal do Commercio do Rio	Assinatura	Rio de Janeiro	75	1864	
Gazeta Official de Lisbôa	Assinatura	Lisboa	75	1864	
Diario de Pernambuco	Oferecido por Bonifacio Jose de Barros por tempo indeterminado	Recife	77	1864	
Epocha (encadernado em 1 volume)	Doado por Miguel Gomes da Costa		77	1864	
Semana Illustrada	Assinatura	Rio de Janeiro	77	1864	
Jornal do Povo	Oferecido por Joaquim Leite de Carvalho	Barcellos	82	1865	
Portugal	Assinatura	Rio de Janeiro	92	1865	
Ecco Ultramarino	Assinatura	Portugal	96	1865	
Gazeta de Portugal	Assinatura por 1 ano (28\$ reis)	Lisboa	105	1866	
La Verdad hespanhol	Aquisição de exemplares		105	1866	
Illustração franceza	Aquisição de exemplares	Paris	105	1866	Foi colocado para encadernação em 1871.
Echo do Lima	Oferecido por Fernandes Silva		110	1866	
Correio Mercantil	Assinatura	Rio de Janeiro	116	1866	
A Gazeta de Portugal	Assinatura	Lisboa	116	1866	

Para os pedidos de compra de livros, foi registrado o local de onde o pedido foi enviado, além do valor dos lotes de livros, o transporte utilizado para o envio dessas obras e o livreiro e intermediário que atuaram na negociação com o Gabinete.



Figura IV – Quadro dos pedidos e menções sobre solicitação de compra de obras do Gabinete Português de Leitura da Bahia

Pedidos/ Menções/ Transações para compra	Local de compra/ pedido	Livreiro/ Intermediário	Valor	Indicação de página
O Senhor José Machado de Miranda apresentou a factura de Reis 340\$000 – importancia das obras que ultimamente mandou vir para o Gabinete, que já se acha na posse d'ellas [...] ordenou-se que essa conta fosse creditada ao Senhor Machado para ser paga quando houvesse dinheiro em caixa	Lisboa		340\$000	71
a Bibliotheca precisava de obras novas e modernas, e portanto que era necessario mandar vi-las de Lisboa, e por isso ficou o Senhor Presidente authorisado a tomar um saque de Reis 400\$ – quatrocentos mil reis fortes – para serem empregados em obras – derigindo-se ao Senhor Antonio Maria Pereira – de Lisboa por intermedio do Senhor João de Souza Pias, como consta da correspondencia que fica registrada	Lisboa	Antonio Maria Pereira/ João de Souza Pias	quatrocentos mil reis	76
Duas cartas do Senhor João de Sousa Pias [...] [...] 12 e 29 de Dezembro proximo passado informando esta [...] [...] [...] que pagou [...] [...] [...] ao livreiro Antonio Maria Pereira – proveniente da factura de livros que remeteu para este Gabinete pelo Paquete inglez Magdalena. Uma outra do mesmo livreiro Antonio Maria Pereira incluindo a referida factura de livros, e pedindo esclarecimentos:	Lisboa	Antonio Maria Pereira/ João de Souza Pias		80
Ficou authorisado o Senhor Fernando Pereira Cunha a remetter para Lisbôa a quantia de cem mil reis fortes para satisfazer ao pagamento dos Livros remmettidos a este Gabinete.	Lisboa		cem mil reis	86
Recebeu-se uma carta do Senhor João de Souza Pias, de Lisboa participando haver recebido Oitenta mil reis (80\$000 reis) importancia da ultima factura de livros remmetida [...] Senhor a este Gabinete que d'elles foi entregue.	Lisboa	João de Souza Pias	oitenta mil reis	102
"Uma carta do Senhor João de Souza Pias de Lisboa accusando o recebimento de Reis 71\$270 fortes saccados a seu favor importancia de livros."	Lisboa	João de Souza Pias	71\$270	106
Foi tambem presente uma carta do Senhor Antonio Maria Pereira – de Lisboa – derigida ao Senhor Secretario interino, communicando que pelo Paquete Oneida remette uma factura de livros no valor de Reis 59\$040 moeda forte cuja importancia já se recebeo de João de Souza Pias – negociante da Praça de Lisboa	Lisboa	Antônio Maria Pereira/João de Souza Pias	59\$040	108
O Senhor Presidente declarou mais que o Gabinete achava-se com um déficit, sendo também necessario remetter para Lisboa cem mil reis (100\$) fortes importancia de livros	Lisboa		cem mil reis	111
a segunda um recibo do livreiro Antonio Maria Pereira de Reis 44\$970 – proveniente da factura de livro remetida pelo Paquete Rhone.	Lisboa	Antônio Maria Pereira	44\$970	117
Huma carta do Senhor Antonio Maria Pereira, livreiro de Lisbôa participando uma remessa de livros pelo Paquete Shannon na importancia de Reis 65\$970 fortes	Lisboa	Antônio Maria Pereira	65\$970	122
Ficou authorizado o Senhor Secretario a pedir nova remessa de obras de Lisboa, bem como para o Rio de Janeiro algumas obras de authores brasileiros	Lisboa/ Rio de Janeiro			125
Huma dicta do mesmo Senhor Antonio Maria Pereira de 17 de Outubro remettendo pelo vapor Portolomy uma factura de livros e avizando ter a receber do Senhor João de Souza Pias a respectiva importancia de Reis 28\$050 fortes	Lisboa	Antonio Maria Pereira/João de Souza Pias	28\$050	129
Huma outra carta do Senhor Antonio Maria Pereira, livreiro [...] cobrando uma factura de livros vindos no Paquete inglez [...] na importancia de Reis 76\$190-fortes –	Lisboa	Antonio Maria Pereira	76\$190	98
Uma Carta de João de Souza Pias remettendo a conta corrente em que mostra ser o Gabinete seu devedor até 31 de Dezembro de 1867 da quantia de Reis 42\$130 fortes para cujo pagamento fica o Senhor Thezoureiro auctorisado a fazer o saque da dita quantia, assim como da de mais 100\$000 fortes para pagamento de livros que possa remetter o Senhor Antonio Maria Pereira livreiro fornecedor do Gabinete.	Lisboa	Antonio Maria Pereira/ João de Souza Pias	42\$130 + 100\$000	131

Entretanto, é importante ressaltar que, como dito anteriormente, em razão do estado de degradação avançado em alguns trechos do livro de atas, ou simplesmente em função da falta de registro de determinadas informações, apenas foram incluídos nas tabelas aqueles dados que apareceram na edição semidiplomática do documento (Lose *et al.*, 2021), e foi com base neles que foram realizadas as análises. Esse processo de sistematização desses dados foi de



extrema importância para a compreensão de maneira mais clara do processo de formação do acervo fundacional do Gabinete.

Por meio das atas, como será explicado a seguir, foi possível perceber como o Gabinete surgiu em meio ao processo de desenvolvimento do comércio livreiro e das atividades editoriais e literárias no Brasil ao longo do século XIX. O seu lugar de prestígio e de destaque na elite letrada de Salvador e, mais amplamente, do Império, pôde ser notado nas diversas correspondências trocadas com importantes instituições e bibliotecas, como o Real Gabinete Português de Leitura; no envio de uma comissão de sócios para felicitar o Imperador em razão do casamento da princesa Isabel com o Conde d’Eu; e no recebimento de doações de livros de figuras importantes da política da época, como o presidente da província e o ministro da guerra. Nesse sentido, o Gabinete Português de Leitura da Bahia se constituiu como mais um espaço de circulação de obras no Império, desenvolvendo um papel impulsionador no comércio livreiro e no mercado editorial do eixo transatlântico Brasil-Portugal no final do século XIX.

A FORMAÇÃO DO ACERVO FUNDACIONAL

Para compreender a cultura e a história das ideias de uma época, é fundamental ater-se ao estudo dos arquivos e das bibliotecas, compreender os seus acervos e a lógica de aquisição e preservação de suas obras (Lose *et al.*, 2021). Pensar sobre o papel do livro na sociedade é um aspecto de suma importância para o estudo da História de maneira mais ampla.

De acordo com Christian Jacob (2008), a história das bibliotecas no Ocidente é indissociável da história da cultura e do pensamento de um período. Mais do que um acervo de livros ou um edifício, a biblioteca é uma instituição e, portanto, possui práticas e técnicas que determinam a seleção, a conservação e a classificação das obras. Além disso, para ele, a biblioteca se trata de um projeto que institui significados às práticas de leitura, já que

Por sua arquitetura, definição de seu público, princípios que ordenam suas coleções, pelas opções tecnológicas que determinam a acessibilidade e a materialidade dos textos, assim como pela visibilidade das escolhas intelectuais que organizam sua classificação, toda biblioteca dissimula uma concepção implícita de cultura, do saber e da memória, bem como da função que lhes cabe na sociedade de seu tempo (Jacob, 2008, p. 9).

Da mesma forma, ao desenvolverem seu papel na preservação e na transmissão de conhecimento, as bibliotecas também se constituem como um “[...] signo e instrumento de poder” (Jacob, 2008, p. 14). No entanto, mesmo sendo composta por livros e obras literárias diversas, a dimensão econômica das bibliotecas não pode ser desconsiderada e é fundamental para as reflexões aqui propostas. É com base nessa premissa que Marisa Lajolo e Regina Zilberman (2001) em seu livro *O preço da leitura: leis e números por detrás das letras* realizam uma abordagem da literatura e do escritor por meio da perspectiva econômica, inserindo o profissional da escrita e o universo literário no mundo capitalista burguês. É com base nessas noções que se busca refletir, nesse capítulo, sobre o lugar, a importância e as relações comerciais desenvolvidas pelo Gabinete baiano no mercado editorial entre Brasil e Portugal durante o final do século XIX.

Como desenvolvido no capítulo anterior, a fundação do Gabinete Português de Leitura da Bahia, em 1863, segue a tendência de criação dos demais Gabinetes de leitura em outras províncias do Império, a exemplo de Pernambuco, após a fundação do Real Gabinete do Rio de Janeiro. O Gabinete baiano foi mais uma dessas instituições de iniciativa portuguesa que “[...] supriam as mais prementes urgências quanto à saúde, desemprego, escolaridade, apoio à velhice, lazer e atrações culturais” dos portugueses residentes no Brasil (Ferreira, 2005, p. 5).



Da mesma forma que os demais, essa instituição tornou-se um espaço de estímulo e de fomento à leitura e às práticas culturais e educacionais, com seus eventos comemorativos, seus cursos de francês e de gramática e com sua importante Biblioteca Infante Dom Henrique. Assim, a sua instalação acompanha o ritmo crescente de surgimento de bibliotecas, Gabinetes e de outras instituições voltadas à leitura e aos livros no Império, principalmente entre as décadas de 1860 e 1880 (Dutra, 2010).

Já nas primeiras atas das reuniões dos sócios-fundadores concentram-se os debates e as deliberações sobre a organização institucional do Gabinete, versando sobre a aquisição de mobiliário; a contratação de funcionários, como bibliotecários e tesoureiros; realização de eleições da mesa diretora; proposição de novos sócios; definição das normas de funcionamento; e, principalmente, sobre a formação do acervo fundacional pela compra de livros.

Ao longo das atas é marcante a preocupação dos sócios quanto à aquisição de livros para biblioteca, tendo em vista que esse era um dos pilares e o objetivo central que orientou a fundação da instituição, conforme a ata de instalação do Gabinete:

Em Salvador, no dia 2 de março de 1863, na sede da Sociedade Portuguesa de Beneficência Dezesesseis de Setembro, fundou-se uma sociedade batizada de “Gabinete Portuguez de Leitura” que tinha, entre suas finalidades, criar uma biblioteca onde os “subditos portuguezes” pudessem se reunir para desfrutar de obras basilares da cultura portuguesa e de outros idiomas, além de oferecer cursos e atividades de interesse à cultura lusa. Deveria ser comprado para essa biblioteca o maior número de obras de valor reconhecido para o idioma “pátrio” e para a cultura europeia (Lose *et al.*, 2021, p. 26).

Como comentado anteriormente, a primeira aquisição de obras está registrada apenas meses após a fundação do Gabinete, na ata de 9 de setembro de 1863 (Lose *et al.*, 2021), indicando a compra de 600 volumes de obras de literatura oferecidos pelo senhor José Caetano Ferreira Espinheira, que, em 1864, seria proposto como sócio pela direção da instituição. Para a obtenção desses 600 livros, foram mobilizados 800 mil réis, sendo o maior valor empregado – de que se tem registro nas referidas atas – na compra de obras nesses primeiros anos da instituição. Apesar do alto valor mobilizado para a compra, não foi possível averiguar, porém, se tratava de uma coleção privada do senhor Espinheira, ou se o mesmo atuava como livreiro e intermediário nos negócios editoriais.

Entretanto, a falta de fundos para arcar com as despesas da instituição, entre elas a compra de livros, é marcante ao longo dessas atas iniciais. Assim, durante os primeiros meses, os números de registros de compras de obras foram tímidos, uma vez que o Gabinete ainda não dispunha de recursos suficientes para compor o seu acervo. Dessa forma, foi necessária a contração de empréstimos e o levantamento de fundos entre os próprios sócios para pagamento das dívidas. Essa prática foi usada, inicialmente, para conseguir viabilizar a compra de obras para a biblioteca e, à medida que ela ia crescendo, a aquisição de mobiliário para atender ao espaço físico da instituição. No que diz respeito a isso, pode-se observar o relato da ata do dia 16 de outubro de 1863:

O Senhor Presidente declarou que não se tendo ainda pago [...] [...] [...] [...] que se lhe haviam comprado para a sociedade, [...] [...]zer essa divida, em que respondendo o Senhor Thezoureiro Manoel Joaquim Marques Braga que a casa não tinha dinheiro em cofre visto ter elle pago diversas contas, propôs o Senhor Presidente que o Conselho Directorio se rateasse entre sí para fazer um emprestimo a sociedade equivalente as sommas que agora he necessario pagar (Lose *et al.*, 2021, p. 66).



Ainda que fossem realizadas volumosas compras, a forma de obtenção de livros mais registrada – e com maior detalhamento – nas atas foram as doações, que podiam ser feitas não apenas pelos sócios, mas também pelos próprios escritores e, inclusive, por algumas instituições e associações. Isso é evidente, por exemplo, nas doações realizadas pelo presidente da Associação dos Artistas de Coimbra, pela Imprensa Nacional de Lisboa e pela Directoria Geral da Estatística do Império. Do mesmo modo, também são doadores figuras importantes da política como o Presidente da Província, o senhor Luiz Antonio da Silva Nunes, e o Ministro da Guerra, o senhor João José de Oliveira Junqueira. Tal aspecto demonstra, portanto, o lugar de prestígio e de reconhecimento que o Gabinete de Leitura da Bahia estava ocupando entre os círculos sociais mais abastados.

Tais doações são numerosas e, quando registradas nas atas, oferecem informações relevantes sobre as obras que passam a compor a biblioteca. Na maioria das ocorrências é possível obter informações como o título da obra, o nome do autor, o gênero literário, o nome de quem realizou a doação e, em alguns casos, o valor estimado da obra ou do lote de obras.

A Imprensa Nacional de Lisboa dirigio a esta Sociedade um volume, em brochura, da “Noticia Breve da Imprensa Nacional”, resolvido que se lhe agradecesse (Lose *et al.*, 2021, p. 167).

Officio do Excelentissimo Senadôr João José de Oliveira Junqueira, actual ministro da Guerra, offerecendo à nossa bibliotheca um exemplar da obra vertida do francez e publicada por sua ordem = A retirada da Laguna, pelo capitão Alfredo de Escragolle Taunay = (Lose *et al.*, 2021, p. 245).

Pelo Senhor Firmino Carlos Pereira Guimaraes forão offerecidas ao Gabinete as seguintes obras de Camillo Castello Branco [...] o Retrato [...] [...] no valor de Reis 4\$000. (Lose *et al.*, 2021, p. 160).

Ainda que não sejam encontradas nas atas algumas dessas informações, pela ausência do registro ou em função do estado de degradação do documento original, foi possível perceber que os tipos de obras adquiridas por doação nos primeiros anos são variados. Essas obras vão da literatura brasileira, portuguesa e internacional – principalmente aquelas em francês, inglês e espanhol – com livros de poesia, romance, conto e drama; além de mapas, atlas, teses, discursos e livros de História. Da mesma forma, vão compondo a biblioteca grandes clássicos como *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, e obras de grande sucesso no período, como *O Conde de Monte-Cristo*, de Alexandre Dumas, *A Moreninha*, de Joaquim Manuel de Macedo, bem como a obra *Culpa e arrependimento*, que foi ofertada à instituição pelo próprio autor, o senhor Joaquim Gozardo de Bastos.

Em contrapartida, para as obras compradas fora da relação comercial estabelecida com livreiros sediados no Brasil e em Portugal, não foi possível obter um registro detalhado, verificando-se apenas oito menções desse tipo de compra. A oferta de obras para a realização desse tipo de compra pelo Gabinete Português de Leitura da Bahia poderia ser realizada pelos sócios, pelos autores e pelos membros de outras sociedades. Para isso, foram mobilizados, em linhas gerais, um montante superior a um conto de réis, que resultou na aquisição de seis volumes de *Historia do Brazil*; de um exemplar da Bíblia Sagrada, “[...] ricamente encadernada [...]” (Lose *et al.*, 2021, p. 108); dos discursos de José Cardozo Vieira de Castro remetidos pelo membro da Real Sociedade Portuguesa de Beneficencia, o senhor Joaquim Lopes da Motta Guimarães; de 68 volumes de uma obra não identificada; de diversas obras oferecidas pelo sócio Joaquim Francisco dos Santos; de um exemplar da obra do Senhor Director José de Siqueira, intitulada *Estudos sobre a hygiene*, de 98 volumes adquiridos pela instituição em um leilão e, por fim, dos 600 volumes de literatura



que correspondem à primeira aquisição de obras pelo gabinete. Algumas dessas aquisições são registradas nas atas, como vemos a seguir:

Igualmente se officiase ao 1º Secretario da Real Sociedade Portugueza de Beneficencia 16 de Setembro, remetendo dez mil reis pela compra que enviou ao Gabinete, dos discursos de Vieira de Castro (Lose *et al.*, 2021, p. 116).

Fez-se aquisição de deversas obras em 68 volumes pela quantia de setenta mil reis, ficando o Senhor Thezoureiro authorisado a pagar a dicta quantia (Lose *et al.*, 2021, p. 127).

Foi authorisada a compra da diversas obras offerecidas á vista pelo Senhor Joaquim Francisco dos Santos, vista a modicidade dos preços [...] todos justos por Reis 70\$000 (Lose *et al.*, 2021, p. 172)

Também compunham esse acervo diversos jornais e revistas, que podiam ser adquiridos por assinatura ou pelo oferecimento dessas assinaturas pelos sócios do Gabinete, a exemplo da concessão, por tempo indeterminado, da assinatura do *Diário de Pernambuco*, feita pelo sócio Bonifacio Jose de Barros, em outubro de 1864. Ao todo, durante o período analisado, foram adquiridas mais de 60 gazetas ou periódicos, destacando-se, para o contexto internacional, aqueles de Portugal, como o *Commercio do Porto* e a *Gazeta de Portugal*; e da França², como a *Illustração*. No Império, foram assinados jornais e revistas das cidades de Recife, Salvador e Rio de Janeiro, como o *Diário de Pernambuco*, *Diário da Bahia*³, *Gazeta Médica da Bahia* e o *Jornal do Commercio do Rio*.

É interessante a assinatura da *Gazeta Médica da Bahia* pelo Gabinete. Essa foi uma das mais importantes revistas médicas do Brasil, durante as últimas décadas do século XIX, e um importante veículo de divulgação das pesquisas realizadas na Faculdade de Medicina da Bahia – em destaque àquelas ligadas às teorias raciais da época – contando com artigos de Juliano Moreira (Jacobina; Gelman, 2008) e com a atuação de Nina Rodrigues como redator, em 1891 (Costa, 2023). Já sobre o *Jornal do Commercio do Rio*, é importante ressaltar a sua relevância para o comércio livreiro na capital do Império, uma vez que ele atuava na divulgação de títulos à venda, na propaganda das livrarias e no anúncio de leilões de livros, por exemplo (Ferreira, 2007).

Ao decorrer das atas, a origem desses periódicos se amplia, aparecendo jornais de Aracaju, Alagoas, Pará e Maranhão. As assinaturas do gabinete acompanham, portanto, o contexto de diversificação do campo editorial e tipográfico do Brasil na segunda metade do século XIX, com a difusão de casas impressoras nas mais diversas províncias (Abreu, 2010).

De modo geral, o valor dessas aquisições e assinaturas não está registrado nas atas, excetuando a assinatura da *Gazeta de Portugal* por um ano no valor de 28\$ réis, que fora oferecida ao Gabinete pelos senhores Francisco Pinto Soares, Joaquim Francisco de Almeida Brandão, José Joaquim Fernandes e Silva e João Gomes Fernandes, e o oferecimento da assinatura da *Illustração Hespanhola* e *Americana* na quantia de 16\$000.

Também é presente, ao longo das atas, algumas das deliberações dos sócios sobre o destino de alguns desses periódicos, que poderiam ser vendidos como papel – o que levou à arrecadação de um montante no valor de 56\$520 réis – encadernados, como foi feito com o *Diário de Lisboa*

2 É possível supor que o *Correio dos Dous Mundos*, gazeta assinada pelo Gabinete da Bahia em 1868, seja a famosa *Revue des Deux Mondes* ou, pelo menos, um jornal que seguiu o modelo dessa revista francesa, que foi um importante veículo de opinião, crítica literária e reflexão filosófica da intelectualidade do século XIX (Dutra, 2010).

3 O *Diário da Bahia* foi um dos principais jornais em circulação na província, atuando na sua redação figuras como o Conselheiro Dantas e Rui Barbosa. Kátia de Carvalho realizou um importante estudo sobre esse periódico em seu livro *O Diário da Bahia e o século XIX*. CARVALHO, Kátia Maria de. *O diário da Bahia e o século XIX*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979.



e o *Diário da Bahia*, ou dispensados. Em 1872, por exemplo, foi organizada uma comissão para deliberar sobre esses jornais, definindo, à conclusão dos trabalhos,

Que sejam dispensadas: a Reforma e o Diarrio do Rio de Janeiro, o Diarrio das Alagôas, o Paiz do Maranhão, O Commercial, de Rio Grande e a Chronica Religiosa; e que se fizesse a aquisição dos seguintes Jornaes das Provincias de Portugal O Campeão das Provincias de Aveiro, O Conimbricense – de Coimbra, O Viriato – de Vizeu, o Braccamense de Braga, a Aurora do Lima – de Vianna, e o Ecco do Lima de Ponte do Lima. Em lugar da assinatura da Illustração Franceza, offerta da Direcção Transacta, fizesse esta Direcção aquisição do Jornal Artes e Lettras recentemente Publicado em Lisbôa. (Lose *et al.*, 2021, p. 201-202)

Esse episódio deixa evidente a existência de estratégias e políticas de preservação de obras no Gabinete, com o recurso à encadernação dos periódicos, por exemplo. Da mesma forma, é possível pensar na presença de critérios de seleção e classificação, inerentes às concepções de cultura e memória (Jacob, 2008) dos sócios, que orientavam as suas escolhas sobre quais periódicos especificamente deveriam ser descartados ou mantidos. Isso também é visível no constante esforço empreendido pelos sócios para organizar um catálogo das obras presentes na biblioteca, o que não foi concluído nesses 12 primeiros anos, em razão dos inúmeros incidentes e percalços com os responsáveis pelo serviço, como comentam Lose, Mazzoni, Azevedo e Louzada (2021, p. 36), foram numerosas e frustradas tais tentativas, sendo essa uma pauta recorrente nas reuniões:

Em 13 de julho de 1869, vê-se o início de uma longa discussão sobre a confecção de um novo catálogo das obras da biblioteca do Gabinete. A instituição contratou uma pessoa para encarregar-se de tal empreitada. No segundo semestre de 1870, a questão do catálogo ainda era pauta de discussões para a nova diretoria e “Resolveo-se que se encarregasse como pessoa habilitada da organização o mesmo catalogo. Encarregou-se o Senhor Silva Godinho de falar a pessoa competente para organizar em serviço a quem o Gabinete deverá remunerar” (Actas do Gabinete Português de Leitura, 1870).

O GABINETE BAIANO NO CIRCUITO DO COMÉRCIO LIVREIRO DO SÉCULO XIX

As dinâmicas do comércio livreiro entre Brasil e Portugal são um elemento marcante ao longo de todo o livro de atas analisado. Tendo em vista o propósito da instituição em se constituir como um espaço de referência para a cultura lusa na Bahia, são constantes os contatos dos membros da diretoria do Gabinete com livreiros portugueses, fazendo pedidos para envios de obras.

De acordo com Márcia Abreu (2009, p. 14), após a instituição da Imprensa Régia em 1808,

[...] o Rio de Janeiro passou a fazer parte de uma rota alargada de comércio de livros, que o conectava não apenas à Europa, como se fazia há séculos, mas também a outras partes da América, à África e ao Oriente. Os livros vinham de locais como Havana, Bengala e Calcutá e partiam para localidades igualmente distantes, como Angola ou Índia [...]

Já em 1821, após o fim do monopólio da Imprensa Régia na Corte, verificou-se um contexto favorável para a profusão de tipografias nas mais diversas regiões, bem como para a diversificação



e o avanço do ramo editorial no Brasil (Abreu, 2010). Na Bahia, a indústria gráfico-editorial começou a se desenvolver em 1811, com a instalação da primeira tipografia, por iniciativa do empresário português Antônio da Silva Serva,⁴ que dispunha de um comércio de livros importados na cidade do Salvador. Segundo Márcia Abreu (2010, p. 62), a tipografia de Silva Serva produzia obras com boa qualidade de encadernação e impressão, como enalteceu a *Gazeta do Rio de Janeiro*, em 1819, e que eram vendidas, inclusive, para a capital do Império. Entretanto, apesar de a Bahia apresentar condições favoráveis para o avanço da indústria gráfico-tipográfica (Tavares; Rosa, 2010), o Rio de Janeiro reafirmaria, na segunda metade do século XIX, o seu lugar de maior relevância nacional no comércio livreiro.

Foi na capital do Império que se verificou uma maior difusão de livrarias e onde se instalaram importantes livreiros e editores estrangeiros, interessados em estabelecer seus negócios no Brasil, que consideravam ser um mercado editorial promissor (Dutra, 2010). A pesquisadora ainda indica que o período da segunda metade do século XIX foi um contexto de circulação e de produção internacional de livros, assim como de inserção do Brasil nesses circuitos do comércio livreiro.

Para Marisa Deaecto (2011, p. 269), a “[...] economia do livro [...] nutre-se da circulação [...]”, seja em pequenos ou grandes circuitos, a partir das redes comerciais nacionais e internacionais de livros. Entretanto, esse estímulo à circulação de impressos no Brasil, ao longo do século XIX, não significou, para a autora, a consolidação de um sistema editorial tipicamente brasileiro. Para ela, foram reforçados “[...] os velhos circuitos de livros europeus – franceses e portugueses – mantidos por uma fina camada de letrados” (Deaecto, 2011, p. 270). Isso é atestado não apenas pelo destaque que profissionais de origem europeia, em especial francesa, ganharam no comércio de livros – a exemplo de Garnier, de Leuzinger e de Laemmert – mas também pelo fato da maioria dos livros em circulação no Brasil imperial serem impressos na Europa, principalmente em Paris, mesmo que escritos em português e por autores brasileiros. Não havia, portanto, o interesse dessas filiais de livrarias estrangeiras em investir na produção de livros no Brasil.

Ainda assim, é inegável o processo de expansão, desenvolvimento e integração do Brasil no eixo internacional do mercado editorial e das atividades tipográficas (Granja, 2021). Foi nesse contexto que o Gabinete Português de Leitura da Bahia foi fundado e passou a tecer as suas relações no comércio livreiro, em especial com profissionais do livro sediados em Portugal. Da mesma forma, foi por meio desse cenário que se pôde vislumbrar o papel impulsionador dessa instituição no mercado editorial brasileiro, mais especificamente na província da Bahia.

Toda essa conjuntura é evidente no decorrer das atas das reuniões administrativas desses 12 primeiros anos. Nas discussões dos membros sobre a compra de obras, é possível perceber a lógica de funcionamento desse comércio transatlântico literário em expansão, por meio do contato com diferentes livreiros e intermediários e da corrente preocupação do Gabinete em manter a sua biblioteca atualizada, buscando sempre “[...] faser aquisição e remessa de todas as obras literárias interessantes que alli [em Portugal] se publicarem” (Lose *et al.*, 2021, p. 95).

Ao longo dos primeiros anos da instituição, com os correntes pedidos de envio, as correspondências e as transações de quantias para o pagamento das faturas de livros, destaca-se a figura do livreiro Antonio Maria Pereira, de Lisboa, como principal fornecedor do Gabinete, por intermédio do senhor João de Souza Pias. Já em 1875, o Gabinete começou a estabelecer relação com um livreiro da cidade do Porto, o senhor Ernesto Chardron, “[...] visto que ali se editão e publicação obras do merito” (Lose *et al.*, 2021, p. 249). De acordo com Dutra (2010, p. 64), é nesse mesmo período que o editor se consagrou como “um poder de tipo midiático e um poderoso

4 A instalação da primeira tipografia na Bahia por Antônio da Silva Serva, três anos após a criação da Imprensa Régia na Corte, foi possível por meio da autorização do príncipe regente Dom João, com o beneplácito de Dom Marcos de Noronha e Brito, governador geral da Bahia. Para mais informações sobre esta questão, ver TAVARES, Luís Guilherme Pontes; ROSA, Flávia Garcia. Apontamentos para a história do livro na Bahia. In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia (Org.). *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Editora Unesp, 2010, p. 221-233.



instrumento cultural de troca intelectual, artística e literária, bem como na construção identitária”. Da mesma forma, segundo Márcia Abreu (2009), era comum a contratação de intermediários na Europa a fim de facilitar o processo de aquisição de “[...] obras novas e modernas [...]” (Lose *et al.*, 2021, p. 76).

Esses aspectos são fundamentais, uma vez que se considera, aqui, seguindo as reflexões de Marisa Lajolo e Regina Zilberman (2001), que a circulação de livros depende de vários sujeitos, sejam editores, autores, livreiros, distribuidores e, especialmente, leitores (Deaecto, 2011). Assim, o sistema que envolve a concepção da obra literária, a sua produção, comercialização e divulgação exige investimentos e uma longa cadeia de profissionais. É nesse circuito de interdependência que o Gabinete e esses intermediários, livreiros e editores de Portugal se inserem e se relacionam.

Nessa relação é possível perceber a dinâmica de pagamentos, os preços atribuídos aos lotes de livros e, inclusive, as formas de transporte que, quando registradas, se tratavam de embarcações referidas como pacote – Rhone, Oneida, Magdalena – ou vapor. Esse último aspecto é fundamental para o processo de internacionalização do comércio livreiro e para a garantia da presença marcante, em território brasileiro, de obras impressas em países estrangeiros. Os avanços técnicos capazes de difundir os navios a vapor foram fundamentais na produção de condições materiais favoráveis para o desenvolvimento do comércio livreiro transatlântico, a despeito das taxas de frete e de importação (Deaecto, 2011). Esse elemento garantiu, portanto, a viabilidade, do ponto de vista financeiro, para as inúmeras compras de livros realizadas pelo Gabinete em Portugal.

Geralmente, a quantia referente aos livros era enviada ao livreiro Antonio Maria Pereira por meio do correspondente em Lisboa, que, por sua vez, enviava ao Gabinete cartas confirmando o pagamento e informando se as obras já haviam sido enviadas nas embarcações, como relatado na ata do dia 17 de janeiro de 1865:

Duas cartas do Senhor João de Sousa Pias [...] [...] [...] 12 e 29 de Dezembro proximo passado informando esta [...] [...] [...] [...] que pagou [...] [...] [...] ao livreiro Antonio Maria Pereira – proveniente da factura de livros que remeteu para este Gabinete pelo Pacote inglez Magdalena. (Lose *et al.*, 2021, p. 80).

Entretanto, a partir de 1872, passou a constar como intermediário em Lisboa o senhor Januario Camillo Mendes Morgado, que se encarregava igualmente dos pagamentos das faturas de livros e das encomendas de mobiliário ou de outros bens que o Gabinete necessitava. Outros nomes também aparecem ao longo das atas, buscando atuar junto à instituição na compra de obras, como os senhores Antonio de Cerqueira Lima e João Gonsalves Martins, esse último – que era membro da mesa diretora em 1872 – oferecendo os seus serviços em Portugal ao Gabinete.

Á vista dos oferecimentos que nos fez o Senhor João Gonsalvez Martins para prestar seus serviços á esta Sociedade em Lisboa ou no Porto, ficou autorizado a escolher d’acordo com o Senhor Antonio Maria Pereira, nosso livro, e com o Senhor Camillo Mendes Morgado, nosso correspondente, as obras que julgar de utilidade para a nossa bibliotheca. (Lose *et al.*, 2021, p. 207).

Eram correntes as correspondências entre o livreiro e o Gabinete, principalmente no que concerne à escolha de quais obras remeter à instituição, com prioridade sempre para as mais novas publicações. Essa política de escolha e de análise de quais obras deveriam fazer parte do acervo também era presente nas ofertas dos sócios para doações ou vendas, de maneira que eram selecionados e aceitos aqueles livros que careciam ao Gabinete.



Foi também presente uma carta do Senhor Antonio Maria Pereira – de Lisboa – dirigida ao Senhor Secretario interino, communicando que pelo Paquete Oneida remette uma factura de livros no valor de Reis 59\$040 moeda forte cuja importancia já se recebeu de João de Souza Pias – negociante da Praça de Lisboa. Ficou authorisado o Senhor Secretario a escrever aos Senhores Correspondentes de jornaes a fim de continuarem as assignaturas dos que possui o Gabinete, bem como ao livreiro de Lisboa Antonio Maria Pereira para que prosiga em remetter a este Gabinete todas as obras de que carece e principalmente as novissimas mais interessantes que se estão publicando. (Lose *et al.*, 2021, p. 108).

Esse esforço do Gabinete baiano em manter a sua biblioteca atualizada pode ser percebido, também, a título de exemplo, pelo destacamento de uma comissão de sócios enviada para examinar os livros postos à venda pelo senhor José Caetano Ferreira Espinheira. A dita comissão acabou declarando que não convinha a realização da compra, já que a biblioteca já possuía quase todas as obras. Igualmente, essa preocupação pode ser percebida quando João de Sousa Pias encomenda um exemplar do romance *O Maldito* a outro livreiro, o senhor Antonio Marques Moreira, evidenciando que se tratava de uma obra especificamente exigida pelo Gabinete, pois o exemplar que a instituição dispunha havia sido danificado quando estava em posse do sócio Manoel Joaquim Fernandes Penna.

A análise das atas permite indicar que a maior parte da biblioteca do Gabinete naquele período foi composta por meio da compra de livros em Lisboa. Entretanto, não se verificam, como aparece no registro das doações, informações mais detalhadas sobre a quantidade de obras adquiridas, seu gênero literário e autores, por exemplo. Nas atas das reuniões administrativas apenas foram mencionados os valores das faturas de livros, para quem eles foram remetidos e, em alguns casos, o seu transporte, como aparecem nas atas dos dias 16 de outubro de 1866 e 11 de outubro de 1864:

Uma carta do Senhor João de Souza Pias – de Lisboa – incluso recibo de 59\$040 reis moeda forte, proveniente de uma pequena factura de livros remetida no Paquete Oneida pelo livreiro Antonio Maria Pereira: (Lose *et al.*, 2021, p. 110-111).

O Senhor Presidente declarou que a Bibliotheca precisava de obras novas e modernas, e portanto que era necessario mandar vi-las de Lisboa, e por isso ficou o Senhor Presidente authorisado a tomar um saque de Reis 400\$ – quatrocentos mil reis fortes – para serem empregados em obras – derigindo-se ao Senhor Antonio Maria Pereira – de Lisboa por intermedio do Senhor João de Souza Pias, como consta da correspondencia que fica registrada (Lose *et al.*, 2021, p. 76).

Ainda assim, foi possível estimar, para esse período, que foi mobilizada pelo Gabinete para a compra das obras em Portugal uma quantia superior a um conto de réis, de modo que o maior saque realizado foi no valor de 400 mil réis.

Mesmo que o objetivo principal da instituição fosse a exaltação da cultura lusitana por meio da aquisição de obras produzidas em Portugal, verificou-se a presença da literatura brasileira na composição do acervo. Isso denota, mais uma vez, a relevância e a expansão que o mercado editorial brasileiro e sua literatura estavam adquirindo à época, inclusive no espaço português. Esse aspecto é perceptível não apenas pela forte presença de obras de autores brasileiros em catálogos portugueses, mas também pelo destaque dado a determinados livreiros no comércio e na circulação de livros na segunda metade do século XIX (Queiroz, 2013). Um dos principais nomes desse mercado era Baptiste Louis Garnier, tido como um personagem central para o



desenvolvimento da literatura e do comércio livreiro na Corte (Queiroz, 2013). Para Lúcia Granja (2021, p. 133), Garnier é um ponto de inflexão nesse processo, porque:

Antes dele, como veremos, vários portugueses e franceses imprimiram e mercadejaram livros, mas foi durante a atividade de Garnier como livreiro e editor que as práticas de produção, coleção, publicidade e circulação (nacional e internacional) do impresso profissionalizaram-se. Não é exagerado dizer, por fim, que suas ações ajudaram a configurar, mesmo sendo ele um homem de negócios, a produção literária brasileira e o seu caráter nacional.

De acordo com Dutra (2010), Garnier influenciou nos hábitos dos centros urbanos e na vida intelectual e cotidiana da segunda metade do século XIX no Brasil, por meio das suas escolhas e das estratégias de divulgação e de distribuição das obras editadas na Garnier Frères, editora dos seus irmãos em Paris. A editora de Garnier, instalada no Rio de Janeiro em 1844, acabou se tornando a principal casa editorial do Brasil, “[...] editando e comprando os direitos de edição de obras dos mais importantes nomes da literatura brasileira da segunda metade do século XIX, no domínio da poesia, do romance, da crítica, do ensaio” (Dutra, 2010, p. 71).

Tal contexto é evidente nas atas da Diretoria do Gabinete Português de Leitura da Bahia por meio da preocupação da instituição em adquirir obras de livreiros-editores brasileiros ou sediados no Brasil, sendo Garnier a indicação máxima para a realização desse comércio, já que “[...] junto aos irmãos Laemmert, dominaram o comércio de livros no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX” (Senna, 2006; Hallewell, 2005, *apud* Granja, 2021, p. 138). Isso pode ser percebido no trecho da ata de 31 de dezembro de 1866:

Offício do 1º Secretario do Gabinete Portuguez de Leitura do Rio de Janeiro em resposta a um outro que lhe derigira o secretario deste Gabinete pedindo indicasse pessoa que podesse naquella Corte fornecer com boas condições, livros á este Gabinete. Aquelle Senhor Secretario indicou o Senhor Baptiste Louis Garnier (Lose *et al.*, 2021, p. 115).

É interessante perceber que, nas atas analisadas, o único livreiro sediado no Brasil a estabelecer comércio direto com a instituição nos seus primeiros 12 anos de existência foi Garnier, ficando registrada unicamente na ata de 20 de março de 1868 a quantia despendida para a compra de obras, ainda que o Gabinete e o livreiro-editor francês tenham mantido correspondências e, por conseguinte, negócios nos anos seguintes.

Em 13 de Março escreveu-se para o Rio de Janeiro ao livreiro Baptiste Louis Garnier, accusando o recebimento das obras que mandou e remetendo a quantia de 264\$770 importancia dos livros que ficarão, e de ficarem as Obras, Historia da Fornação do Imperio Brasileiro em 6 volumes, e a Morte Moral em 4 volumes á sua disposição, por já haverem essas obras no Gabinete. (Lose *et al.*, 2021, p. 132)

A busca da instituição por obras nacionais e por livreiros sediados no Brasil denota, ainda, como, ao contrário da percepção usual, o país não era apenas um mercado consumidor de livros de autores estrangeiros (Queiróz, 2013). Na verdade, ao passo que se nota uma abertura do mercado editorial português para obras de autores brasileiros como José de Alencar e Machado de Assis, verifica-se, no século XIX, um avanço do comércio livreiro no Brasil e de sua literatura (Queiróz, 2013). Foi nessas relações transatlânticas que os mercados editoriais de ambos os países se fortaleceram e ampliaram os seus públicos leitores (Queiróz, 2013).

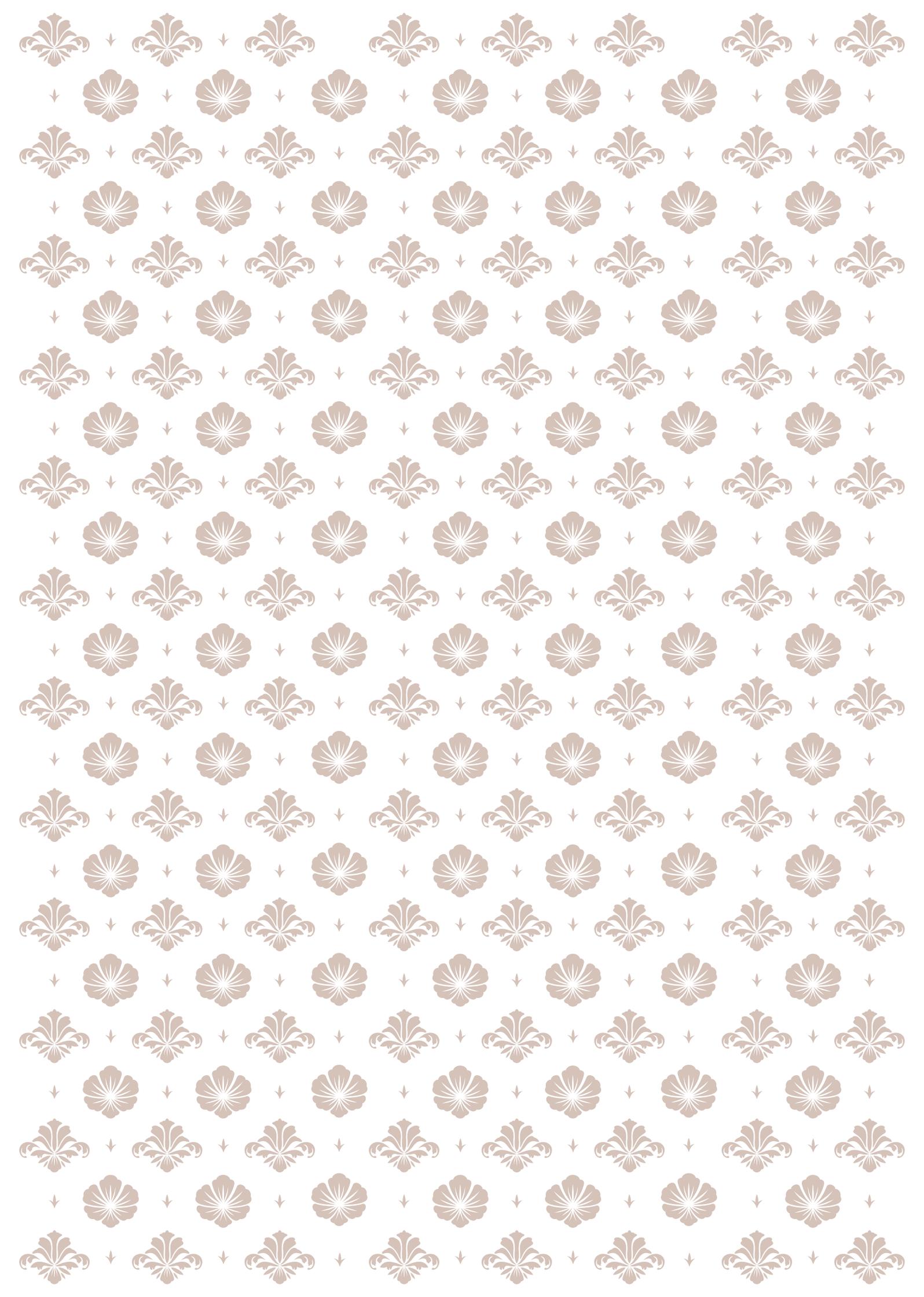


CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse processo de formação do eixo de comércio transatlântico literário entre Brasil e Portugal no século XIX, a fundação do Gabinete Português de Leitura da Bahia teve, portanto, um lugar importante e um papel impulsionador, se instituindo como mais um espaço de circulação de obras e de dinamização deste comércio. Por meio da história do gabinete baiano, contada nas atas dos seus primeiros anos administrativos, é possível compreender aspectos fundamentais da dinâmica do comércio livreiro e do mercado editorial da época.

Além disso, em razão de uma grande parcela de trabalhos se concentrarem sobre o desenvolvimento do mercado editorial no Rio de Janeiro, o estudo das relações estabelecidas pelo gabinete dentro do circuito de livros indica possibilidades para uma investigação mais aprofundada sobre o lugar de Salvador nas atividades tipográficas, no comércio livreiro e nas práticas literárias que estavam se difundindo pelo Império à época. Nesse sentido, a identificação de livreiros, intermediários, da lógica de escolha e de aquisição de obras, assim como dos valores mobilizados para a formação do acervo fundacional da instituição, ajudam a refletir sobre a importância e o impacto que a fundação do Gabinete Português de Leitura da Bahia teve para o comércio livreiro de Salvador, cidade que abrigou a primeira tipografia autorizada fora da Corte e a primeira biblioteca pública do país.







O Gabinete Português de Leitura da Bahia e sua biblioteca

43

Manifestação universal de todos os homens em todos os tempos. Não há povo e não há homem que possa viver sem ela, isto é, sem a possibilidade de entrar em contacto com alguma espécie de fabulação. (Cândido, 2011, p. 176)

O LIVRO

Os livros configuram-se como uma das tecnologias mais importantes da história da humanidade, tendo ganhado “[...] várias formas e propósito, sempre com o intuito de tornar a leitura algo sedutor e atraente” (El Far, 2006, p. 27). A “[...] sua portabilidade, facilidade de referência e capacidade de concentrar uma grande quantidade de dados o tornaram indispensável” (Lyons, 2011, p. 7). Esse movimento fez com que, paulatinamente, esse objeto passasse a ganhar espaço e relevância na sociedade, tornando-o um objeto singular, fruto do desejo de muitos.

Assim como acontece com a literatura, cada sociedade trata o livro de um determinado modo, sendo ele um importante veículo de salvaguarda de momentos importantes da História. Do surgimento da escrita, passando pelos códices, pelo surgimento da imprensa e, finalmente, do livro (nos moldes que ele é conhecido na contemporaneidade), a cultura escrita tornou possível a preservação e a disseminação de culturas, religiões, comércios, línguas e saberes ao redor do mundo, sendo fonte de entretenimento, educação, expressão artística etc. O livro possibilita,



então, o acesso à informação e ao conhecimento, propiciando ao leitor a garantia de existência enquanto indivíduo em uma sociedade.

A forma de acesso à cultura escrita modificou-se com o passar dos séculos. O mesmo se dá com a cultura do livro. O que antes era lido em voz alta nas praças públicas, período em que a alfabetização era acessível a um grupo minoritário, evoluiu para leituras silenciosas nos mosteiros, e alcançou maior popularidade com o surgimento das universidades e da imprensa de Gutemberg.

A circulação de livros foi incentivada pelo comércio livreiro europeu no século XVIII, favorecendo o surgimento de espaços de leitura e aluguel de livros. Assim, como abordado nos capítulos anteriores, os liceus e gabinetes de leitura surgem com a intenção de popularizar autores e obras que foram impulsionados pelo esse comércio livreiro, já em plena expansão em todas as margens do Atlântico, ao longo do século seguinte. De acordo com Lyons (2013, p. 105), esses gabinetes de leitura ou “*cabinets de lecture* “eram” [...] estabelecimentos onde os leitores podiam alugar um livro por hora por um pequeno valor, foram precursores das modernas bibliotecas e um mercado de livros importante e confiável” (Lyons, 2013, p. 105).

Como visto anteriormente, nesse contexto de popularização da cultura escrita, viabilizada pela expansão do comércio livreiro, os gabinetes de leitura também surgiram com o intuito de fortalecer culturas e valores nacionais, como os gabinetes de leitura criados por portugueses em solo brasileiro.

Na esteira da criação de diversos espaços para a prática leitora na extensão Império, ao longo da segunda metade do século XIX, está o objeto de estudo desse livro: o Gabinete Português de Leitura da Bahia. Dessa forma, neste capítulo, pretende-se apresentar um levantamento de informações sobre as obras encontradas no acervo fundacional do Gabinete Português de Leitura da Bahia. Esta proposta é proveniente da percepção de que essas informações são fundamentais para o pleno conhecimento da configuração das obras que circulavam e/ou eram lidas naquele período, o que gera um dado basilar para pesquisas sobre cultura, história, literatura, dentre outras áreas do conhecimento.

LIVROS DE LITERATURA

A literatura pode ser considerada uma das formas de expressão artística mais antigas da humanidade. É por meio dela que é possível criar obras ficcionais ou não-ficcionais, fazendo com que ela desempenhe um papel fundamental no modo como a sociedade se comunica, se entretém, reflete e transmite ideias no decorrer da história. Segundo Antônio Cândido (2011, p. 176), usa-se o termo literatura para designar

[...] da maneira mais ampla possível, todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura, desde o que chamamos folclore, lenda, chiste, até as formas mais complexas e difíceis da produção escrita das grandes civilizações.

Cândido (2011) acrescenta, ainda, que a literatura é um fator indispensável de humanização e, sendo assim, confirma o homem na sua humanidade, uma vez que é por meio dela que acontece a organização de ideias, emoções e sentimentos humanos. Em outras palavras, o autor destaca a literatura como uma ferramenta essencial para a expressão e compreensão da humanidade, ajudando as pessoas a se conhecerem melhor e a se conectarem com os aspectos mais profundos de sua própria natureza. Com essa afirmação, Cândido (2011) coloca a literatura como o ponto



de exploração da riqueza das experiências humanas, contribuindo para o reconhecimento da cultura e da sociedade.

Já Terry Eagleton (2003) tece implicações sobre a definição de literatura, pois ele afirma, inicialmente, que é possível defini-la como uma escrita imaginativa, no sentido de algo que não é literalmente verídico. Ao mesmo passo, o próprio Eagleton (2003) acrescenta que existem registros lidos enquanto literários que trazem aspectos da vida e devem ser tomados como fatos. Assim, o pesquisador conclui que essa distinção entre *fato* e *ficção* no campo literário torna-se questionável. Para ele, muitas vezes, literatura pode ser vista como qualquer tipo de escrita que, por alguma razão, seja altamente valorizada.

De maneira semelhante à de Eagleton (2003), Jonathan Culler (1999) afirma que “[...] é tentador desistir e concluir que a literatura é o que quer que uma dada sociedade trata como literatura” (Culler, 1999, p. 29). O posicionamento do autor destaca a natureza fluida e culturalmente contextual da literatura, uma colocação que induz o leitor a considerar que as sociedades influenciam a definição de literatura.

É importante destacar, também, que a literatura desafia o modo como o mundo é compreendido, além de estimular a imaginação popular e propiciar o debate de temas importantes e caros à sociedade, questionando valores e mudanças, tanto no aspecto político como no cultural.

Nas nossas sociedades a literatura tem sido um instrumento poderoso de instrução e educação, entrando nos currículos, sendo proposta a cada um como equipamento intelectual e afetivo. Os valores que a sociedade preconiza, ou os que considera prejudiciais, estão presentes nas diversas manifestações da ficção, da poesia e da ação dramática (Cândido, 2011, p. 177).

Marisa Lajolo (1984) pontua que foi na Grécia Antiga que se traçou uma noção mais concreta sobre a literatura, com a atuação de autores atualmente considerados clássicos, como Homero, Sófocles e Píndaro. Segundo ela, são nos registros da Grécia Antiga que se costuma localizar as primeiras reflexões mais sistemáticas sobre aquilo que ainda hoje é chamado literatura. Sobre o uso da literatura na Grécia Antiga, Lajolo (1984, p. 55) complementa:

Nos teatros, nas praças e nos templos, a literatura não era um privilégio dos que liam, mas uma espécie de celebração. E como celebração coletiva, além de cumprir o papel que lhe estava reservado, ainda tinha a chance de repercutir profundamente na vida de cada um, como, aliás, pode repercutir ainda hoje (de forma diferente) em quem a leia.

Embora a literatura reflita a realidade dos povos, permitindo, desse modo, a compreensão sobre a maneira de transformação, de organização e de fruição das sociedades, consolidou-se com um instrumento capaz de selecionar e excluir a produção escrita por vários vieses: textos de autoria feminina, autoria negra, homoafetiva, entre outros, dando importância a autores que estivessem inseridos na tríade não excludente que perdurou todo o século XIX até a segunda metade do século XX no Brasil: branco, homem e burguês. Seus representantes formam a chamada literatura clássica, aquela que o leitor não poderia deixar de ler, pois eram considerados referência – José de Alencar, Joaquim Manoel de Macedo, Bernardo Guimarães, Castro Alves, Junqueira Freire, Machado de Assis, Raul Pompéia, Aluísio de Azevedo. Todos os autores facilmente encontrados nos chamados “manuais de literatura”, compêndios que dissertam sobre escritores e textos consagrados de determinado período histórico, pautando as obras e os autores que são considerados de grande relevância. Se o leitor é levado à leitura guiado por “indicações”, ele não fez uma opção, ele foi conduzido por alguém (crítico literário) que decidiu por ele (leitor) de que era o melhor caminho para a formação intelectual. Jacomel (2008, p. 114) afirma



[...] uma cultura internalizada nesse indivíduo–expectador da literatura: uma espécie de *Zeitgeist* (Espírito do Tempo), a memória coletiva que determina a passividade do público na espera pelo julgamento dos críticos literários e profissionais da área. Essa dependência cultural está tão indissociável do público que o mesmo não exige a justificativa das preferências, simplesmente aceita que alguns escritores e obras sejam “deixados de lado”, marginalizados do centro das produções literárias, do cânone e também dos materiais críticos e didáticos, como se tais escritores não possuíssem uma história de contribuição social. Para Compagnon (2001, p. 225), “a crítica deveria ser uma avaliação argumentada”, embora o próprio autor concorde que esse processo está longe de ser totalmente objetivo.

Apesar dessa problemática, não se pode negar que esses manuais servem como material para ajudar a situar as obras em seus contextos históricos, culturais e literários, promovendo uma compreensão mais ampla da noção de literatura da época, inclusive as relações de poder estabelecidas. Ciente disso, no presente capítulo toma-se alguns manuais literários de estudiosos e críticos das literaturas portuguesa e brasileira, para estudar o acervo fundacional do Gabinete Português de Leitura da Bahia.

O primeiro manual escolhido foi escrito por Massaud Moisés, um importante estudioso das literaturas portuguesa e brasileira, sendo um relevante difusor da literatura no Brasil, dentre eles *A literatura brasileira através dos textos* e *A literatura portuguesa através dos textos*, ambos utilizados para as coletas de dados aqui propostas.

Ao lado de Moisés, figura Alfredo Bosi, que publicou um dos mais importantes manuais sobre a literatura brasileira, *História concisa da literatura brasileira*. E, por último, Sergius Gonzaga, especialista da obra de Machado de Assis, tendo orientado inúmeros trabalhos de pós-graduação dentro dessa temática. Para esta pesquisa, utilizou-se, também, o *Manual de literatura brasileira* desse autor.

O fator motivador da escolha desses manuais foi, principalmente, a importância dos estudos de seus autores para o campo da literatura. Além disso, é relevante destacar que tomar manuais de literatura para estudo em um acervo é fazer com que essa pesquisa tenha uma orientação estruturada e aprofundada sobre os principais aspectos da literatura, uma vez que é esse tipo de texto que ajuda na compreensão dos contextos históricos, dos movimentos literários, dos estilos de escrita e nas análises críticas de obras literárias. Assim, informa-se que os manuais selecionados serviram como ponto de partida para levantamentos de informações sobre as obras encontradas no acervo fundacional do Gabinete Português de Leitura da Bahia

No entanto, não se pode esquecer que os manuais de literatura, como dito anteriormente, por condensarem artistas e suas obras numa espécie de coletânea de tudo aquilo que é considerado de prestígio, trazendo para essas obras uma espécie de elevação canônica, também evidenciam que algumas ausências são importantes para compreender o modo como a literatura também é um lugar de exclusão. Dessa forma, é importante pontuar que a seletividade na elaboração de listas revela uma intenção quase que subjetiva de elevar determinados sujeitos em detrimento de outros, sendo, segundo Mibielli (2021), consequência daqueles que operam a seleção do que, no âmbito da Literatura, merece, ou não, ser referenciado.

No levantamento realizado por meio da leitura do livro de atas desses 12 primeiros anos administrativos, foi possível identificar 158 menções explícitas a autores, aquisições ou doações de obras. Nesses registros, estão presentes livros, mapas, teses, relatórios, jornais, entre outros gêneros textuais. No entanto, como explicado anteriormente, em função do mau estado de conservação do documento original que serviu de base para esta pesquisa, nem todas as informações localizadas foram suficientes para identificação mais detalhada das obras ingressadas no acervo do Gabinete. Isso ocorria porque, muitas vezes, em virtudes de danos no suporte do



manuscrito, o apagamento de dados relevantes como, por exemplo, o nome do autor de uma determinada obra, o ano de publicação, o título dela ou, ainda, a editora.

Além dos problemas físicos do manuscrito que ocasionam lacunas na informação, a forma como os dados são redigidos nas atas também deixam importantes elementos fora do alcance da pesquisa. Para exemplificar, faz-se aqui a primeira menção a uma aquisição de obras, encontrada na Acta da 1ª Sessão do Conselho Directorio: “[...] cerca de seiscentos vollumes de obras de litteratura pela quantia de oitocentos mil reis” (Lose *et al.* 2021, p. 66). Em outra ocasião do texto, é possível observar a aquisição de volumes de obras em francês, sem, no entanto, terem sido feitas menções à autoria ou ao título das obras: “O Illustrado socio Antonio Pinto de Carvalho offertou a este Gabinete volumes de obras em francez e em broxuras consideradas no valor de Reis 20\$000 – ficando o Senhor Secretario incubido de agradecer-lhe esta dádiva” (Lose *et al.* 2021, p. 108).

No entanto, algumas menções feitas no manuscrito possibilitaram a busca de informações por autores em materiais externos às atas, por exemplo, na Acta da 14ª da sessão da Directoria, em que se menciona a aquisição de “[...] volumes das obras de João Francisco Lisboa”. Com menções como essas, na esperança de encontrar informações complementares, foram consultadas bases de dados de acervos como a Biblioteca Digital do Senado Federal, Biblioteca Nacional, Academia Brasileira de Letras e repositórios de universidades. No caso do João Francisco Lisboa, o acervo do Senado Federal fornece, por exemplo, as seguintes informações:

João Francisco Lisboa, nascido em Pirapemas, Maranhão, em 1812, e falecido em Lisboa, em 1863, foi jornalista, historiador, Deputado provincial e membro da Academia Brasileira de Letras. Fundou e dirigiu, no Maranhão, vários jornais, dentre os quais o famoso Jornal de Timon (1852-), dedicado aos estudos políticos, principalmente de cunho eleitoral, à história do Brasil e à história do Maranhão. [...] As Obras de João Francisco Lisboa, além de exibir sua maestria no domínio da língua portuguesa, refletem ainda os profundos conhecimentos do autor, autodidata, nos campos da história, do direito e da literatura (Brasil, 2023).

UMA BIBLIOTECA DE OBRAS E AUTORES CLÁSSICOS

Com o objetivo de compreender o acervo fundacional clássico do Gabinete baiano, foram elencadas as obras literárias que puderam ser identificadas como pertencendo a esse espaço e que, também, aparecem descritas nos manuais de literatura selecionados para esta pesquisa. Por uma questão meramente didática, foram expostas, inicialmente, os autores e obras portuguesas e, na sequência, as brasileiras. Além disso, as obras foram expostas seguindo a cronologia de publicação, evidenciando o contexto histórico de cada uma.

LUÍS VAZ DE CAMÕES: OS LUSÍADAS

O livro mais antigo publicado em Portugal e registrado como parte do acervo fundacional do Gabinete Português de Leitura da Bahia é *Os Lusíadas*, de autoria de Luiz Vaz de Camões. A obra está situada no período clássico, momento de fundamental importância para história da literatura portuguesa. O classicismo renasce na Europa inspirado pela influência dos valores



estéticos e estilísticos disseminados pelos gregos e romanos da Antiguidade. Segundo Massaud Moisés (1997, p. 81),

O movimento clássico, assim chamado porque objetivava a imitação dos antigos gregos e latinos, deu margem ao cultivo da poesia, da historiografia, da literatura de viagens, da novelística, do teatro clássico e da prosa doutrinária.

Os Lusíadas, publicado pela primeira vez em 1572, é uma celebração das façanhas dos navegadores portugueses durante a *Era dos Descobrimentos*. Com uma maestria poética inigualável, Camões entrelaça mitologia clássica, história e heroísmo, narrando a epopeia de Vasco da Gama na busca por uma rota marítima para as Índias.

Ter o registro de *Os Lusíadas* como item do acervo do Gabinete Português de Leitura da Bahia é, sem dúvida, proveniente da significativa relevância histórica e cultural que a obra tem para o povo português. O texto é um símbolo poderoso dos feitos dos navegadores portugueses e desempenha um papel fundamental na formação da identidade lusitana e, por extensão, na conexão entre Portugal e o Brasil. Assim, é esperado que apareça, em um espaço que preserva e promove a cultura lusófona, um livro com tais características.

CAMILO CASTELLO BRANCO: DIVERSAS OBRAS

48

Camilo Castello Branco, segundo Massaud Moisés (1997), foi um dos expoentes do Romantismo em Portugal. Nascido em Lisboa, em 1825, escreveu poesias, textos para o teatro, historiografias, memórias e romances. A produção literária dele enquadra-se no período chamado de Romantismo, introduzido em Portugal por Almeida Garret, em 1825, sendo originado na Alemanha e na Escócia. Durando aproximadamente 40 anos, foi marcado pela ascensão da burguesia europeia e por um novo comportamento leitor. Possuiu um grande alcance social, impulsionado também pela imprensa e por uma maior mercantilização dos livros, em ascensão no período. O Romantismo português acompanha os moldes do movimento europeu, porém, adaptando-se às condições culturais, econômicas e políticas da época. Segundo Gonzaga (1998, p. 38):

O Romantismo coincide com a democratização da arte, gerada pela Revolução (francesa), tornando-se a expressão artística da jovem sociedade burguesa. [...] E, em verdade, o movimento romântico foi a expressão viva e contraditória da nova realidade. Filho da burguesia, mostrou-se ambíguo diante dela, ora a exaltando, ora protestando contra seus mecanismos.

Massaud Moisés (1997) apresenta características singulares do romantismo na obra *Onde Está a Felicidade?* de Camilo Castello Branco, como, por exemplo, o idealismo da mulher amada, bem como o amor ao dinheiro, típico da burguesia do século XIX. Nas palavras de Massaud Moisés (1997, p. 296-297):

Primeiro volume de uma trilogia que se completa com *Um homem de Brios* (1863) e *Memórias de Guilherme do Amaral* (1865), *Onde Está a Felicidade?* Foi publicada inicialmente em 1856. [...] uma novela passional, tipicamente romântica, escrita por quem foi mestre no assunto: Camilo Castello Branco.



Das obras de Camilo Castello Branco que estão no acervo do Gabinete baiano e são referenciadas nos manuais aqui elencados cita-se, inicialmente, *Mysterios de Fafe* [1868?], uma novela que descreve uma história de adultério vivida por Caetano de Athaíde, um nobre, e Rosa Carneiro, uma mulher de origem humilde. Eles conseguem manter em segredo o relacionamento ilícito por duas décadas, fingindo ser patrão e criada, mas desta união proibida, nasceu um filho, criado como legítimo por Francisco Roixo, o marido traído e apadrinhado pelo verdadeiro pai, Caetano de Athaíde. No entanto, quando o filho, Caetaninho, retorna de Coimbra como adulto, a sociedade de Fafe começa a suspeitar da verdade, revelando o segredo. O outro casal da história é formado por Gabriela Sá de Athaíde, uma fidalga casada com Caetano e prima dele, que mantém um relacionamento adúltero com Silvério de Mendonça, um homem que tenta viver como poeta. Gabriela engravida de Silvério, mas antes que atribua a paternidade a Caetano, seu marido, esse exige o divórcio. A situação de Gabriela, portanto, não tem o desfecho que ela esperava para continuar sustentando a aparência de mulher virtuosa. Assim, fica evidente que obra explora como a sociedade lida de forma diferente com homens e mulheres adúlteros e como a moral e conveniência muitas vezes se sobrepõem à justiça (Santos, 2014).

As obras *As virtudes antigas; ou, A freira que fazia chagas, e o frade que fazia reis. Um poeta portuguez ... rico!* [1868?] e *O visconde de Ouguela: perfil biográfico*, também aparecem nas atas e nos manuais, mas poucos dados foram encontrados sobre essas obras. Sabe-se que a primeira é uma referência para estudos da relação do autor com as questões religiosas, pois nela estão registrados tanto o posicionamento contrário à religião e à prática religiosa quanto colocações de tom elogiosos a elas. Já a segunda obra é um registro biográfico sobre o amigo Carlos Ramiro Coutinho, intitulado por D. Luís I de Portugal, Visconde de Ouguela, como uma forma de auxiliá-lo no momento em que ele estava preso na cadeia do Limoeiro por suspeitas de conspiração contra o governo.

O *Retrato de Ricardina* [1868] também tem as características postuladas para entrar nesse levantamento. Nessa obra, Camilo ficciona sobre o abade de Espinho, Leonardo Botelho de Queiroz, retratado como um sacerdote autoritário, que mantém uma união não oficial com Clementina Pimentel, uma mulher da alta sociedade com quem ele havia fugido quando era jovem. Dessa união nasceram duas filhas, que o padre, deliberadamente, negou-se a reconhecer. A justificativa para esse fato era o desejo de impor um casamento forçado entre suas filhas e os sobrinhos de Clementina, como um ato de vingança direcionado à família Pimentel que, outrora, desdenhou dele.

A inclusão das obras de Camilo Castello Branco no acervo do Gabinete Português de Leitura da Bahia pode ser entendido como um movimento para, primeiramente, atender à demanda do público leitor da época, que se debruçava sobre romances românticos. E, ao mesmo tempo, fortalecer os laços culturais entre Portugal e o Brasil, contribuindo para a compreensão mútua e a troca cultural por meio da escrita de um autor considerado genial, como visto nas palavras Nemésio (1945)

O romance de Camilo participa do folhetim, participa do panfleto, participa da crônica, participa do comentário, divagação ou confissão pessoal, participa, como já foi dito, do que geralmente chamamos novela, e até do que, num sentido técnico fixado, geralmente chamamos romance. É, pois, irregular e compósito -, no que em certa medida se avizinha do romance moderno. Visivelmente, a personalidade e os humores de Camilo dominam o seu romance: impõem-lhe uma técnica desigual, volúvel, diversa, caprichosa, livre (ou licenciada) como essa mesma personalidade, esses mesmos humores. Neste sentido é Camilo um mestre que pode servir como exemplo, (até como representante de certo pendor português para a improvisação e a confusão) mas não pode conquistar discípulos aos quais ofereça regras que não tem ele próprio. Só a sua personalidade poderosa e desconcertante comanda a técnica do seu romance, - em virtude do que tem aqui a expressão técnica um sentido que muitas vezes se lhe



há-de reconhecer em arte, qual é o de modo pessoal de realização. Estudar, pois, o seu romance é em larga medida relacioná-lo com a personalidade que tão violentamente o condiciona; - ainda que a não perscrutemos, essa personalidade, senão através dos aspectos ou dados fornecidos pela própria obra. Bom exemplo nos é (ou seria) essa obra de como é possível tudo ignorar, historicamente, dum autor, ou esquecer a sua biografia, sem renunciar a uma relação do conteúdo psíquico da criação com uma hipotética psicologia do criador. Se nada soubéssemos de Camilo, de Dostoievski, de Chateaubriand, etc, - pelas suas simples obras já muito saberíamos deles; até das respectivas idiossincrasias. Nessa relação nos podemos fundamentar para o estudo de vários pontos capitais duma criação artística. Do seu estilo, por exemplo, - o que viria ao encontro da conhecida sentença: «o estilo é o homem» || (Nemésio, 1945).

A MORENINHA

Cronologicamente, o primeiro romance brasileiro foi *O filho do pescador*, de Teixeira e Sousa, publicado em 1843, porém recebeu severas críticas quanto à sua estrutura romanesca, e os críticos literários convencionaram que o pioneirismo do que realmente viria a se tornar um romance representativo do Romantismo deu-se no ano seguinte, 1844, com a publicação de *A Moreninha*, de Joaquim Manoel de Macedo. E essa é a obra brasileira mais antiga que compõe o acervo fundacional do Gabinete baiano.

Joaquim Manuel de Macedo nasceu em 1820, no estado do Rio de Janeiro, e foi formado pela Faculdade de Medicina em 1844, mesmo ano da publicação do livro aqui estudado. A ficção, segundo Massaud Moisés (1971), é um típico romance europeu, porém com elementos brasileiros, o que possibilitou ao leitor uma identificação pela utilização de uma linguagem quase coloquial. Na narrativa, Augusto, um jovem estudante de medicina, faz uma aposta com os amigos de que consegue conquistar o coração de uma mulher durante uma estada na casa de praia de sua avó. Lá, ele conhece Carolina, a “Moreninha”, por quem se apaixona, mesmo sem saber que ela é a filha de um antigo amor de sua mãe. O romance desenrola-se com o dilema de Augusto entre cumprir a aposta e manter a promessa feita a sua mãe de não se envolver emocionalmente com mulheres. Assim, essa obra versa sobre temas românticos, como o amor e a lealdade, e oferece um vislumbre da sociedade carioca do século XIX, com suas tradições e valores morais.

Dessa forma, ter *A Moreninha* no acervo do Gabinete Português de Leitura da Bahia é de grande importância, pois ela é foi uma obra central no desenvolvimento da literatura brasileira do século XIX, contribuindo significativamente para o movimento romântico do país.

INSPIRAÇÕES DO CLAUSTRO

Inspirações do Claustro é uma obra poética publicada por Junqueira Freire em 1852, quando o autor tinha apenas 20 anos. Os escritos são testemunhos das experiências pessoais vividas pelo jovem, com registro sobre o cotidiano no Mosteiro de São Bento da Bahia, onde ele fez o noviciato, além de, constantemente, abordar a questão da morte, um reflexo da saúde frágil que atravessava o cotidiano do poeta. De acordo com Bosi (2006, p. 120), o livro é um documento pungente que revela a luta interior de um jovem enfermo, profundamente dividido entre os impulsos da sensualidade, os terrores da culpa e os ideais religiosos que o atormentam.

O livro é um dos marcos do estabelecimento do Romantismo no Brasil e os versos contidos em suas páginas expressam um intenso conflito interior, refletindo a luta entre a carne e o espírito, o desejo e a renúncia. Junqueira Freire emprega uma linguagem poética rica, repleta de



metáforas e imagens sensoriais e utiliza sonetos, sextilhas e outras formas poéticas tradicionais para transmitir sua busca espiritual.

A presença da obra de Junqueira Freire no acervo do Gabinete Português de Leitura da Bahia é de grande importância, uma vez que representa um valioso legado literário do Brasil. Além disso, essa inclusão estabelece uma conexão significativa da instituição de tradição lusa com a Bahia, um ato que reforça o compromisso do Gabinete Português de Leitura com a preservação da rica herança cultural que permeia a história da instituição, também, da comunidade local.

A RETIRADA DA LAGUNA

A Retirada da Laguna [1871] é uma obra escrita por Alfredo d'Escragolle Taunay, ou Visconde de Taunay. Esse livro é não-ficcional e que retrata a retirada de um corpo do exército brasileiro na Guerra do Paraguai. Segundo Verissimo (1995, p. 57), há dignidade, sobriedade e um toque masculino no livro, não havendo momento de patriotismo ufanista ou verborrágico, comum da época. Nas palavras de Gonzaga (1998, p. 76), é um documento interessante e dramático sobre o episódio ocorrido na Guerra. O texto traz precisão de detalhes da paisagem, apresentando elementos do movimento literário conhecido como Realismo.

Taunay, nascido no Rio de Janeiro em 1843, formou-se em Letras, mas também em Ciências Físicas e Matemáticas na Escola Militar, tendo participado da Guerra da Tríplice Aliança – a guerra do Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai. Escreveu outros livros, sendo o mais famoso *Inocência* [1872], romance situado em uma fase que pode ser considerada como a transição para o Realismo, vertente literária que sucede o Romantismo no Brasil.

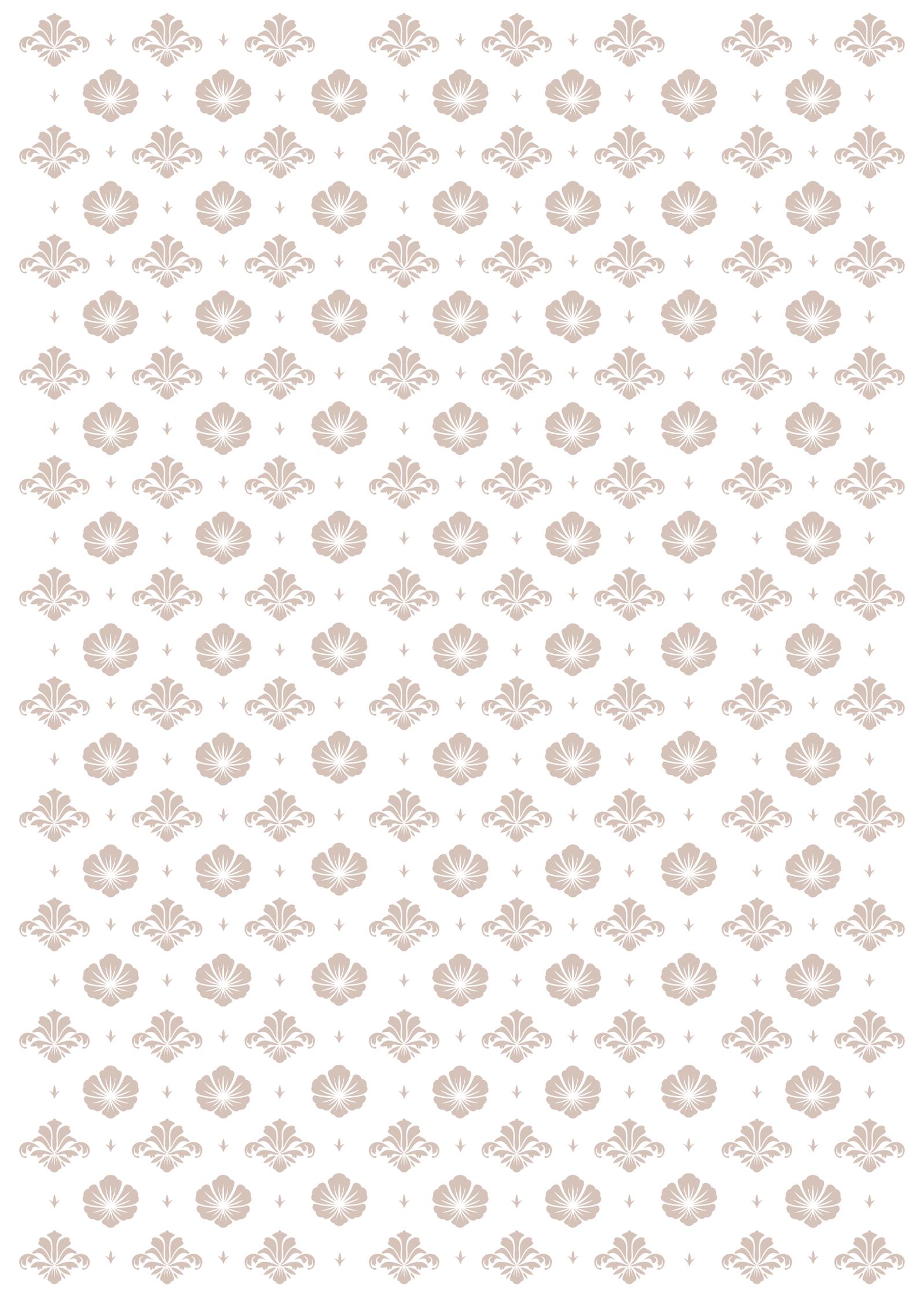
A motivação por trás da inclusão desse título histórico no acervo do Gabinete Português de Leitura da Bahia pode estar intrinsecamente ligada à relevância cultural e histórica da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) e à participação das forças brasileiras no conflito. Assim, é possível dizer que obra não apenas enriquece o acervo da instituição, mas também preserva a memória da participação brasileira na guerra, honrando o legado histórico da Bahia e do Brasil. Além disso, destaca o compromisso do Gabinete Português de Leitura em manter um acervo diversificado e rico em conteúdo que reflita a história, a cultura e a literatura luso-brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A constituição da listagem dessas grandes obras é, também, a invenção do nacional e, por conseguinte, do regional e do local. Com o levantamento feito, foi possível perceber que nas atas fundacionais não há um grande quantitativo de obras que, posteriormente, tornaram-se referências e, por consequência, seriam analisadas nos grandes manuais de literatura.

Nesse sentido, tendo em vista que a maioria das obras mencionadas nas atas administrativas da diretoria do Gabinete Português de Leitura da Bahia que compõem o acervo fundacional é escrita e/ou publicada em Portugal, fica nítida a intenção da instituição de construir também o referencial da literatura clássica portuguesa. No entanto, ao contrário do que se imaginava, a pesquisa deixa entrever o fato de que, pelo menos nos 12 primeiros anos de existência do Gabinete Português de Leitura da Bahia, a maioria das obras adquiridas e identificadas pelo gabinete baiano para formação de seu acervo não veio a compor a literatura de indicação obrigatória em língua portuguesa. Tal fato é um dado de suma relevância, já que as obras do acervo formador da instituição, ainda hoje presentes em sua biblioteca, apresentam um retrato de livros e autores que, provavelmente, circularam no Brasil e na Bahia no período e refletem um contexto conceitual da literatura e do comércio livreiro da segunda metade do século XIX, a despeito das indicações de leituras clássicas.







Referências

- ABREU, Márcia. Duzentos anos: os primeiros livros brasileiros. In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia (Org.). *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Editora Unesp, 2010, p. 41–65.
- ABREU, Márcia. Os lugares dos livros: comércio livreiro no Rio de Janeiro joanino. *Revista Floema*, Vitória da Conquista, n. 5, p. 7–30, out. 2009. Acesso em: 23 de jul. 2023.
- ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1866–88)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- ARQUIVO Público do Estado da Bahia, Seção de Arquivos Judiciários, Livro de Notas 428, fólio 8r e v.
- AZEVEDO, Fabiano Cataldo de. *A memória discursiva e as estratégias em torno da identidade luso-brasileira nos discursos do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2012.
- AZEVEDO, Fabiano Cataldo de. Contributo para traçar o perfil do público leitor do Real Gabinete Português de Leitura: 1837–1847. *Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 2, p. 20–31, ago. 2008.. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/cDfXS5KK467xRnBGYpnXkBL/?lang=pt>. Acesso em: 23 jul. 2023.
- BAKHTIN, Mikhaïl. “Récit épique et roman (Méthodologie de l’analyse du roman)”, in *Esthétique et théorie du roman*, trad. Daria Olivier, pref. Michel Aucouturier, Paris, Gallimard, 1975.
- BASTOS, Maria Helena Camara Bastos. Leitura das famílias Brasileiras no século XIX: o jornal das famílias (1863–1878). *Revista Portuguesa de Educação*. Ano/v. 15, número 002, Universidade do Minho. Braga: 2002, p. 169–214.
- BONFIM SOUZA, G. M. Inquisição lusa em terras da Bahia de Todos os Santos: documentação da primeira visitaçã a primeira década do século XVII. *Temas Americanistas*, ES, v. 1, n. 47, p. 127–150, 2021. Disponível em: https://revistascientificas.us.es/index.php/Temas_Americanistas/article/view/19778. Acesso em: 25 jul. 2023.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 43. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.
- BRAGANÇA, Aníbal. Uma introdução à história editorial brasileira. *Cultura*, Revista de História e Teoria das Ideias, v. 14, II série, 2002, Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, [Lisboa], p. 57–83.



- BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia (Org.). *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
- BRASIL. Lei imperial de 11 de agosto de 1827. Crêa dous Cursos de ciencias Juridicas e Sociaes, um na cidade de S. Paulo e outro na de Olinda. Dom Pedro I. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim.-11-08-1827.htm. Acesso em: 20 jul. 2023.
- CÂNDIDO, Antônio. O direito à literatura. In: CÂNDIDO, Antônio. *Vários Escritos*. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2011.
- CARVALHO, Kátia Maria de. *O diário da Bahia e o século XIX*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979.
- CARVALHO, Kátia et al. *Travessia das letras*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1999.
- CASTRO, César Augusto; CASTELLANOS, Samuel Luis Velázquez. O Gabinete Português de Leitura: o lugar do livro e da leitura no Maranhão oitocentista. *Outros Tempos*, São Luís, v. 11, n. 18, p. 137-153, out. 2014. Disponível em: https://outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uema/article/view/418/358. Acesso em: 24 jul. 2023.
- COSTA, I. S. *A Bahia já deu régua e compasso: medicina legal, raça e criminalidade na Bahia (1890-1940)*. Salvador: EDUFBA, 2023.
- CULLER, Jonathan. *Teoria literária: uma introdução*. Tradução: Sandra Vasconcelos. São Paulo: Beca, 1999.
- CULLETON, Alfredo. A filosofia na primeira universidade da América Latina (Universidad de San Marcos 1551). *Educação e Filosofia*, Uberlândia, v. 35, n. 74, p. 977-985, 20 dez. 2021. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/63274/33142>. Acesso em: 22 jul. 2023.
- DARNTON, Robert. *A questão dos livros: presente, passado e futuro*. Tradução por Daniel Pellizzari. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 231p.
- DEAECTO, Marisa Midori. *O império dos livros: instituições e práticas de leitura na São Paulo oitocentista*. São Paulo: Edusp, 2011.
- DIARIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de janeiro, 16 de junho de 1825. Disponível em: Diário do Rio de Janeiro (RJ) - 1821 a 1858 - DocReader Web (bn.br). Acesso em: 25 jul. 2023.
- DUTRA, Eliana de Freitas. Leitores de além-mar: a editora Garnier e sua aventura editorial no Brasil. In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia (Org.). *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Editora Unesp, 2010, p. 67-87.
- EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: Uma introdução*. Tradução: Waltensir Dutra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- EL FAR, Alessandra. *O livro e a leitura no Brasil*. São. Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. Livros de História: bibliotecas e mercado editorial no século XIX. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. *Anais...* Londrina: ANPUH, 2005. CD-ROM.
- FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. Livros e sociedade: a formação de leitores no século XIX. *Revista Teias*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 10, ago. 2007. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/23822/16803>>. Acesso em: 18 mar. 2023.
- FISCHER, Steven Roger. *História da leitura*. Tradução Claudia Freire. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- FRANÇA JR, Joaquim José de. *Política e Costumes: folhetins esquecidos (1867-1868)*. Organização, introdução e notas de R. Magalhães Júnior. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.
- GABINETE DE LEITURA – serões das famílias brasileiras. Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1837. Disponível em: Gabinete de Leitura: Serões das Famílias Brasileiras, Jornal para todas as classes, sexos e idades (RJ) - 1837 a 1838 - DocReader Web (bn.br). Acesso em: 25 jul. 2023.
- GONZAGA, Sergius. *Manual de Literatura Brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.
- GRANJA, L. *A circulação dos impressos no Brasil do século XIX (atores do mundo dos livros)*. *Olho d'água*, São José do Rio Preto, v. 13, n. 1, p. 131-143, 2021.



- GUERRA FILHO, Sérgio Armando Diniz. *O Antilusitanismo na Bahia (1822-1831)*. 2015. 294 f. Tese (Doutorado) – Curso de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador (BA), 2015. Disponível em: https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/5_o_antilusitanismo_na_bahia_1822-1831.pdf. Acesso em: 21 jul. 2023.
- JACOB, C. Prefácio. In: BARATIN, M.; JACOB, C. (Org.). *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008, p. 9-17.
- JACOBINA, R. R.; GELMAN, E. A. Juliano Moreira e a Gazeta Medica da Bahia. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 15, n. 4, p. 1077-1097, out. 2008.
- LACERDA, Danielle Christine Othon. O crescimento do mercado editorial impulsionado pela literatura de folhetim no século XIX. In: *Anais do 7ª Conferência Internacional de História de Empresas e IX Encontro de Pós Graduação em História Econômica*. Ribeirão Preto: USP; ABPHE, 2019.
- LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *O preço da leitura: leis e números por detrás das letras*. São Paulo: Ática, 2001.
- LOSE, Alícia Duhá et al. *O manuscrito fundador do Gabinete Português de Leitura da Bahia: Atas 1863-1875*. Salvador: Memória e Arte, 2021. Disponível em: www.memoriaarte.com.br. Acesso em: 18 ago. 2023.
- LOSE, Alícia Duhá. (2019) *Livros de registros de Ordens do Dia do Corpo de Polícia da Bahia (1863 a 1869 e 1869 a 1874): edição semidiplomática e análise de documentos históricos do Corpo de Polícia da Bahia no período da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai*. [Relatório Final de Pós-Doutoramento Sênior desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília na Linha de Pesquisa Política, Instituições e Relações de Poder no período de março de 2018 a fevereiro 2019, sob a supervisão do Prof. Dr. Francisco Doratioto, Universidade de Brasília].
- LYONS, Martyn. *Livro: uma história viva*. São Paulo: Editora SENAC, 2011.
- MACENA, Fabiana Francisca; Muniz, Diva do Couto Gontijo de. Entre bailes, saraus e outras festas: protagonismo das mulheres no abolicionismo mineiro oitocentista. *Dimensões*, v. 38, p. 47-68, 2017.
- MATTOSO, Katia. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- MAZZOLA, Renan Belmonte. *O cânone visual: as belas-artes em discurso*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.
- MIBIELLI, Roberto. Cânone. In.: JOBIM, José Luís; ARAÚJO, Nabil; SASSE, Pedro Puro (Orgs.). *(Novas) Palavras da Crítica*. Rio de Janeiro: Edições Makunaima, 2021. Disponível em: https://gcl.letras.uff.br/wp-content/uploads/sites/591/2022/05/novas_palavras_da_critica.pdf. Acesso em: 23 jul. 2023.
- MOISÉS, Massaud. *A literatura brasileira através dos textos*. 18. ed. São Paulo: Cultrix, 1971.
- MOISÉS, Massaud. *A literatura portuguesa através dos textos*. 25. ed. São Paulo: Cultrix, 1997.
- MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. A leitura de romances no século XIX. *Cadernos Cedes*, ano XIX, n. 45, 1988, jul., p. 71-85.
- NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2010.
- NEIVA, Saulo. Epopeia. In.: JOBIM, José Luís; ARAÚJO, Nabil; SASSE, Pedro Puro (Orgs.). *(Novas) Palavras da Crítica*. Rio de Janeiro: Edições Makunaima, 2021. Disponível em: https://gcl.letras.uff.br/wp-content/uploads/sites/591/2022/05/novas_palavras_da_critica.pdf
- OLIVEIRA, Anelise. A educação entendida como civilização: Medidas instrutivas realizadas no Rio de Janeiro durante o Período Joanino (1808-1821). *Saberes: Revista Interdisciplinar de Filosofia e Educação*, Natal, v. 1, n. 11, p. 157-169, fev. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/saberes/article/view/6513/5202>. Acesso em: 23 jul. 2023.
- OLIVEIRA, Maria da Glória de. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia. *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 11, n. 28, p. 104-140, set./dez. 2018. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1414/755>. Acesso em: 24 jul. 2023.
- PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Altas Literaturas: escolha e valor na obra crítica de escritores modernos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.



QUEIRÓZ, Juliana Maia. Brasil e Portugal: relações transatlânticas e literárias no século XIX. *Polifonia*, Cuiabá, MT, v. 20, n. 28, p. 189-203, jul/dez., 2013.

RICARDO, Marinêz de Fátima. *O cânone no vestibular da UNESP: calouro ou veterano?* Tese (Doutorado em Estudos Literários). Faculdade de Ciências e Letras, Unesp, Araraquara, 2004. 348 f.

SANTOS, Wilza Betanaia dos. *Identidade, Convivências e Histórias: os Gabinetes Portugueses de Leitura de Pernambuco e da Bahia (1850-1931)*. Tese (Doutorado). Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2018. Disponível em: [https://www.bing.com/ck/a?!&p=43e347c1dadbe80bJmltdHM9MTY5MDg0ODAwMCZpZ3VpZDoxNmVlMjhlZS01OWNmLTU5ZjMtMjAyYS0zYmM5NTg1OTY4OTkmaW5zaWQ9NTE4MA&ptn=3&hsh=3&fclid=16ee29ae-59cf-69f3-202a-3bc958596899&psq=Identidade%2c+Conviv%3%a+ancias+e+Hist%3%b3rias%3a+os+Gabinetes+Portugueses+de+Leitura+de+Pernambuco+e+da+Bahia+\(1850-1931\)+pdf&u=a1aHR0cHM6Ly9yZXBvc2l0b3Jpby1hYmVydG8udXAucHQvYmloc3RyZWftLzEwMjE2LzEyMjc1Mi8yLzM1NzUxMC5wZGY&ntb=1](https://www.bing.com/ck/a?!&p=43e347c1dadbe80bJmltdHM9MTY5MDg0ODAwMCZpZ3VpZDoxNmVlMjhlZS01OWNmLTU5ZjMtMjAyYS0zYmM5NTg1OTY4OTkmaW5zaWQ9NTE4MA&ptn=3&hsh=3&fclid=16ee29ae-59cf-69f3-202a-3bc958596899&psq=Identidade%2c+Conviv%3%a+ancias+e+Hist%3%b3rias%3a+os+Gabinetes+Portugueses+de+Leitura+de+Pernambuco+e+da+Bahia+(1850-1931)+pdf&u=a1aHR0cHM6Ly9yZXBvc2l0b3Jpby1hYmVydG8udXAucHQvYmloc3RyZWftLzEwMjE2LzEyMjc1Mi8yLzM1NzUxMC5wZGY&ntb=1)

SANTOS, Wilza Betanaia dos. *Gabinete Português de Leitura de Pernambuco: re-construindo identidades e simbologias do ser imigrante português*. XIII ENCONTRO DE HISTÓRIA ANPUH - RIO, 2008, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: Associação Nacional de História, 2008. Disponível em: http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212590952_ARQUIVO_GabinetePortuguesdeLeituradePernambuco-Re-construindoidentidadesesimbologiasdoserimigranteportugues.pdf. Acesso em: 23 jul. 2023.

SCHAPOCHNIK, Nelson. *Distinção, instrução & prazer: uma tipologia dos gabinetes de leitura no Brasil Oitocentista*. In: CAVALCANTE, Maria Juraci Maia; QUEIROZ, Zuleide Fernandes de; VASCONCELOS JÚNIOR, Raimundo Elmo de Paula; ARAUJO, José Edvar Costa de (org.). *História da educação – vitrais da memória: lugares, imagens e práticas culturais*. Fortaleza: Editora Universidade Federal do Ceará, 2008. p. 165-188.

Disponível em: https://www.academia.edu/38652855/Distin%C3%A7%C3%A3o_instru%C3%A7%C3%A3o_e_prazer_uma_tipologia_dos_gabinetes_de_leitura_no_Brasil_oitocentista. Acesso em: 20 jul. 2023.

SOUZA, Lidia Lerbach de. *A imprensa Régia – o tardio nascimento da imprensa no Brasil*. *Revista Verbum*, v. 9, n. 1, 2020, p. 310-323.

TAVARES, Luís Guilherme Pontes; ROSA, Flávia Garcia. *Apontamentos para a história do livro na Bahia*. In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia (Org.). *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Editora Unesp, 2010, p. 221-233.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América: Livro II – Sentimentos e Opiniões*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

VERÍSSIMO, Érico. *Breve história da literatura brasileira*. São Paulo: Globo, 1995.

VILLALTA, Luiz Carlos. *Bibliotecas Privadas e Práticas de Leitura no Brasil Colonial*. [São Paulo]: [UNESP], [1997]. Disponível em: <http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/ensaios/bibliotecas-br.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2023.



Livros de obras do Gabinete Português de Leitura

Forma de aquisição	Nome	Nº de exemplares/ volumes	Tipo de obra	Lugar/ data de publicação	Autor	Língua	Valor	Indicação de página	Ano de aquisição	Enviado para restauro
Compra ao José Caetano Ferreira Espinheira		600 volumes	Literatura				oitocentos mil reis	66	1863	
Doação de Joaquim Gozardo de Bastos	Culpa e arrependimento	2 exemplares	Drama		Joaquim Gozardo de Bastos			70	1864	
Doação de Antonio Ferreira da Fonseca	Journal d'un voyage a Tombocou et a Jenné.	2 exemplares				francês		70	1864	
Doação de Manoel da Silva Alves Pereira		5 volumes					[...]z mil reis	73	1864	
Doação de João Gomes Fernandes	Quadros Navaes	1º e 2º volumes						75	1864	
Doação de Fernando Pereira da Cunha	Historia do Brazil	[...] volumes	História				5\$000	75	1864	
Doação de José da Silva Bastos	Historia de Revolução Franceza	17 volumes	História			francês	R\$40\$[...]	75	1864	
Doação de Miguel Gomes da Costa	Ruy: O Escudeiro						(conjunto de doações) 6\$000reis	77	1864	
Doação de Miguel Gomes da Costa	Codigo commercial portuguez						(conjunto de doações) 6\$000reis	77	1864	
Doação do Senhor Presidente [...]	Conde de Monte-Christo							79	1864	
Doação de Pedro Calazans	Ofenisia		Poesia		Pedro Calazans			79	1864	
Doação de José Gonçalves Belchior	Historia General de los hechos de los Castelhanos en las Islas e Tierra firme del Mar Oceano	4 volumes				espanhol	20\$000 reis	82	1865	
Doação de Manoel de Barros Silva	"Onde está a infelicidade!"						um mil reis	83	1865	
Doação de Silva Bastos, Barros Silva, Gomes Fernandes Fernandes e Silva, Joaquim Brandão, Antonio Joaquim, Gomes Pereira Fontes, Leite de Carvalho, Pinto de Miranda, e [...] Fernando da Cunha	Mappa Geographico de Portugal							83	1865	
Doação de Manoel Pereira de Carvalho Sobrinho	"Mappa Topographico da Cidade da Bahia"							86	1865	
Doação de Manoel Pereira de Carvalho Sobrinho	Quadro Geral dos socios							86	1865	
Doação de Manoel Pereira de Carvalho Sobrinho	Quadro geral histórico de Portugal.							86	1865	
Doação de Manoel da Silva Alves Pereira	Moral Cristã	6 volumes				francês	vinte mil reis	91	1865	
Doação de José Gonçalves Belchior		[...] volumes			João Francisco Lisboa			98	1865	
"Doação de Joaquim Francisco de Almeida Brandão"	"poesias"							100	1865	
Doação de a Francisco Gomes de [...]		Um exemplar de cada tomo das poesias do autor	Poesias		Francisco Gomes de [...]			106	1866	



Livros de obras do Gabinete Português de Leitura

Forma de aquisição	Nome	Nº de exemplares/volumes	Tipo de obra	Lugar/ data de publicação	Autor	Língua	Valor	Indicação de página	Ano de aquisição	Enviado para restauro
Doação de Antonio Lopes Cardoso	Amor e Gratidão		Drama		Antonio Lopes Cardoso			106	1866	
Doação de Manoel José de Freitas	History of the United [...] Historia dos Estados Unidos	3 volumes					50\$00	106	1866	
Doação de Gustavo Colombo	" Catalogo completo e encadernado da casa artistica e comercial Sui-Generis"							106	1866	
Compra	Historia do Brazil	6 volumes					60\$000	108	1866	
Compra	Bíblia Sagrada						60\$000	108	1866	
Doação de Antonio Pinto de Carvalho		nº indeterminado de volumes				francês	20\$000	108	1866	
Doação de José Gonçalvez Belchior		2 volumes			João Francisco Lisboa			114	1866	
Compra de Joaquim Lopes da Motta Guimarães	(Discursos de José Cardozo Vieira de Castro)	1 exemplar					Dez mil reis	115	1866	
Doação de Antonio Augusto de Mendonça	A Messalina	2 exemplares	Poema		Antonio Augusto de Mendonça			116	1866	
Doação de Augusto Lopes da Silva Lima	Adelaide e Arthur	1 volume	Romance					116	1866	
Doação de Fernando Pereira da Cunha	"(Discursos de José Cardozo Vieira de Castro)"							116	1866	
Doação do Doutor Joaquim Vicente da Silva Freire	(Tese do Doutor Joaquim Vicente da Silva Freire sustentada no Rio de Janeiro)	1 exemplar						118	1867	
Doação de Manoel José de Freitas Seri	Mappa geographico do Imperio do Brazil							126	1867	
Doação de José Paim Tosta	Atlas Geographico							126	1867	
Doação de Manoel Luiz de Carvalho	Barbeiro de Pariz	1 volume	Romance					127	1867	
Doação de Manoel Luiz de Carvalho	Irmaa Anna	1 dicto	Romance					127	1867	
Doação de Manoel Luiz de Carvalho	Lagoa d'Auteuil	1 dicto	Romance					127	1867	
Doação de Manoel Luiz de Carvalho	Caza Branca	1 dicto	Romance					127	1867	
Compra		68 volumes					setenta mil reis	127	1867	
[após o receber obras compradas de Garnier, o Gabinete disponibiliza ao livreiro aquelas que o Gabinete já possui]	Historia da Formação do Imperio Brasileiro	6 volumes						132	1868	
[após o receber obras compradas de Garnier, o Gabinete disponibiliza ao livreiro aquelas que o Gabinete já possui]	Morte Moral	4 volumes	-			-		132	1868	



Livros de obras do Gabinete Português de Leitura

Forma de aquisição	Nome	Nº de exemplares/ volumes	Tipo de obra	Lugar/ data de publicação	Autor	Língua	Valor	Indicação de página	Ano de aquisição	Enviado para restauo
Doação de Manoel Jose do Rego Vianna	"Gabriel Malagrida ou a conjuração aos Tavoras"		Drama					140	1868	
Doação de Carlos Alberto Gonçalves de Moraes	La Fortune de Gaspard							141	1868	
Doação de Carlos Alberto Gonçalves de Moraes	Histoire d'un cheval de bois							141	1868	
Doação de Manoel Joaquim Lino	Os Operarios do Mar							141	1868	
Doação de Fernandes Falcão	Direito Internacional Privado				Fernandes Falcão			142	1868	
Doação de João Rodriguez d'Oliveira Santos	Horas Vagas	1 exemplar	Poesia		João Rodriguez d'Oliveira Santos			143	1868	
Doação de Manoel Joaquim Lino	Guia Homeopathico	1 volume			"Doutor Hering, dos Estados Unidos"			146	1868	
doação de Firmino Carlos Pereira Guimarães	Loba	1 volume	Romance		Paulo Feral			146	1868	
Doação de Antonio Tavares da Silva Godinho		22 volumes			Philintho Eliseo ou Filintho Elysio			147	1869	
Doação de Antonio Tavares da Silva Godinho	Lições de Geografia	1 volume			Abbade Gautier			148	1869	
Doação de Antonio Tavares da Silva Godinho	Curso de Filosofia Elementar	1 volume			Dom Jaime Balmes			148	1869	
Doação de Antonio Tavares da Silva Godinho	Bosquejo Historico da Litteratura Classica	1 volume			A. Cardozo Borges de Figueiredo			148	1869	
Doação de Antonio Tavares da Silva Godinho	Meditação ou Discursos Religiosos	1 volume			Conselheiro Jose Joaquim Rodrigues de Bastos			148	1869	
Doação de Antonio Tavares da Silva Godinho	Cosmos, essai d'una Description Physique de Monde	3 volumes			Alexandre de Humboldt			148	1869	
Doação de Antonio Tavares da Silva Godinho	Ensaio sobre alguns Synonimos da Lingua Portugueza	2 volumes			Dom Frei Francisco de São Luis			148	1869	
Doação de Antonio Tavares da Silva Godinho	Cours d'Etudes pour la Section de Lettres	1 volume						148	1869	
Doação de Manoel Joaquim Lino	"Os Puritanos da America"	2 volumes	Romance					148	1869	
Doação de Manoel Jose de Freitas Serí	"The Works os William Hoganth"	1 volume						148	1869	
Doação de Manoel Joaquim Rodrigues	Memorias das Medalhas e condecorações Portugezas, e das Estrangeiras com relacção a Portugal	1 exemplar			"Manoel Bernardo Lopes Fernandes"			149	1869	
Doação de Custodio Luiz da Silva Peixoto	"Breve Tractado de Corographia Portugueza Historia Politica"	1 exemplar			Joaquim Carreira de Mello			149	1869	



Livros de obras do Gabinete Português de Leitura

Forma de aquisição	Nome	Nº de exemplares/ volumes	Tipo de obra	Lugar/ data de publicação	Autor	Língua	Valor	Indicação de página	Ano de aquisição	Enviado para restauo
Doação de Jose Barboza Leão	Análise de Orçamento, ou a Questão Financeira resolvida	1 volume			Jose Barboza Leão			150	1869	
Doação de Manoel Jose de Freitas Serí	Viagem Santa e Peregrinação Devota	1 volume						150-151	1869	
Doação de Manoel Joaquim Rodrigues	"Noticias Biographicas do Senhor Dom [...] 5º"	400 exemplares						151	1869	
Doação de Manoel Joaquim Lino	Moreninha	1 volume	Romance		Joaquim Manuel de Macedo			151	1869	
Doação do Commendador Manoel Joaquim Rodriguez	As Histórias do Povo	9 volumes						155	1869	
Doação de Manoel José de Freitas Serí	Inspiração do Claustro	1 volume						155	1869	
Doação de Manoel José de Freitas Serí	Alta Renato	1 volume						155	1869	
" Doação do Senhor Doutor Gentil Pedreira (em nome do autor)"	Inspirações poeticas	1 volume					2\$000	156	1869	
Doação de Firmino Carlos	Misterios de Fafe	1 volume			Camillo Castelo Branco		4\$000	158	1869	
Doação de Firmino Carlos	Virtudes Antigas	1 volume			Camillo Castelo Branco		4\$000	158	1869	
Doação de Jose Dionisio de Mello	Forças Defensivas de Portugal	100 exemplares						158	1869	
Doação de José da Silva e Souza	"Portuguezes Illustres"	1 volume					1\$500	158	1869	
Doação de Firmino Carlos Pereira Guimaraes	o Retrato				Camillo Castello Branco		4\$000.	160	1869	
Doação de Comendador Fernando Pereira da Cunha	Noticias sobre a Provincia do Matto Grosso							160	1869	
Doação do Commendador Olympio Nicolau, Ruy Fernandes, Prezidente da Associação dos Artistas de Coimbra	Exposição Districtal a Coimbra	1 volume						164	1870	
Doação da Imprensa Nacional de Lisboa	"Noticia Breve da Imprensa Nacional"	1 volume						164	1870	
Doação de Manoel Joaquim Rodrigues	Histoire Ecclesiastique	36 volumes						166	1870	
Doação de Manoel Joaquim Rodrigues	Table Général des Matiers	1 volume						166	1870	
Oferecimento para compra de obras do sócio Joaquim Francisco dos Santos							70\$000	172	1870	
Doação do secretário Antonio Tavares Silva Godinho	Estudos sobre Direito Financeiro	1 volume		Coimbra/ 1870	Doutor Antonio dos Santos Pereira Jardim			183	1871	
Doação de Manoel Luis de Carvalho	Les Mysteres de Rome	[...] volumes						184	1871	



Livros de obras do Gabinete Português de Leitura

Forma de aquisição	Nome	Nº de exemplares/volumes	Tipo de obra	Lugar/ data de publicação	Autor	Língua	Valor	Indicação de página	Ano de aquisição	Enviado para restauro
Doação de Manoel Luis de Carvalho	A Peadôra	1 volume						184	1871	
Doação de Manoel Luis de Carvalho	Pecciola	1 volume						184	1871	
Doação de Manoel d'Oliveira Sampayo		10 exemplares			José Cardoso Veira de Castro			190	1871	Três desses exemplares foram mandados para encadernar pelo tesoureiro
Doação da Presidencia da Provincia				Estados Unidos				191	1871	
Doação de Manoel Joaquim Rodrigues	Guia Maritimo, acomodada ao Codigo Commercial Brasileiro	2 volumes						200	1872	
Doação de Manoel Joaquim Rodrigues	"Aristocracia do Genio e da Belleza feminil na antiguidade"	2 volumes			José Palmella			200	1872	
Doação de José Gonsalves Belchior	"Aristocracia do Genio e da Belleza feminil na antiguidade"	1 volume			José Palmella			200	1872	
Doação de Leocadio Seixas	Descrição Topographica e histórica de Villa Nova de Gaya	1 volume						200	1872	
Doação de Leocadio Seixas	Revolução	1 exemplar	Folheto					200	1872	
Oferecimento para compra da obra pelo Senhor Director José de Siqueira	Estudos sobre a hygiene	1 exemplar			José de Siqueira		2 mil reis	202	1872	
Doação de Antonio Chiappe	Le Cousseur des Bois	2 volumes						202	1872	
Doação de Antonio Chiappe	Costal l'Indien	1 volume						202	1872	
Doação do Senhor A. Daux	O Mestre de Francez							202	1872	
"Doação de Joaquim José Pinto Moreira"	A historia de Portugal, por uma Sociedade homens de letras				Pinheiro Chagas		27\$500	202	1872	
Doação de Urbano Sabino Pessôa de Mello	"Tractado de pronuncia da Lingua Franceza"		Folheto		Urbano Sabino Pessôa de Mello			204	1872	
Doação do Ministro da Guerra, João Jose Oliveira Junqueira	atlas da Guerra do Paraguay							205	1872	
"Doação do Senhor Director Geral de Estatistica, Joaquim José Campos da Costa de Medeiros e Albuquerque"	Relatorio e trabalhos estatisticos do corrente anno	1 exemplar						208	1872	



Livros de obras do Gabinete Português de Leitura

Forma de aquisição	Nome	Nº de exemplares/volumes	Tipo de obra	Lugar/ data de publicação	Autor	Língua	Valor	Indicação de página	Ano de aquisição	Enviado para restauro
Doação do Senhor Doutor Manuel de Saldanha da Gama	"Historia da Viagem de Sua Majestade o Imperadôr"	1 volume						208	1872	
Doação de Manoel Joaquim Rodrigues	Instituto	6 tomos de 12 volumes encadernados						214	1873	
Doação do Senhor presidente da Direcção, Augusto Silva Ribeiro		35 obras em 43 volumes						214	1873	
Doação dos senhores Rolland e Semiond	Lusíadas	20 exemplares						214	1873	
Doação da casa dos Senhores Catilina e Companhia	Leituras populares instructivas e Moraes	20 exemplares						214	1873	
Doação da casa dos Senhores Catilina e Companhia	Primeiro livro da infância	20 exemplares						214	1873	
Doação da casa dos Senhores Catilina e Companhia	Chorographias	20 exemplares						214	1873	
Doação da casa dos Senhores Catilina e Companhia	Arte de Contar	20 exemplares						214	1873	
Doação da casa dos Senhores Catilina e Companhia		100 exemplares						214	1873	
Doação de José Pedro de Souza Braga	Tese do Doutor José Pedro de Souza Braga	1 exemplar			José Pedro de Souza Braga			216	1873	
Doação de José Joaquim da Silva Braga	Mil e uma noites	4 volumes						218	1873	
Doação de José Joaquim da Silva Braga	[...] [...] e Crenças"	1 volume	Poesia					219	1873	
Doação de José Gonçalves Belchior	"Recuerdos d'Italia"	1 volume						219	1873	
Doação	Noções de Corographia do Brasil	2 volumes						224	1873	
Doação	Considerações sobre a historia e cultura do cafeeiro	1 volume						224	1873	
"Doação do Conselheiro Manoel Francisco Correia"	Discurso do Conselheiro Manoel Francisco Correia proferido em sessão de 12 d'Agosto na Camara de Deputados	1 exemplar			Manoel Francisco Correia			225	1873	
Doação da Directoria Geral da Estatistica do Imperio	Relatorio e trabalhos estatisticos do corrente anno	1 exemplar						225	1873	
Doação do Senhor Commendador Manoel Joaquim Rodriguez	Varões e Donas que ilustrarão a Nação Portuguesa	1 volume						225	1873	
Doação do Senhor Commendador Manoel Joaquim Rodriguez	Compendio da Doutrina Christã	1 volume			Frei Luiz de Granada					



Livros de obras do Gabinete Português de Leitura

Forma de aquisição	Nome	Nº de exemplares/volumes	Tipo de obra	Lugar/ data de publicação	Autor	Língua	Valor	Indicação de página	Ano de aquisição	Enviado para restauro
Doação do Senhor Commendador Manoel Joaquim Rodriguez	Poesias	1 volume			Zagalo			225	1873	
Doação do Senhor Commendador Manoel Joaquim Rodriguez	Miscellania	1 volume			Urbano Loureiro			225	1873	
Doação do Senhor Commendador Manoel Joaquim Rodriguez	Romanceiro Portuguez	2 volumes			Ignacio Pizarro			225	1873	
Doação do Senhor Commendador Manoel Joaquim Rodriguez	Noutes	1 volume			Luiz Raphael Soije			225	1873	
Doação do Senhor Commendador Manoel Joaquim Rodriguez	Lisboa destruida	1 volume			Almeida			225	1873	
Doação do Senhor Commendador Manoel Joaquim Rodriguez	Manual de viajante	1 volume			G. A. S. C			225	1873	
Doação do Senhor Commendador Manoel Joaquim Rodriguez	Viagem a Jerusalem	1 volume						225	1873	
Doação do Senhor Commendador Manoel Joaquim Rodriguez	Cartas	2 volumes			Almeida			225	1873	
Doação do Senhor Commendador Manoel Joaquim Rodriguez	Oculos da velha	3 volumes			Artur Morati			225	1873	
Doação do Senhor Commendador Manoel Joaquim Rodriguez	Diccionario da Biblia	1 volume						225	1873	
Doação de Leocadio Primo de Seixas	Novo Diccionario das línguas portugueza e ingleza	2 volumes						225	1873	
Compra em leilão		96 volumes					124\$005	225	1873	
Doação do senhor presidente Jozé Gonçalves Belchior	(Uma obra de produção do Doutor Bonfim sobre Botanica)	1 exemplar			Doutor Bonfim			226	1873	
Doação do Senhor A. Daux	Geographia para uzo dos Collegios	1 volume			Madame Caroline Daux			228	1873	
Doação do Senhor A. Daux	Arte de cantar para uzo das escolas	1 dito						228	1873	
Doação do Senhor A. Daux	Mestre de francez	1 dito			A. Daux			228	1873	
Doação do Senhor Presidente da Provincia	O Imperio do Brazil na Exposição universal de 1873 em Vienna d'Austria	1 exemplar						229	1873	
Doação do Senhor Presidente da Provincia	Correspondencia trocada entre o Governo Imperial e o da Republica Argentina, rélativo aos tratados celebrados entre o Brazil e a republica do Paraguay etc. etc.	1 exemplar						229	1873	



Livros de obras do Gabinete Português de Leitura

Forma de aquisição	Nome	Nº de exemplares/ volumes	Tipo de obra	Lugar/ data de publicação	Autor	Língua	Valor	Indicação de página	Ano de aquisição	Enviado para restauro
Doação	Noticia sobre a agricultura do Brasil	1 exemplar			Doutor Nicolau Joaquim Moreira			229	1873	
Doação de Caetano Alves Pinto Leite	O [...]ado de Maria Antonieta	2 tomos em 1 volume	Romance		Chandrall			234	1874	
Doação de Caetano Alves Pinto Leite	O Visconde de Ouguella, perfil biographico	1 volume			Camilo Castello Branco			234	1874	
Doação de Caetano Alves Pinto Leite	"O Inferno, trasladado para Portuguez"	1 volume			Camilo Castello Branco			234	1874	
Doação de Caetano Alves Pinto Leite	A casa do Saltimbanco	1 volume			Madame de Stolz			234	1874	
Doação de Manoel Damazio Pereira Leite	Thesouro de Prégadores	2 volumes						234	1874	
Doação do Director Francisco José Rodrigues Pedreira	Os Jesuitas	1 volume						234	1874	
Doação do Director Francisco José Rodrigues Pedreira	Astucias [...]rado	1 volume						234	1874	
Doação do Director Francisco José Rodrigues Pedreira	Mulher Adultera	4 volumes						234	1874	
Doação do Director Francisco José Rodrigues Pedreira	"Denoute todos os gatos são pardos"	1 volume						234	1874	
Doação do Director Francisco José Rodrigues Pedreira	Demonio do [...]	2 volumes						234	1874	
Doação do Director Francisco José Rodrigues Pedreira	Contos e lendas	1 volume						234	1874	
Doação do Director Francisco José Rodrigues Pedreira	Duas paginas de amor livre	1 volume						234	1874	
Doação do Doutor Venancio José de Oliveira Lisboa	O adolescente etc (tradução)	2 exemplares			C. Cantú			238	1874	
Doação dos Senhores Antonio José Pereira da Silva Araújo e Manoel José Ribeiro da Cunha	"Observações de Clinica etc"				Antonio José Pereira da Silva Araújo e Manoel José Ribeiro da Cunha			238	1874	
Doação do diretor Domingos Jose de Oliveira Junior		13 volumes						239	1874	
Doação de José Alves Ferreira	Historia da Reforma (tradução)	2 volumes						242	1874	
Doação de José Alves Ferreira	Noites com os romancistas (tradução)	2 volumes						242	1874	
Doação de João José de Oliveira Junqueira, ministro da Guerra	A retirada da Laguna	1 exemplar			Capitão Alfredo de Escragolle Taunay			245	1875	



Livros de obras do Gabinete Português de Leitura

Forma de aquisição	Nome	Nº de exemplares/ volumes	Tipo de obra	Lugar/ data de publicação	Autor	Língua	Valor	Indicação de página	Ano de aquisição	Enviado para restauro
Doação do Doutor Joaquim dos Remedios Monteiro	(opusculos sobre diversas materias)	7 exemplares						253	1875	
Doação do Prezidente da Provincia Luiz Antonio da Silva Nunes	O Imperio do Brazil							262	1876	
	Ex[...]ção de Philadelphia							262	1876	
Doação	[...] do Pará							266	1876	
Doação do senhor Secretario José da Nova Monteiro	Henriques	2 exemplares	Romance					266	1876	



Jornais, Gazetas, Periódicos do Gabinete Português de Leitura

Nome	Forma de aquisição/período	Local de publicação	Indicação de página	Ano	Outras informações	
Commercio do Porto	Assinatura	Porto	66	1863		
Jornal do Commercio de Lisboa	Assinatura	Lisboa	66	1863		
Diario da Bahia	Assinatura	Salvador	66	1863		
Jornal da Bahia	Assinatura	Salvador	66	1863		
Jornal Revista Luzo-Brazileira	Assinatura por seis meses e envio dos dois primeiros números pelo Consul Augusto Peixoto		70	1864		
Jornal do Commercio do Rio	Assinatura	Rio de Janeiro	75	1864		
Gazeta Official de Lisbôa	Assinatura	Lisboa	75	1864		
Diario de Pernambuco	Oferecido por Bonifacio Jose de Barros por tempo indeterminado	Recife	77	1864		
Epocha (encadernado em 1 volume)	Doado por Miguel Gomes da Costa		77	1864		
Semana Illustrada	Assinatura	Rio de Janeiro	77	1864		
Jornal do Povo	Oferecido por Joaquim Leite de Carvalho		82	1865		
Portugal	Assinatura	Rio de Janeiro	92	1865		
Ecco Ultramarino	Assinatura	Portugal	96	1865		
Gazeta de Portugal	Assinatura por 1 ano (28\$ reis)	Lisboa	105	1866		
La Verdad hespanhol	Aquisição de exemplares		105	1866		
Illustração franceza	Aquisição de exemplares		105	1866	Foi colocado para encadernação em 1871.	
Echo do Lima	Oferecido por Fernandes Silva		110	1866		
Correio Mercantil	Assinatura	Rio de Janeiro	116	1866		
A Gazeta de Portugal	Assinatura	Lisboa	116	1866		
Correio da Europa	Doação de Manoel Jozé de Freitas Seri		118			
			137	1868	"O Senhor Silva Godinho propoz para serem vendidos todos os os jornaes antigos que se achão nesta bibliotheca até 30 de Junho de 1867, a excepção dos Diarios de Lisboa e da Bahia, para serem encadernados. "	
			138	1868	"O Senhor Thesoureiro participou terem sido vendidos os jornaes antigos que havião nesta bibliotheca, conforme se havia tratado na sessão anterior, e que o seu producto foi de 56\$520 reis que se achão recolhidos em caixa. "	
O Pharol	Assinatura		139	1868		
Gazeta Medica da Bahia	Assinatura	Salvador	139	1868		
	Doação do Club X		Rio de Janeiro	140	1868	Club X do Rio de Janeiro, a offerta que tem feito a este Gabine te de seu Periodico
Correio dos Dous Mundos	Assinatura	-	143	1868		
Diario de Noticias	Assinatura		151	1869		
"Independencia [...]"	Doação de João Gomes Fernandes		Ilha da Madeira	155	1869	
A persuasão	Doação de João Gomes Fernandes		Ilha da Madeira	155	1869	
-	Assinatura	Aracaju	155	1869		
-	Assinatura	Aracaju	155	1869		



Jornais, Gazetas, Periódicos do Gabinete Português de Leitura

Nome	Forma de aquisição/período	Local de publicação	Indicação de página	Ano	Outras informações
-	Assinatura	Maranhão	155	1869	
-	Assinatura	Alagoas	155	1869	
-	Assinatura	Pará	155	1869	
Liberal	Oferecimento de assinatura de 1 ano por Carvalho Leal	Aracaju	157 - 158	1869	
Conservador	Oferecimento de assinatura de 1 ano por Carvalho Leal	Aracaju	158 - 158	1869	
Jornal das Alagoas	Doação de Julio d'Araújo Machado	-	158	1869	
Paiz	Doação de José da Silva e Souza	Maranhão	158	1869	
Commercial (colunas do redator do jornal)	Oferecimento das colunas escritas pelo redator no jornal o "Commercial" do Rio Grande	Rio Grande	160	1869	
Mappa do Rio de Janeiro	Assinatura	Rio de Janeiro	163	1870	
Jornal Português			190-191	1871	"O Senhor Prezidente declarou que chegando a ocasião de tratar-se [...] sessão de que havia a deliberar sobre o Jornal Portugues [...], para o qual particularmente todos os = Senhores Directores se tinham combinado a angariar assignaturas; [...] esse [...] em decisão [...] ao mesmo tempo que [...] [...] apresentara [...] [...] conseguidas."
			201 - 202	1872	Comissão organizada em 1872 para deliberar sobre os jornais: "em Resumo – Que sejam dispensadas: a Reforma e o Diario do Rio de Janeiro, o Diario das Alagôas, o Paiz do Maranhão, O Commercial, de Rio Grande e a Chronica Religiosa; e que se fizesse a aquisição dos seguintes Jornaes das Provincias de Portugal O Campeão das Provincias de Aveiro, O Conimbricense – de Coimbra, O Viriato – de Vizeu, o Braccamense de Braga, a Aurora do Lima – de Vianna, e o Ecco do Lima de Ponte do Lima. Em lugar da assinatura da Illustração Franceza, offerta da Direcção Transacta, fizesse esta Direcção aquisição do Jornal Artes e Lettras recentemente Publicado em Lisboa."
Jornais das Provincias de Portugal	Assinatura		204	1872	"Que o Secretario mandasse effectuar as assignaturas dos Jornais das Provincias de Portugal de conformidade com o parecer da Comissão que se acha exarado na acta de 16 de Maio."
Illustração Espanhola e Americana	Oferecimento de assinatura pelo presidente da Direção por um ano		205	1872	
Campeão das Provincias	Assinatura	Aveiro	209	1872	""Por proposta feita no dia 31 pelo Senhor Fernando Pereira da Cunha foi nomeada uma Commissão para agenciar assinaturas para o Jornal 'Campeão das Provincias' que se publica em Aveiro cujo redator acaba de fazer um appelo para os seus compatriotas do Brasil.""
Illustração Ingleza	Oferecimento de assinatura de 1 ano por Antonio Rodriguez Saraiva		213	1873	
Jornal Artes e Letras	Doação dos senhores Rolland e Semiond		214	1873	
Ilustração francesa	Compra dos exemplares de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1873		217	1873	
O Brazil	Doação do Senhor Commendador [...] Pereira da Cunha		218	1873	
Illustração Hespanhola e Americana	Oferecimento de assinatura por Viridiano [...] [...] d'Amazonas na quantia de 16\$000		218	1873	
Illustration Española	Assinatura		237	1874	Não recebendo ha muito o "Gabinete", o jornal "Illustration Española" assignado por intermedio do agente n'esta cidade; resolveu-se pedir ao correspondente de Lisboa uma assinatura deste jornal, assim como algumas obras que sentirem necessaria.
Gazeta da Beira	Oferecimento de assinatura de 1 ano por Antonio Maria d'Albuquerque		239	1874	
Illustration Française	Assinatura do ano de 1874		240	1874	
Diario Illustrado	Assinatura por um ano	Portugal	240	1874	



Jornais, Gazetas, Periódicos do Gabinete Português de Leitura

Nome	Forma de aquisição/período	Local de publicação	Indicação de página	Ano	Outras informações
Brazil			249	1875	
Chronica Religioza			249	1875	
O Globo	Oferecimento de assinatura a partir de julho		249	1875	Possivelmente a assinatura foi ofertada pelo senhor Fernando Pereira da Cunha.
Revista Occidental	assinatura	Portugal	253	1875	
Jornal do Porto	assinatura	Portugal	253	1875	
Commercio de Villa Real	assinatura	Portugal	253	1875	
Mosquito	assinatura	Rio de Janeiro	253	1875	
	assinatura	Braga	253	1875	Assinatura dos melhores jornais dessa cidade.
	assinatura	Guimarães	253	1875	Assinatura dos melhores jornais dessa cidade.
.			253	1875	Dispensa da assinatura dos jornais "Semana Illustrada", "Commercial do Rio Grande" e "Viriato"



Mobiliário do Gabinete Português de Leitura - compras e doações

Forma de aquisição	Objeto/móvel	Valor	Página	Ano	Outras informações
Joaquim	Baromethro	-	155	1869	
Leite Borges	Candeeiro	12\$000	156	1869	
Pereira da Cunha	Quadro da vista do Porto a Ponte Delgado	-	158	1869	
tesoureiro realizar tais despesas	do [...], assim como hum bico de gas para o mesmo [...]	-	188	1871	
autorização para compra	visto que as que existem não		205	1872	
autorização para compra	Duas esferas geographicas	119\$250	237/239	1874	
autorização para compra	escudo com os dizeres precisos para	35\$000	237/240	1874	
encomenda em lisboa	11 bustos a lapis	1000 fortes o	240	1874	correspondente em Lisboa, Janeiro
autorização para compra	estantes, approvou-se esta despeza, assim como a de		240	1874	
autorização para compra	Castiçais		265		



Pedidos, Menções e Transações para compra do Gabinete Português de Leitura

Pedidos/ Menções/ Transações para compra	Local de compra/ pedido	Livreiro/ Intermediário	Valor	Indicação de página	Assunto
O Senhor José Machado de Miranda apresentou a factura de Reis 340\$000 – importancia das obras que ultimamente mandou vir para o Gabinete, que já se acha na posse d’ellas [...] ordenou-se que essa conta fosse creditada ao Senhor Machado para ser paga quando houvesse dinheiro em caixa	Lisboa		340\$000	71	Fatura a ser paga
a Bibliotheca precisava de obras novas e modernas, e portanto que era necessario mandar vi-las de Lisboa, e por isso ficou o Senhor Presidente authorisado a tomar um saque de Reis 400\$ – quatrocentos mil reis fortes – para serem empregados em obras – derigindo-se ao Senhor Antonio Maria Pereira – de Lisboa por intermedio do Senhor João de Souza Pias, como consta da correspondencia que fica registrada	Lisboa	Antonio Maria Pereira/ João de Souza Pias	quatrocentos mil reis	76	Envio da quantia
Duas cartas do Senhor João de Souza Pias [...] [...] [...] 12 e 29 de Dezembro proximo passado informando esta [...] [...] [...] [...] que pagou [...] [...] [...] ao livreiro Antonio Maria Pereira – proveniente da factura de livros que remeteu para este Gabinete pelo Paquete inglez Magdalena. Uma outra do mesmo livreiro Antonio Maria Pereira incluindo a referida factura de livros, e pedindo esclarecimentos:	Lisboa	Antonio Maria Pereira/ João de Souza Pias		80	Pagamento do livreiro/ envio de livros no Paquete inglez Magdalena
Ficou authorisado o Senhor Fernando Pereira Cunha a remetter para Lisbôa a quantia de cem mil reis fortes para satisfazer ao pagamento dos Livros remmettidos a este Gabinete.	Lisboa		cem mil reis	86	Envio da quantia
Recebeu-se uma carta do Senhor João de Souza Pias, de Lisboa participando haver recebido Oitenta mil reis (80\$000 reis) importancia da ultima factura de livros remettida [...] Senhor a este Gabinete que d’elles foi entregue.	Lisboa	João de Souza Pias	oitenta mil reis	102	Recebimento da quantia
Uma carta do Senhor João de Souza Pias de Lisboa accusando o recebimento de Reis 71\$270 fortes saccados a seu favor importancia de livros.	Lisboa	João de Souza Pias	71\$270	106	Recebimento da quantia
Foi tambem presente uma carta do Senhor Antonio Maria Pereira – de Lisboa – derigida ao Senhor Secretario interirino, communicando que pelo Paquete Oneida remette uma factura de livros no valor de Reis 59\$04,0 moeda forte cuja importancia já se recebeo de João de Souza Pias – negociante da Praça de Lisboa	Lisboa	Antônio Maria Pereira/João de Souza Pias	59\$04,0	108	Envio de obras – Paquete Oneida
O Senhor Presidente declarou mais que o Gabinete achava-se com um déficit, sendo também necessario remetter para Lisboa cem mil reis (100\$) fortes importancia de livros	Lisboa		cem mil reis	111	Envio de quantia para compra de livros
a segunda um recibo do livreiro Antonio Maria Pereira de Reis 44\$970 – proveniente da factura de livro remetida pelo Paquete Rhone.	Lisboa	Antônio Maria Pereira	44\$970	117	Fatura de livros enviada pelo paquete Rhone
Huma carta do Senhor Antonio Maria Pereira, livreiro de Lisbôa participando uma remessa de livros pelo Paquete Shannon na importancia de Reis 65\$970 fortes	Lisboa	Antônio Maria Pereira	65\$970	122	Remessa de livros enviada pelo Paquete Shannon
Ficou authorizado o Senhor Secretario a pedir nova remessa de obras de Lisboa, bem como para o Rio de Janeiro algumas obras de authores brasileiros	Lisboa/ Rio de Janeiro			125	Pedidos de obras de Lisboa e do Rio de Janeiro
Huma dicta do mesmo Senhor Antonio Maria Pereira de 17 de Outubro remettendo pelo vapor Portolomy uma factura de livros e avizando ter a receber do Senhor João de Souza Pias a respectiva importancia de Reis 28\$050 fortes	Lisboa	Antonio Maria Pereira/João de Souza Pias	28\$050	129	Envio de livros pelo vapor Portolomy e recebimento de quantia
Huma outra carta do Senhor Antonio Maria Pereira, livreiro [...] cobrando uma factura de livros vindos no Paquete inglez [...] na importancia de Reis 76\$190-fortes –	Lisboa	Antonio Maria Pereira	76\$190	98	Cobrança de quantia referente à factura de livros levada por um paquete inglês



Pedidos, Menções e Transações para compra do Gabinete Português de Leitura

Pedidos/ Menções/ Transações para compra	Local de compra/ pedido	Livreiro/ Intermediário	Valor	Indicação de página	Assunto
Uma Carta de João de Souza Pias remetendo a conta corrente em que mostra ser o Gabinete seu devedor até 31 de Dezembro de 1867 da quantia de Reis 42\$130 fortes para cujo pagamento fica o Senhor Thezoureiro auctorizado a fazer o saque da dita quantia, assim como da de mais 100\$000 fortes para pagamento de livros que possa remetter o Senhor Antonio Maria Pereira livreiro fornecedor do Gabinete.	Lisboa	Antonio Maria Pereira/ João de Souza Pias	42\$130 + 100\$000	131	Pedido de pagamento de quantia que o Gabinete deve
Em 13 de Março escreveu-se para o Rio de Janeiro ao livreiro Baptiste Louis Garnier, accusando o recebimento das obras que mandou e remetendo a quantia de 264\$770 importancia dos livros que ficarão, e de ficarem as Obras, Historia da Fornação do Imperio Brasileiro em 6 volumes, e a Morte Moral em 4 volumes á sua disposição, por já haverem essas obras no Gabinete.	Rio de Janeiro	Gabinete para Garnier	264\$770	132	Gabinete acusa recebimento das obras enviadas por Garnier e envia quantia referente a elas. Além disso, disponibiliza obras que o Gabinete já possui
Em 14 de Março se escreveu para Lisboa ao livreiro Antonio Maria Pereira, também accusando o recebimento da factura de livros que mandara para este Gabinete, e em igual data ao Senhor João de Souza Pias remetendo 28\$470 reis fortes, conforme consta do livro de correspondencia.	Lisboa	Antonio Maria Pereira/ João de Souza Pias	28\$470	132	Gabinete acusa recebimento de obras e remete quantia à João de Souza Pias
Uma carta do livreiro Senhor Antonio Maria Pereira avisando uma remessa de livros, na importancia de 52\$380 reis moeda forte.	Lisboa	Antonio Maria Pereira	52\$380	142	
Do Senhor de Souza Pias, participando uma remessa de livros, importando em Reis 126\$450 moeda forte. Do livreiro Senhor Antonio Maria Pereira remettendo a factura dos livros na importancia da quantia acima mencionada.	Lisboa	Antonio Maria Pereira/ João de Souza Pias	126\$450	150	Fatura e remessa de livros
Antonio Maria Pereira desejando [...] valor de R\$ 23\$730, outra de João de Souza Pias accusando o recebimento da uma remessa de Reis 126\$450, resolveu-se que se lhe fizesse nova remessa de Reis 50\$000 fortes para despesas que tinha a fazer para conta do Gabinete	Lisboa	Antonio Maria Pereira/ João de Souza Pias	23\$730 + 126\$450 + 50\$000	157	Pedido e recebimento de quantia
cartas do Senhor João de Souza Pias remetendo um recibo de Reis 23\$130 que paguei ao livreiro Antonio Maria Pereira "	Lisboa	Antonio Maria Pereira/ João de Souza Pias	23\$130	159	Envio de recibo
e que se lhe remetesse a quantia de Reis 50\$000 fortes a fim de pagar-se da quantia [...] ter dinheiro do Gabinete em seu poder para fazer face a algumas [...] das pagas que por conta da mesma tenha a fazer"	Lisboa	João de Souza Pias	50\$000	159	Envio de quantia para João de Souza Pias
Foi lida pelo Secretario uma carta do Senhor João de Souza Pias, de 26 de Fevereiro proximo passado, a qual serviu de capa a conta corrente do Gabinete que mostrava um saldo a favor d'aquelle Senhor de Reis 43\$300 fortes e achando-se exacta esta cifra, foi logo entregue pelo Senhor Thezoureiro, ao Secretario uma ordem do referido saldo passada pelo Senhor Presidente a favor do [...] [...] enviada pelo proximo vapor.	Lisboa	João de Souza Pias	43\$300	166	
Foi lida uma carta do [...] o Senhor Antonio Maria Pereira, de Lisbôa, accusando-nos a remessa de uma caixa com obras novas obras para este Gabinete pelo vapor La Place – bem como de haver recebido Reis 65\$240 fortes, do Senhor João de Sousa Pias.	Lisboa	Antonio Maria Pereira/ João de Souza Pias	65\$240	172	envio de obras pelo vapor La Place e recebimento de quantia
A Direcção, resolveo que se comprasse um saque de Reis 100\$000 fortes para serem enviado ao Senhor Pias, a fim de ser embolçado da quantia dispredida, e o restante para ficar em seu poder a fim de ser aplicado á compra de novas obras, e pedindo-lhe ao mesmo tempo, para que tirasse alem do [...] de qualquer quantia que adianta-se ao Gabinete tambem comissão pelas assignaturas ou jornais e obras que paga para este Gabinete alias para esta Bibliotheca.	Lisboa	João de Souza Pias	100\$000	172	decisão de enviar uma determinada quantia para o senhor Pias empregar na compra de obras



Pedidos, Menções e Transações para compra do Gabinete Português de Leitura

Pedidos/ Menções/ Transações para compra	Local de compra/ pedido	Livreiro/ Intermediário	Valor	Indicação de página	Assunto
Foi lida uma carta do senhor João de Sousa Pias de Lisbôa, de 26 de novembro proximo passado participando a esta Direcção haver pago ao livreiro o Senhor Antonio Maria Pereira Reis 37\$080, em metal, importancia de livros que o 1º Secretario nos remeteu. Foi lida outra carta do Senhor Pereira, acusando essa remessa, bem como de haver recebido a quantia acima.O Senhor Silva Godinho declarou que esses livros chegarão no vapor ingles – Humboldt – que os mandou despachar, e que já estão na nossa Bibliotheca	Lisboa	Antonio Maria Pereira/ João de Souza Pias	37\$080	177	envio de quantia para livreiro e dos livros pelo vapor ingles Humboldt
Foi lida uma carta do Senhor João de Sousa Pires, de Lisboa, com data de 12 de Janeiro passado copiando a conta corrente do nosso Gabinete para com aquelle Senhor com o fecho de 31 de Jezembro (Dezembro) proximo passado, demonstrando um saldo a seu favor de Reis 53\$430 em moeda portugueza, a qual está conforme. Deliberou-se que se remetam áquelle Senhor, um saque de Reis 100\$000 fortes, não só para pagamento do saldo que se lhe deve, como tambem para com o excedente ir occorrendo a compra de novos livros.	Lisboa	João de Souza Pias	100\$000	180	Envio de quantia para João de Souza Pias para quitar faturas e comprar livros
"Forão mais lidas duas cartas de Lisboa, sendo uma do Senhor João de Sousa Pias, de 27 de Fevereiro proximo passado na qual aquelle Senhor accusa a recepção de um saque de Reis 100\$000 em moeda Portuguesa, que lhe remettemos ultimamente, bem como de haver pago ao livreiro o Senhor Antonio Maria Pereira Reis 41\$220 tambem em moeda Portuguesa, por importorte dos livros que este Senhor nos remetteu pelo vapor Inglez =Ptolomey ="	Lisboa	João de Souza Pias	41\$220	183	envio de quantia para livreiro pelos livros remetidos pelo pelo vapor Inglez Ptolomey
Dice mais ter remetido para Lisboa ao Senhor João da Silva Pias hum saque de 50\$000 factura para pagamento de sua ultima remessa debitando este Gabinete em Reis 100\$000 C[...]ta do [...]que	Lisboa		50\$000	191	envio de quantia para pagamento da última remessa de livros
O mesmo Senhor declarou ter despendido com a compra de livros Reis 32\$[...].				195	
Disse mais ter comprado para remetter ao Senhor João de Sousa Pias de Lisboa, hum saque de 50\$ [...] [...] cujo despendio Reis \$ Approvada				198	
"Autorizou-se ao Senhor Thesoureiro a comprar um saque de cincoenta mil reis fortes, a favor do Senhor Januario Camillo Mendes Morgado para saldar a conta d'esta Sociedade e fazer face a qualquer remessa que tenha de vir para a nossa biblioteca."				212	
Uma carta do Senhor Januario Camillo Mendes Morgado, de Lisboa, avisando o recebimento de Reis 342\$20, ordem da Direcção transacta – Scient				217	
Foi lida tambem uma carta do Senhor Antonio Maria Pereira de 23 de Julho acompanhada de uma factura de livros para o Gabinete na importancia de Reis 14\$660 e dando parte de ter sido já embolsado pelo Senhor Januario Camillo Mendes Morgado de Reis 22\$600 valor de uma factura passada	Lisboa	Antonio Maria Pereira/ Januario Camillo Mendes Morgado	22\$600	222	envio de livros, pagamento de fatura
" Forão lidas duas cartas do Senhor Januario Camillo Mendes Morgado de 12 e 23 de Agosto, em uma das quaes avisa remeter pelo Senhor Fertini um pacote com livros para o Gabinete e na outra avizando ter pago ao Senhor Antonio Maria Pereira Reis 14\$660, do que se tomou conhecimento."	Lisboa	Januario Camillo Mendes Morgado	14\$660	223	envio de livros, pagamento de fatura
"Foi lida uma carta do Senhor Januario Camillo Mendes Morgado de 12 do cadente acompanhada da 1 conta corrente fechada em 31 de dezembro ultimo, mostrando um saldo contra este Gabinete de Reis 55\$305 [...] Autorizou-se ao Thesoureiro para fazer-se-lhe remessa de um saque de Reis 100\$000 fortes."	Lisboa	Januario Camillo Mendes Morgado	débito de 55\$305 + saque de 100\$000	231	envio de fatura e autorização para saque
Uma carta do livreiro Senhor Antonio Maria Pereira avisando remessa de uma caixa com "livros" pelo "Delambre"; no valor de Reis 43\$840 do que se tomou nota.	Lisboa	Antonio Maria Pereira	43\$840	233	[delambre pode ser o nome do vapor] - aviso de envio de remessa



Pedidos, Menções e Transações para compra do Gabinete Português de Leitura

Pedidos/ Menções/ Transações para compra	Local de compra/ pedido	Livreiro/ Intermediário	Valor	Indicação de página	Assunto
Foi apresentada nova lista de livros que, sem factura, remeteu o correspondente em Lisboa, por intermedio do Senhor Antonio de Cerqueira Lima –	Lisboa			237	
Foi igualmente lida uma Carta do Senhor Antonio Maria Pereira de Lisboa, participando remessa de livros na importancia de Reis 14\$650 cujos Livros já se achão na bibliotheca: participando tambem ter recebido do Senhor Januario Camillo Mendes Morgado a quantia de Reis 69\$15[...] importancia das remessas antigas – ficando em debito só esta ultima	Lisboa	Antonio Maria Pereira	69\$15[...]/ 14\$650	253	aviso sobre o envio de remessa de livros e sobre o pagamento
Uma carta de Antonio Maria Pereira com uma factura de livros na importancia de Reis [...]4\$070 – inteirados	Lisboa	Antonio Maria Pereira	4\$070	256	
"Do Senhor Antonio Maria Pereira acusando o [...] [...] de 31 de Dezembro mostrando um [...] [...] de Reis 54\$070 e acompanhando um[...] [...] de livros na importancia de Reis 62\$710 – que esta[...] [...] [...] está incluido na conta corrente."	Lisboa	Antonio Maria Pereira	62\$710	259	valor de livros
Do Senhor Ernesto Chardron, [...] [...] [...] fechada em 31 de Dezembro [...] [...] um saldo a favor do Gabinete de R\$ 2[...]				259	





memoriaarte@gmail.com
Conheça nossos lançamentos em
www.memoriaarte.com.br

